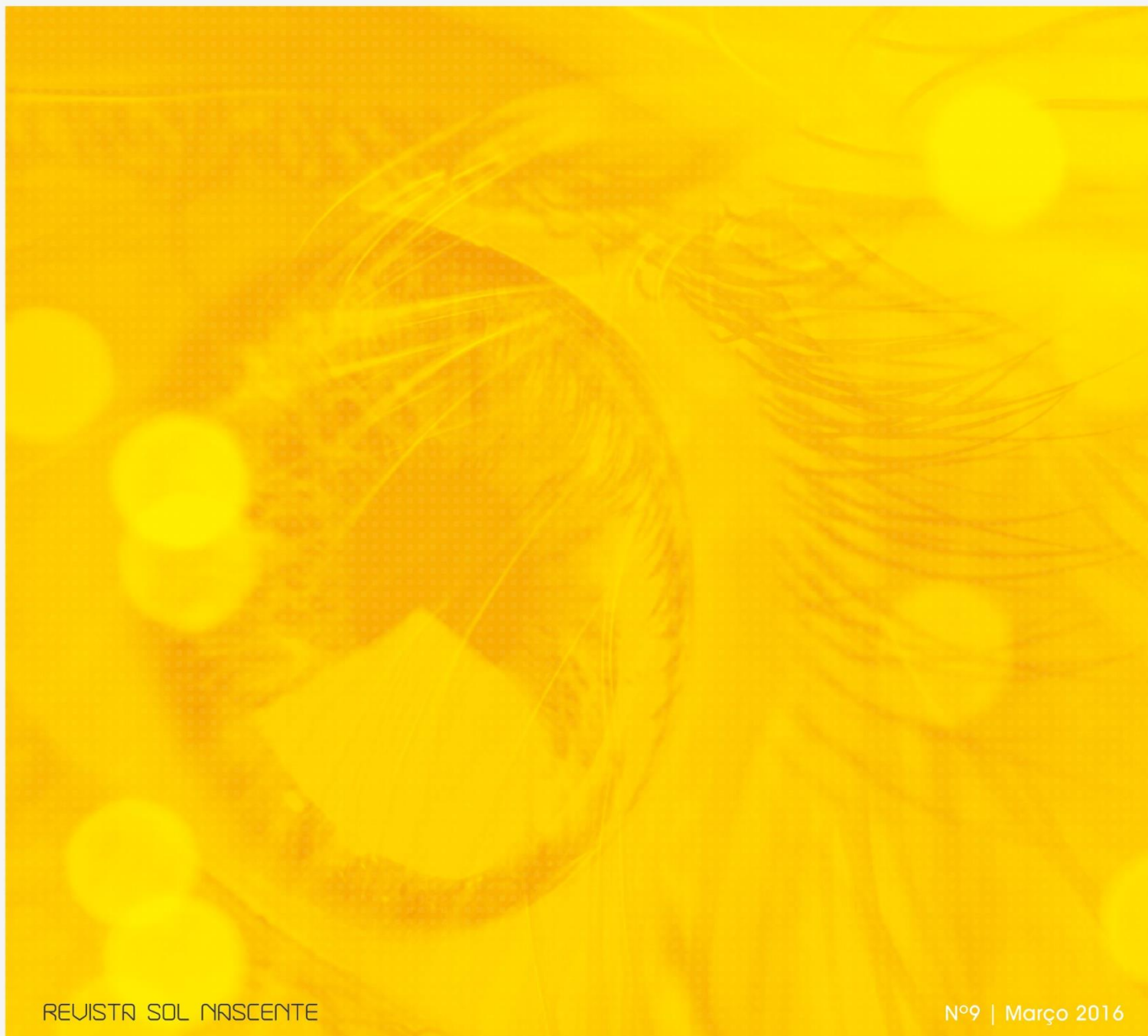




REVISTA DO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO SOL NASCENTE (CISN)

Nº9 – MARÇO 2016|ISSN: 2304-0688

investigacao.solnascente@ispsn.org

inaciovalentim82@ispsn.org

ines.morais@ispsn.org

CONSELHO DE REDACÇÃO

Director: Inácio Valentim (ISPSN) Angola

Secretários de redacção: Inês Moraes (ISPSN) Angola

Eduardo Schmidt Passos (CUA) EUA

Secretários Técnica: Dácia Pereira (ISPSN) Angola

Editor: ISPSN – Instituto Superior Politécnico Sol Nascente

Maqueta e paginação: Sergio Soares (Teia - Digital Solutions) Portugal

CONSELHO CIENTÍFICO

Agemir Bavaresco (PUCRS) Brasil

Aldo Danuci (UFS) Brasil

Álvaro Nóbrega (ISCSP) Portugal

Armando Cossa (SM) Guiné-Bissau

António Matos Ferreira (CHER-UCP) Portugal

Antonio Gómez Ramos (UC3M) Espanha

Antonio Eduardo Aniceto (UJES) Angola

Beatriz Cecilia López Bossi (UCM) Espanha

César Candioto (Pontifícia Universidade Católica de Paraná) Brasil

Eduardo Vera Cruz (UL) Portugal

Dácia Pereira (ISPSN) Angola

David Boio (ISPSN-CISEA) Angola

Diane Lamoureux (LAVAL) Canada

Fabício Pontini (PUCRS) Angola

Félix Duque (UAM) Espanha

Fernando Rampérez (UCM) Espanha

Gabriel Aranzueque Sauquillo (UAM) Espanha

Hélder Chipindo (UJES) Angola

Hugo Bento de Sousa (médico) Portugal

Inácio Valentim (ISPSN-CFCUL) Angola

Ivone Moreira (IEP - UCP) Portugal

José Saragoça (Universidade de Évora) Portugal

José Pedro Serra (FLUL), Portugal

José Ramón Molina (Faculdade de Medicina da Universidade José Eduardo dos Santos do Huambo – FMHBD) Angola

Lucas Nhamba (UJES) Angola

Marcelino Chipa (IFTS-ISPSN) Angola

Miguel Morgado (IEP - UCP) Portugal

Olga Maria Pombo Martins (UL - CFCUL) Portugal

Rocío Orsi Portalo (UC3M) Espanha

Tadeu Weber (PUCRS), Brasil

CONSELHO DE ASSESSORES

Manuel Martins (ISPSNG) Angola

António Miranda (Político) Cabo Verde

Giusepe Ballacci (U. Minho) Portugal

Pablo Gómez Manzano (U.Valparaíso-UC3M) Chile

Jorge Manuel Benítez (UNA-UAM) Paraguai

Lola Blasco Mena (UC3M) Espanha

Miguel Ángel Cortés Rodríguez (Salamanca) Espanha

Nuno Melin (UL. CFCUL) Portugal

Paulo Songolo (ISPSN) Angola

Pamela Colombo (CSIC) Espanha

Raimundo Tavares (Advogado) – Cabo Verde

Vicente Muñoz-Reja (UAM) Espanha

Víctor Barbero Morales (UAM) Espanha

EDITORIAL

Neste novo ano lectivo que se avizinha, a direcção da Revista Sol Nascente tem o prazer de desejar a todos os seus alunos, professores, investigadores e funcionários um excelente ano de 2016, com muito sucesso pessoal e profissional.

Que o espírito de união, excelência e esforço conjunto prevaleça no ISPSN para o alcance de objectivos que tornem a instituição um centro de conhecimento e reconhecimento nacional e/ou internacional.

Nesse sentido, este número da revista comemora o início de uma nova etapa, de novas publicações, de uma evolução na cientificidade numa aplicação consciente e local, adequada às necessidades do contexto académico angolano. Irá abordar diversas áreas de estudo, desde ciências políticas à economia e saúde, da responsabilidade de autores do ISPSN e autores externos.

De referir, que no dia 14 de março de 2016, será realizada a lição inaugural “Os títulos e a Decadência do Homem novo, Phd, MSc e o Risco da Grandeza do Vazio, a cargo de Dom Francisco Viti Arcebispo Emérito do Huambo.

Inês Morais

ÍNDICE

Editorial	5
Artigos / Papers	
Encontrar Oportunidades nas Dificuldades:	9
Uma abordagem sugestiva baseada na realidade empresarial da Província do Huambo	
<i>Anselmo Celestino</i>	
O Método Pert-CPM na Gestão de Projectos	26
<i>Cláudio Capamba</i>	
Uma reflexão estratégica sobre a segurança e defesa em Angola e a Intervenção no contexto regional subsaariano	45
<i>Eugénio Costa Almeida & Luís Bernardino</i>	
A Política Externa no Desenvolvimento de Cabo Verde	68
<i>Lavínio Cruz</i>	
Breve Revisão Bibliográfica – Vacinas Usadas em Campanhas de Vacinação em Massa contra a Raiva	86
<i>António Bartolomeu, A.Ch. Eduardo, Maurício Catau Miguel</i>	

Diagnóstico da Prevalência do Bacillus de Kock aos pacientes que acorreram aos dispensários anti-tuberculoso dos Hospitais sanatórios do Huambo de Janeiro a Junho de 2014 94

Marcelino Chipa

Estudos

La Sociedad Universal de Los Hombres 120

Jorge Manuel Martínez

Normas de Publicação 150

Instituto Superior Politécnico Sol Nascente 152

Apresentação



ARTIGOS/PAPERS

ECONOMIA

ENCONTRAR OPORTUNIDADES NAS DIFICULDADES: UMA ABORDAGEM SUGESTIVA BASEADA NA REALIDADE EMPRESARIAL DA PROVÍNCIA DO HUAMBO

ANSELMO DAS NEVES MÁRIO CELESTINO¹

anselmo.neves@ispsn.org

Resumo

Falar de oportunidades nas dificuldades nos leva a olhar para o planeamento estratégico das empresas, o que implica mudança de paradigmas. Por um lado temos o contexto socioeconómico que será, no âmbito deste texto a variável independente, e por outro lado, temos as complexidades que os gestores têm em perceber o trabalho que devem fazer para mitigar tal situação. O mercado laboral no Huambo ainda carece de afinações, já que durante algum tempo pouco ou nada se investiu em formações profissionais. O governo, estando preocupado com a situação, vai criando programas de formação profissional aos cidadãos para que, de certa forma, se possa, paulatinamente, alcançar resultados favoráveis à situação económica do país. Por insuficiência desses centros, e tendo em conta que os alunos nem sempre têm um acompanhamento académico-profissional; as empresas que quiserem tirar partido nesta situação têm de considerar os gastos de formação do pessoal como um investimento e não como uma despesa, e que decerto, poderá trazer vantagem competitiva à empresa.

Este trabalho centrar-se-á na noção de empresa, por entendermos que, por serem organizações voltadas à obtenção de lucro, são os reais motores para o alargamento da base económica do país, além de querermos contornar o debate entre os termos “empresa” e “organização”. No final, apresentaremos algumas sugestões aos gestores das empresas

¹ Licenciado em Gestão empresarial pela UJES e professor do Departamento de Economia e Gestão do ISPSN

e para os leitores que, tendo sede de pesquisar na mesma temática, poderão encontrar contributo para suas buscas futuras.

Palavras-Chave: Oportunidades, Desempenho, Visão, Formação.

Abstract

Speaking about opportunities in difficulties leads us to look at the strategic planning of companies, which implies change of paradigm. On one hand, we have the social economic context, which will be the independent variable within this text, and on the other hand, there are complexities for the managers concerning the work they must realize in order to mitigate the situation. Labor market in Huambo still needs adjustments, since, little or nothing have been invested in professional training, for a while. The government worried with the situation, has develop training programs to citizens so that, somehow it can gradually achieve favorable results to the economic situation. By luck of these formation centers, and taking into account that students do not always have an academic-professional supervision, companies that want to take advantage of this situation have to consider staff training expenses as an investment rather than an expense, in order to bring competitive advantage to the company.

This work will focus on the concept of companies, because we believe they are organizations focused on making profit and the real impulse for broadening the economic base of the country, besides wanting to bypass the debate between the terms "company" and "organization." In the end of this paper, we present some suggestions to managers of companies and for readers that are willing to search the same theme. We are quite sure they will find contribution for their future researches.

Keywords: Opportunities, Performance, Vision, Formation.

Introdução

As pessoas qualificadas, capazes de dar suporte no desempenho das instituições estão cada vez mais escassas. Esta questão está intimamente ligada á atenção que se dá ao sistema de ensino. Num contexto com pouca ou nenhuma qualidade de ensino, encontrar recursos humanos que possam trazer novidades às empresas é extremamente difícil. Os

empresários precisam adoptar outras formas de desenvolver o seu capital humano, sob pena de perderem competitividade.

Uma porção de pessoas consegue encontrar oportunidades de emprego na função pública (com ou sem aproveitamento). O remanescente vai para o sector privado em busca de sobrevivência. Esta situação desfavorece o crescimento desejado, ao mesmo tempo que fica comprometido o desenvolvimento económico que todo país ambiciona. No fundo, esta falta de acompanhamento académico-profissional se torna numa variável dificultadora da produtividade, quando, e com agravo, as políticas económicas não favorecem o investimento privado, o que coloca em causa o desempenho que se almeja em uma economia. Como resultado, os investidores privados têm receio de aplicar seus capitais em grande escala por esta e outras razões, dentre as quais se destaca o facto de o próprio mercado ainda não ser híbrido. Este medo, por parte do sector empresarial, aparece, precisamente, porque todo aquele que aplica seu capital precisa assegurar-se de três elementos quando se depara com a decisão de investir: **Segurança, rentabilidade e liquidez**. Se esses pressupostos não existirem na concepção do tomador de decisão, toda vontade de querer ver a economia a crescer perderá a sua acção, já que entendemos que para uma economia se tornar eficiente precisa de desenvolver um mercado híbrido, onde as empresas são livres de entrar e sair. As três variáveis indicam, de algum modo, o risco que o investidor leva em conta nas suas decisões. Dai que, o Governo deve desenvolver políticas económicas que possam proporcionar o bem-estar à população². Neste trabalho procuramos dar resposta a seguinte questão: Como encontrar pessoas competentes em um ambiente socioeconómico incipiente? Ora bem, ao procurarmos dar resposta a esta questão deparamo-nos com a situação da formação. As empresas só podem aumentar o seu desempenho se conseguem colocar dentro delas pessoas dotadas de capacidades, habilidades e destrezas para darem respostas às exigências. Sim, formação significa a acção de formar. O acto de por na forma. Isto quer dizer que o país deve proporcionar (através de escolas públicas e ou privadas) uma capacitação inerente aos desafios do mercado. Numa realidade socioeconómica, onde as pessoas têm pouca ou nenhuma orientação académico-profissional, se torna cada vez mais difícil encontrar, no mercado de trabalho, pessoas que possam trazer mais-valia nos resultados da empresa. Para efeitos de tornar prática a questão, vamos imaginar que o indivíduo tirou o curso médio de

² Entendemos todos, que as empresas fazem parte da população, de modo que se as políticas económicas favorecem a população, então favorecem as empresas que actuam na economia do país.

Arquitetura. Como sabe que existe mais probabilidade de encontrar emprego no sector da educação ou saúde, então ingressa (acompanhado de sorte) na universidade e tira o curso de Psicologia. Por incompreensível que pareça, faz o concurso na Educação, não apenas uma ou duas vezes, mas três e não consegue admissão. No ano seguinte tenta no ministério da Saúde e, acompanhado de sorte é admitido. Este indivíduo não faz isso porque quer, mas porque precisamente está lutando pela sua própria sobrevivência. Este “problema” transporta-se para outras e não poucas situações. Destarte, as empresas que quiserem ter algum proveito com o emprego dessa massa cinzenta disponível, tem de criar um sistema de formação para adequar o seu quadro nos objectivos da empresa. Já não é assim nas sociedades baseadas no conhecimento, onde as pessoas possuem qualificações desde as escolas. A depender do tipo de negócio, esta situação vai tomando a sua dimensão de dificuldade. Num aviário, por exemplo se se coloca um médico veterinário que viveu, ao longo da sua formação uma desorientação académico-profissional, pedir-lhe resultados positivos é como pedir algo impossível. O mais que pode acontecer é que a sorte esteja com as aves (que constituem a matéria prima da empresa), de outra forma o cemitério das aves merecerá constante expansão, isto se não morrerem todas de uma única vez, colocando assim a empresa em estado de falência declarada. Logo, assim como os investidores têm algum receio de investir neste tipo de contexto, os indivíduos também têm medo de trabalhar em empresas privadas por falta de confiança, o que torna difícil ou mesmo impossível a vontade do país quanto a diversificação da economia. Tanto quanto sabemos, diversificar uma economia implica a implementação de modelos que permitem as pessoas serem livres de em investir. De facto é da responsabilidade do Estado garantir formação à sua população, mas, se o mesmo não o fizer com eficiência, as empresas, de forma particular, podem e deviam garantir formação aos seus colaboradores para minimizarem os prejuízos empresariais. Aqui vem então a base da nossa abordagem: os investidores têm medo de arriscar seus capitais e por outro lado, os trabalhadores têm medo de empregar-se no sector privado. Talvez essa seja uma das razões que faz com que as empresas privadas tenham dificuldades de subsistir no mercado. Todavia, no meio dessas dificuldades, a empresa que olhar no custo de formação do seu pessoal como investimento, tem maior probabilidade de alcançar resultados positivos. Algo relacionado a este assunto tem a ver com a capacitação do pessoal. Ora bem, esta formação deve ser contínua e ter como fim último a provisão de competências aos colaboradores para desenvolverem as suas actividades com eficiência e eficácia desejadas. Para o efeito, o gestor, nesse tipo de ambiente, precisa observar as seguintes etapas:

a) *Identificar necessidades de formação* – Existem vários meios para identificar áreas em que o pessoal necessita de formação. O gestor deve procurar a melhor forma de identificar as necessidades de capacitação do pessoal da empresa, de formas a que o conteúdo esteja em conformidade com as exigências da empresa e do mercado;

b) *Desenvolver o programa de formação adequado* – Consiste em fazer um desenho, um projecto de formação. Esta fase envolve questões tais como: Local da formação, modalidade da formação, Instituição encarregue pela formação, orçamento da formação, data da formação, etc. Isto quer dizer que, como a formação é um investimento, ela deve ser programada com vista a proporcionar os objectivos para os quais se destina

c) *Implementar o programa desenhado* – É a fase em que se leva a cabo a materialização do programado, obedecendo os requisitos imprescindíveis para uma boa execução do programa.

d) *Avaliar e feedback* – Esta é a última fase do processo de formação. Aqui, a empresa conforma o programa concebido com o desempenho dos trabalhadores abrangidos pelo programa. O principal indicador de avaliação do programa está relacionado com os resultados da empresa.

As etapas apresentadas estão intimamente correlacionadas, pois o desempenho de uma depende do de outra. A última fase consiste em avaliar se o programa de formação está ou não a dar os devidos resultados (através dos comportamentos dos colaboradores, eficiência na resolução das tarefas).

Em ambientes como estes, onde o sistema de educação não está em estrita ligação com as necessidades do mercado, o que obriga o gestor a desenvolver programas de formação para adequar os colaboradores às exigências do mercado, o ideal seria encontrar uma combinação entre a capacidade de execução (competências) e o sistema de operação. Fazendo isso, a empresa consegue um diferencial muito grande, o que elevará o desempenho da mesma³. Neste caso, é necessário uma educação corporativa para que o conhecimento detido por um profissional seja partilhado com todos os outros integrantes a fim de se conseguir uma cultura de aprendizagem contínua. Assim, é uma tautologia dizer que o bom gestor será aquele que consegue transformar o conhecimento *tacitus* (aquele que é subjectivo e inerentes as experiências e destrezas do trabalhador como

³ Santos *et al.*, 2001 citado por Heitor José Pereira em “Bases Conceituais de um Modelo de Gestão para Organizações Baseadas no Conhecimento”

indivíduo) em conhecimento explícito (é com este que o gestor deve contar para levar a cabo o seu planeamento estratégico e competir com os seus concorrentes), através de um processo de gestão híbrida. As empresas podem ter as mesmas máquinas, mesmas estruturas. A diferença consistirá, precisamente na forma como as pessoas que trabalham com essas máquinas são treinadas, preparadas. Em mercados de alta competitividade, o conhecimento vale ouro⁴.

I: Oportunidades versus capacidade do Gestor em explorá-las

I.1. Definições

Oportunidade é uma variável do planeamento estratégico que deve ser aproveitada para trazer vantagem competitiva á empresa. É um dos factores externos que afecta o desempenho da empresa. Traduz-se numa força externa que opera a favor da empresa. Um gestor será reputado sábio se sabe aproveitar as oportunidades de negócio que o ambiente lhe oferece. Segundo Winston Churchill, “O pessimista vê dificuldade em cada oportunidade; o optimista vê oportunidade em cada dificuldade”⁵

Este é o fenómeno do empreendedorismo. Onde os outros vêm caos, problema, dificuldades, impossibilidade; o investidor empreendedor encontra oportunidade de negócio. A partir desta afirmação, podemos precisamente dizer que aquele gestor que não arrisca não pode alcançar resultados satisfatórios em qualquer tipo de economia. É preciso que os gestores consigam contornar as situações do mercado. De facto, o mercado pode não ser favorável, mas se se consegue sair da realidade e colocar um pouco mais o censo visionário a funcionar, poder-se-á atingir resultados que possam dar uma estabilidade ou mesmo desenvolvimento à empresa. As oportunidades (forças externas a favor da empresa) quando combinadas com os pontos fortes da empresa (pessoal qualificado, satisfação dos trabalhadores, etc.), se pode conseguir um diferencial económico muito grande. Isto quer dizer que não basta saber identificar as oportunidades, é de igual modo necessário que se tenha forças internas para as tornar em vantagem competitiva. “Aquele que conhece a si mesmo e conhece o inimigo, certamente vencerá a batalha. Aquele que conhece a si mesmo mas não conhece o inimigo, variavelmente ganha a batalha. Mas

⁴ **Edilene Coffaci de Lima**, « Nosso conhecimento vale ouro: sobre o valor do trabalho de campo », *Anuário Antropológico* [Online], I | 2014, posto online no dia 01 Outubro 2014, consultado no dia 03 Fevereiro 2016. URL : <http://aa.revues.org/650> ; DOI : 10.4000/aa.650

⁵ **Winston Churchill**: disponível em <http://frases.globo.com/winston-churchill/22145>, visitado no dia 14 de Abril de 2015, 18h:22min.

aquele que não conhece a si mesmo nem o seu inimigo, nenhuma batalha será por ele vencida”⁶. É preciso sair um pouco dentro da empresa para se conseguir observar o exterior dela, o que está a volta dela, as forças (sejam positivas ou negativas) que afectam a empresa. Para que isso seja feito é necessário um profissional, alguém que tenha formação em matéria de gestão. Claro, o gestor tem de ter essa capacidade. Se o gestor conhece o exterior da empresa, então poderá desenvolver acções (identificando os pontos fortes e fracos da sua empresa) para lutar contra as ameaças e aproveitar aquilo que o ambiente tem de positivo. O gestor que consegue prever o futuro pode mudar o seu comportamento hoje para que os resultados não o encontrem de surpresa. O gestor precisa fazer previsões. O mercado nem sempre é o mesmo, ele muda a medida que o tempo passa. Será daí que diferenciaremos as empresas que aprendem (e tiram partido disso) das que não aprendem (sempre são apanhadas de surpresa e ficam em uma situação de sobrevivência). Se o mercado não oferece pessoas competentes (providas de um nível académico-profissional considerável), a empresa tem de apostar na formação dos seus colaboradores para de alguma forma conseguir ter resultados positivos. Em tempos de crise⁷ as empresas devem e têm de buscar forças para subsistir. Esta falta de acompanhamento académico-profissional que tanto se trata neste trabalho, pode ser associada à crise cultural. Neste tipo de circunstâncias, o melhor é mesmo investir na formação do capital humano da empresa.

I.1.1. Enquadramento na estratégia empresarial

A estratégia empresarial, na sua concepção tradicional, consiste em traçar metas e objectivos que devem ser perseguidos pela empresa em todos os seus níveis institucionais. Por alargamento, para se poder traçar objectivos precisamos de conhecer as situações internas e externas da empresa. Conhecer a situação interna da empresa consiste em fazer-se a seguinte pergunta: Quais são os pontos fortes e fracos que a empresa tem e como sanar os pontos fracos para potenciar os pontos fortes? Este é um trabalho árduo. De facto o mais importante é ter a capacidade de identificar os pontos fracos. Existem gestores que nem conhecem os pontos fracos das suas empresas. Quando é assim, não se deve esperar

⁶ Sun Tsu: A arte da Guerra

⁷ Lembre-se o leitor que a crise pode ser de várias ordens. E a crise global de Angola é, na opinião de Manuel José Alves da Rocha, uma soma de crises que afectam o desenvolvimento económico, nomeadamente: Crise Política, Crise de valores e crise económica. Consultar o livro de Manuel José Alves da Rocha: Estabilização, Reformas e Desenvolvimento em Angola, colecção: Mayamba Economia, 2011 Pag 26

que estes gestores consigam identificar oportunidades no mercado. Do outro lado, conhecer a situação externa da empresa consiste em saber questionar-se sobre quais as oportunidades que o mercado oferece e como mitigar as ameaças do mercado.

O gestor que planifica (faz previsão) terá a sorte de ver seus resultados satisfatórios. O que não faz previsão, o asar o perseguirá. As oportunidades são escassas. E existe uma urgência por parte do gestor em explorá-las sempre que forem identificadas sob pena de serem aproveitadas por outros investidores. Algo estritamente ligado a esta questão, é a ver com a capacidade do gestor em “tirar a cabeça” para fora da empresa no sentido de espreitar o que os outros estão a fazer. A oportunidade está na diferença do que os outros estão a fazer e o que o mercado realmente precisa e que os outros investidores não estão a dar. A questão, aqui, não é imitar o que os outros estão a fazer, mas sim, fazer aquilo que os outros deviam fazer mas que não estão a fazer ou que estão a fazer ineficientemente. A seguir, apresentamos a matriz que explica as combinações das quatro variáveis de estudo do ambiente da empresa⁸.

Variáveis Externas á empresa		Oportunidade (Forças positivas)	Ameaça (Forças negativas)
Variáveis internas da empresa	Pontos fortes/Fortalezas	Desenvolvimento	Manutenção
	Pontos Fracos/Fraquezas	Crescimento	Sobrevivência

Quadro 1. Matriz SWOT de análise do ambiente da empresa, Elaboração própria

De acordo com o Quadro 1, a combinação dos pontos fortes com as oportunidades do mercado, coloca a empresa em uma situação de Desenvolvimento (que é a melhor situação para as empresas). A combinação dos pontos fracos e ameaças, colocaria a empresa numa situação de sobrevivência (Pior situação para as empresas, o que coloca a empresa em um eminente estado de falência no médio e longo prazos). Até aqui estamos mais voltados a encontrar as alternativas que um gestor deve tomar para manter a empresa em actividade em ambientes de crise. No capítulo a seguir apresentaremos, então qual é

⁸Assumimos que nos limitaremos a expressão empresa. Mas esta matriz se aplica em qualquer organização independentemente do objecto social.

o ambiente económico, social e político que favorece o crescimento das empresas e por extrapolação, o crescimento económico do país.

I.2. O Gestor e as oportunidades do mercado

As empresas por mais pequenas que sejam possuem sempre um responsável – um gestor – aquele que combina os recursos que lhe são colocados á disposição pela empresa para conseguir atingir os resultados da mesma. A eficiência e eficácia são atributos requeridos ao gestor para que seja reputado performante, aquele que trabalha com óptimo desempenho. No contexto económico, social e político que o país vive, não basta a eficácia, pois é imperial que os gestores atinjam os resultados com a mais alta racionalização possível dos recursos. O gestor precisa incutir nos seus colaboradores uma cultura que permite adaptar-se às diversas realidades que a economia pode proporcionar, desde que tal adaptação não coloque em causa o atingimento dos objectivos da empresa. Para que consiga desenvolver as suas tarefas, ele precisa de possuir algumas qualidades, dentre as quais, e para efeito deste trabalho apresentamos as seguintes:

1. Manter uma atitude positiva e actualizar os colaboradores sobre os projectos futuros da empresa – diminuindo, ou, se possível eliminar as assimetrias de informação principalmente daquela que deve ser partilhada por toda a equipa;
2. Não ter favoritos na sua equipe – trabalha com todos e cada um o coloca no seu devido lugar.
3. Usar novas estratégias que tornem a empresa mais produtiva e competitiva – criar, desenvolver e manter um ambiente que permite a inovação e descobertas de novas formas de trabalho para aumentar a produtividade da empresa não descurando a manutenção de políticas éticas dentro da empresa.

Dentre muitas qualidades que o gestor possui nenhuma suplanta a de desenvolver novas estratégias para elevar o desempenho da actividade da empresa. Aliás; todas as outras qualidades são complementares desta. Ora bem, desenvolver novas estratégias quer dizer que ainda ninguém as desenvolveu. Isto significa desenvolver actividades que o mercado não disponibiliza ou que disponibiliza com ineficiência. Não é fácil gerir. A ferramenta imprescindível do gestor é a inovação. Inovar não é um trabalho fácil, mas pode chegar a ser um trabalho suave se o gestor se baseia na Teoria Y de McGregor e não na teoria X do mesmo autor. O gestor deve evitar ter colaboradores favoritos na empresa, pois isso

prejudica a motivação global dos colaboradores da empresa. As oportunidades existem, cabe ao gestor saber aproveitá-las para alavancar o desempenho da empresa que ele gere. Os gestores devem produzir informações importantes sobre os estados futuros desejados, no sentido de se conseguir manter a missão e a visão das empresas⁹.

II. Um clima favorável para o crescimento das empresas

O objectivo de qualquer sociedade é o de combinar recursos que possam garantir o bem-estar à sua população. Este assunto deriva da própria definição de economia como ciência que estuda as formas como as sociedades utilizam os seus recursos não abundantes para produzir bens e serviços capazes de satisfazer as múltiplas necessidades da sua população, o que nos leva então a abordar sobre a teoria do bem-estar.

II.1. Teoria do bem-estar

O bem-estar é o objectivo de qualquer economia (seja planificada ou de mercado). O que se pretende é a obtenção de um bem-estar colectivo e social traduzido na eficiência do funcionamento do mercado. Independentemente da estrutura populacional do país, a organização é necessária para se atingir os objectivos da política económica. Um mercado eficiente é aquele em que se pode verificar uma óptima afectação dos recursos e uma distribuição óptima dos rendimentos. Existem, pelo menos, cinco elementos básicos para se falar de bem-estar: 1) Alimentação – a alimentação deve ser saudável e disponível; 2) Alojamento; 3) Saneamento Básico; 4) Saúde e, 5) Educação. Estas são as variáveis básicas do bem-estar. Na ausência de uma variável todo o sistema fica distorcido. Por exemplo: na falta de alimentação saudável não pode existir saúde. Manuel José Alves da Rocha, associa o bem-estar ao óptimo de Pareto ao escrever que a existência de um equilíbrio, tal que exista um sistema de preços que garante a maximização das preferências dos consumidores e que as empresas maximizem os seus lucros sem que haja excesso de oferta e de procura em nenhum mercado de nenhum bem, então esse equilíbrio é um óptimo de Pareto”¹⁰. Daí, trazemos, associada a esta ideia a teoria da concorrência pura e perfeita, onde as empresas são livres de entrar e sair. Obviamente esta concorrência pressupõe um mercado eficiente, híbrido. O estado deve ter uma intervenção supletiva,

⁹ De Oliveira, C. Eduardo: VIII congresso nacional de excelência em gestão, UFU, 2012

¹⁰ Alves da Rocha, Manuel José-Estabilização, Reformas e Desenvolvimento em Angola, Mayamba Economia, Luanda, Junho de 2011, Pag. 19

necessária para as naturais falhas do próprio mercado, ao que chamamos de planeamento económico. É através da política económica que o Governo conseguirá corrigir os desequilíbrios da conjuntura e propiciar condições que favorecem o crescimento económico rápido e mais equilibrado possível. Os países que verificam índices aceitáveis de desenvolvimento económico têm na política económica as suas bases de trabalho. Entendemos que se o Governo tiver uma gestão eficiente da política económica, o sector privado (através dos seus investimentos) poderá ter a sua participação cada vez mais afinada na actividade económica do país. Logo, podemos aferir que o governo deve – já que se pretende a diversificação da economia – proporcionar um modelo económico que possa incentivar o investimento, diminuindo-se assim o nível de desemprego e, de certa forma, contribuir para o desenvolvimento económico do país. Vejamos que a Educação consta da lista das variáveis do bem-estar. Assim sendo, quando uma população é educada (acompanhamento académico-profissional) as empresas poderão estar diminuídas dos problemas que abordamos no capítulo anterior, contribuindo assim para a melhoria do desempenho das empresas e por alargamento, do desempenho global do país.

A concorrência obriga os gestores a terem visão. Já não se deve só olhar no comportamento das necessidades dos clientes, mas sim, olhar nos desejos e transformá-los em necessidades. O gestor é obrigado a inovar, a tomar atitude empreendedora, a assumir riscos, a desenvolver estratégias que se adaptem às organizações do futuro. Em uma concorrência pura e perfeita não é o estado que determina a entrada e saída das empresas, mas sim o desempenho da própria empresa que está em confronto, no mesmo mercado, com outros buscadores de lucros. Com a globalização, a situação se agrava. A velocidade de raciocínio do gestor aumenta, os desafios aumentam e cada vez mais estão expostos ao risco os resultados da empresa. Neste contexto de mercado, as empresas que não mudam simplesmente serão convidadas a desaparecer do mercado. Se numa economia onde o contexto socioeconómico é incipiente o gestor é reputado sábio se consegue encontrar oportunidade em meio a dificuldade (como é no caso em que não se tem pessoal qualificado o que obriga o gestor a investir na formação dos seus quadros) em um ambiente de elevada competição (pressupondo que o sistema de educação é eficiente), o gestor será reputado sábio se consegue colocar á sua volta pessoas dotadas de várias competências. Este fenómeno decorre das funções básicas da administração de recursos humanos: Provisão, Aplicação, Manutenção, Desenvolvimento, e Monitoração. Essas etapas são inseparáveis. A eficiência da gestão de recursos humanos deve ser

transversal em todas as etapas. Falhando em uma delas, os efeitos se repercutem em todo o processo. Afinal, em ambiente de concorrência a empresa será desenvolvida se o seu gestor consegue aproveitar as competências que os colaboradores trazem para dentro da empresa. Não basta ter pessoas competentes, é necessário saber aproveitar tais competências para que se alcancem os resultados desejados, através da constituição de um capital intelectual que responde às exigências do mercado. A fórmula para o sucesso nesse tipo de ambiente é colocar pessoas certas em lugares certos e em momentos certos. Saber jogar com as peças dentro da empresa é o comportamento do gestor que pensa longe.

III. Contexto empresarial da província do Huambo

O Huambo é considerado como a quinta província com mais dinamismo económico. A economia local é partilhada por empresas privadas, públicas e ou público-privadas. Do ponto de vista de dimensão, o mercado local está constituído por pequenas empresas, microempresas e lojas de conveniência ligadas aos postos de abastecimento de combustível, dentre as quais as micro são em maior quantidade. Não procuramos, para efeito desta abordagem classificar as empresas pela estrutura de capitais por limitações deste trabalho e porque mesmo que quiséssemos, teríamos dificuldades em obter informações financeiras das empresas por conta de elas terem algum receio em fornecer tais informações, facto que se traduz pela falta de pessoas especializadas em análise financeira dentro das empresas, ou porque ainda as empresas locais não ganharam a cultura de publicar as informações inerentes ao desempenho das suas actividades. A maior parte das empresas do huambo são em nome individual. Ao procurar saber a razão da adopção da firma em nome individual, chegou-se a conclusão de que o problema está associado á crise de valores. Em conversa com um empresário local nos apercebemos de que as pessoas não têm a cultura de constituir sociedades de negócio. Existe muita traição entre os sócios. Não há confiança. “Por isso é que prefiro ficar sozinho no meu negócio” afirmou o empresário. Mais uma vez é necessário que se crie, por parte do Governo um sistema de educação que possa colmatar essas dificuldades. Este facto nos levou a apontar os problemas que a seguir se colocam.

1. Os empresários têm medo de constituir sociedades de negócio porque não confiam uns aos outros;

2. Como não constituem sociedades, os seus investimentos isolados não contribuem de grande forma para o desenvolvimento da economia local, e para a economia nacional, quando muito.
3. Têm medo (por alargamento dos dois pontos anteriores) de investir em grande escala porque não têm confiança na estabilidade das políticas económicas do país.
4. Como resultado dos comportamentos anteriores os funcionários (quando questionados sobre o assunto) também têm medo de trabalhar no sector privado da economia porque de todas as formas não encontram estabilidade de emprego.

Estes e outros problemas estão associados á crise social, ou crise cultural. Não precisamos fazer muito esforço para perceber o porquê do fraco desempenho das empresas privadas. E estes problemas (associados a crise cultural) contribuem em grande medida para a crise económica. É esta a realidade que deve ser melhorada. Entendemos, então que o Governo tem de afinar as suas políticas para melhorar esta situação. Apesar desta realidade, existem empresários que conseguem ampliar seus investimentos. Investidores que assumem risco estão a tirar partido desta situação. É! É preciso saber assumir riscos para fazer diferente dos outros. Enquanto outros vêm apenas dificuldades, caos, problemas, existem empresários que – dotados de espírito visionário - estão a encontrar grandes oportunidades de negócio. É preciso encontrar oportunidades aonde aparentemente elas não existam.

III.1. Recursos humanos disponíveis às empresas do Huambo

Precisamos, antes de tudo, fazer uma abordagem geral sobre a situação dos recursos humanos em Angola. Angola dispõe de um potencial humano aceitável. A população angolana rondava os 12,5 milhões de habitantes, dos quais, 60% é de camada jovem com idade inferior a 20 anos. Ou seja, aproximadamente 7, 5 milhões constitui uma franja da sociedade com idade até os 20 anos. Em termos gerais podemos dizer que Angola é um país jovem, e que tem tudo para aproveitar esta vantagem no sentido de potenciar a produtividade nacional. Se por um lado isto é um facto, também é um facto (e os vários dados estatísticos confirmam) que os índices de escolaridade nos níveis, básico e secundário (onde estaria essa franja da população) não são favoráveis. Tendo em conta que a educação constitui uma arma para o desenvolvimento, nesta perspectiva todas as opiniões apontam que precisamos fazer algum esforço para ver melhorada a educação

nesses níveis. Este facto nos indica que é necessário uma forte intervenção na área da educação para que se melhore a situação. De novo trazemos à tona a questão da “falta de acompanhamento académico-profissional”¹¹, questão já referenciada no ponto anterior. Agora fica em discussão se é a crise social que nos leva a ineficiência a nível da educação ou se é a falta de educação que nos leva a crise social. Seja qual for a que causa a outra, o certo é que é necessário um esforço muito grande (tangente ao investimento na formação do homem) já que o que se pretende é atingir um nível de crescimento económico aceitável. Outrossim, e a ver com a questão da aversão à procura de emprego no sector privado (porque desde muito se pensou que o sector público é que garante estabilidade de emprego). Até certo ponto esse medo tem sua razão de ser, basta olharmos para o contexto empresarial privado ainda incipiente. Mas, a medida que as empresas vão adoptando sistemas de gestão por competências (desde que as empresas públicas também o façam) será cada vez indiferente (e nalgumas vezes melhor) procurar emprego no sector privado da economia.

A província do Huambo está localizada na Zona Centro-sul de Angola e é habitada – segundo os dados provisórios do censo realizado de 16 a 31 de Maio/2014 – por uma população total de 1.896.147 (**Um milhão, Oitocentos e Noventa e Seis Mil e Cento e Quarenta e Sete habitantes**) em que 52% é do sexo feminino. Estes dados mostram que cerca de 8,9% da população angolana habita o território do Huambo. Sabemos que, desde cedo o Huambo tem sido conotado como a cidade académica do país. Nestes termos, e ainda conhecendo o quanto as universidades do Huambo são procuradas por estudantes de outros pontos do país, podíamos precisamente concluir que 60% da população do Huambo é jovem e que frequenta as escolas¹². De qualquer forma, essa verdade fica ofuscada pela crise social do país, onde a delinquência juvenil aumenta de forma proporcional ao aumento da população, o que desfavorece a produtividade local e nacional. A ser assim, as empresas locais precisam levar em consideração esse e outros factores de formas a fazer um investimento muito grande na formação dos seus colaboradores para que consigam tirar alguma vantagem no mercado e contribuir para o engrandecimento da economia nacional.

¹¹ Neste caso estamos a nos referir à criação, por parte do governo, de um sistema de educação que visa dotar de competências as pessoas desde a base até ao nível superior. É desta forma que se pode fazer uma previsão do potencial de capital humano que contribuirá para o grande desafio da nação, que é o de alcançar os níveis de desenvolvimento económico aceitáveis. Para que o país se torne em uma sociedade de conhecimento, a criação de um sistema educacional naqueles termos se torna incontornável.

¹² A questão da delinquência juvenil é extensiva para todo o país. Assim, para esta informação ficam de parte os jovens delinquentes, que não frequentam a escola, caracterizados por várias práticas anti-sociais.

III.2. Potencialidades económicas do Huambo

Falar do contributo da economia do Huambo para a Economia do país é uma questão do passado. Se tivermos que encontrar a posição do Huambo no *ranking* das seis províncias que contribuem para o PIB, o Huambo não faria parte, pese embora que ficaria em primeiro lugar se a questão fosse tratada no passado. O Huambo já teve a reputação de maior polo industrial da África, através das indústrias que possuía antes da independência. Há quem assuma que o Huambo terá sido a capital metropolitana e não de uma província ultramarina¹³.

Capítulo V. Sugestões para os empresários do Huambo e Conclusões

V.1. Sugestões para os empresários do Huambo

Tendo em conta os aspectos já referenciados neste trabalho, sugere-se que:

- a) Os empresários adoptem posturas que concorram para maximizar a produtividade das suas empresas;
- b) Os empresários procurem os centros de formação existentes para que possam se capacitar na área empresarial;
- c) Procurem ler mais e estar informados sobre as políticas económicas do país para que (apesar de nem sempre ser disponível ou previsível a informação financeira e económica) possam, de alguma maneira, conhecer as principais áreas de investimento no país;
- d) Constituam sociedades, pois o esforço de uma só pessoa é bom, mas o de duas é bem melhor;
- e) Apostem na formação do seu capital humano e, juntamente com outros recursos da empresa se tenha uma postura de gestão cada vez mais eficiente;
- f) Conheçam o chão em que pisam e partilham entre si, para que através da competitividade se consiga qualidade nos produtos e serviços, contribuindo assim para a maximização da satisfação dos clientes;

¹³ Significa que o Huambo era capital de todas as províncias ultramarinas de Portugal, daí o nome de Nova Lisboa.

- g) Tendo em conta o contexto socioeconómico, não só nacional, mas também global, os gestores precisam adoptar políticas de reintegração de seus colaboradores para que a empresa reme contra os efeitos nocivos da crise¹⁴.

V.2. Conclusões

As empresas que permanecem no mercado – apesar de todas as dificuldades impostas – são aquelas que apostam na formação dos seus colaboradores, dotando-os de habilidades, capacidades, destrezas e conhecimentos para que possam desenvolver as tarefas do dia-a-dia com menor dificuldade possível, alcançando assim a eficiência operacional. Capacitar os colaboradores, nesta nova forma de olhar as empresas, não é uma acção social da empresa, mas sim um investimento que gera retorno e imprescindível em ambientes competitivos.

Proporcionar formação aos colaboradores de formas que sejam capazes de resistir às turbulências do mercado é uma questão de aplicação correcta das tácticas empresariais. Nesse trabalho se conclui que o governo deve criar um clima que proporcione o crescimento económico, através da estabilidade das políticas económicas do país. Só assim, se virá aumentado o nível de poupança e de investimento das empresas. A diversificação da economia se faz com a criação de um mercado híbrido. É necessário buscar alternativas que contribuam para o clima empreendedor no país e com isso conseguir-se a diversificação da economia e eficiência de mercado requeridas.

Bibliografia

0. ALVES DA ROCHA, Manuel J: **Estabilização, Reformas e Desenvolvimento em Angola**, Luanda, Mayamba Economia, Junho de 2011.
1. ASSAF NETO, A: **Finanças corporativas e valor**. São Paulo: Atlas, 2006.
2. DE LIMA, Edilene C: **Nosso conhecimento vale ouro**, sobre o valor do trabalho de campo, *Anuário Antropológico*, 2014, posto online no dia 01 Outubro 2014,

¹⁴ Pereira, H. Bases Conceituais de um Modelo de Gestão para Organizações Baseadas no Conhecimento. Acedido em Outubro, 21, 2015 em http://www.sincorpr.org.br/arquivos_pdf/bases_conceituais_para_um_modelo_de_gestao.pdf

- consultado no dia 03 Fevereiro 2016. URL : <http://aa.revues.org/650> ; DOI : 10.4000/aa.650
3. DE OLIVEIRA, C Eduardo: **VIII congresso nacional de excelência em gestão**, UFU, 2012
 4. Pereira, H: **Bases Conceituais de um Modelo de Gestão para Organizações Baseadas no Conhecimento**. Acedido em Outubro, 21, 2015 em http://www.sincorpr.org.br/arquivos_pdf/bases_conceituais_para_um_modelo_de_gestao.pdf
 5. SLACK, N; Johnston, R.; CHAMBERS, S: **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 1996.
 6. SUN TZU; **A arte da guerra**, citado por Luis Figueiredo em: <http://www.suntzu.hpg.com.br>, visitado no dia 30/09/2015, 11:00.

ECONOMIA

O MÉTODO PERT-CPM NA GESTÃO DE PROJECTOS

CLÁUDIO RODRIGUES BRITO CAPAMBA¹⁵

Cbrodrigues.Capamba@hotmail.com

RESUMO

O artigo resulta de uma revisão bibliográfica para fundamentar teoricamente o conceito de Projecto da perspectiva empresarial, explicando a importância deste particular sistema de produção de bens e serviços. Argumenta-se a necessidade de distinguir os principais atributos de um projecto para executar uma adequada gestão do conjunto de actividades que o compõem, garantindo o respeito dos tempos e prazos, o uso racional dos recursos atribuídos e o cumprimento das normas de qualidade estabelecidas. Apresenta-se também o método PERT-CPM como ferramenta quantitativa para a programação e controlo de projectos. Como resultado se conclui que esse instrumento aplica-se para a representação e cálculo da Rota Crítica de um caso de estudo relacionado com o projecto de Simulação de Lançamento da nova Cerveja Cuca que permite concluir a viabilidade e confiabilidade do método PERT-CPM para a gestão de projectos em geral.

Palavras-chaves: PERT-CPM, Rota Crítica.

ABSTRACT

The article is the result of a literature review to theoretically support the concept of the project business perspective, explaining the importance of this particular system of production of goods and services. It is argued the need to distinguish the key attributes of

¹⁵ Licenciado em Gestão Empresarial, Faculdade de Economia da UAN e Docente Universitário

a project to implement proper management of all activities that compose it, ensuring respect of the times and terms, the rational use of the resources allocated and compliance with the established quality standards. It also features the PERT-CPM method as quantitative tool for scheduling and project control. As a result it is concluded that this instrument applies to the representation and calculation of Route Critics of a case study related to the Launch Simulation project for the new Cuca Beer for concluding the feasibility and reliability of the PERT-CPM method for managing general projects.

Keywords: PERT-CPM, Critical Route.

INTRODUÇÃO

A vida de todos está cheia de projectos, como os de estudar, graduar-se, trabalhar e casar-se. Ou ainda os de férias, mudar de vivenda, aquisição de um novo automóvel e inclusive o número de filhos que se pensa ter. São tantos que a palavra parece natural. Entretanto, esse inato (e também a irreflexão com o que se vive) provoca que se escape uma característica essencial: seu carácter único e não repetível para circunstâncias idênticas. Não existem dois exactamente iguais como mesmo não existem indivíduos com o mesmo código genético (ao menos até agora).

Não existe virtualmente alguma actividade profissional em que não se realize em maior ou menor grau, e surpreendentemente; a Gestão, apesar de ser muito importante segue sendo uma das áreas menos favorecidas nos planos de estudo. Esta diversidade que pode existir é que faz complicar a sua gestão. E é preciso que os gestores compreendam adequadamente as características básicas que dirigem. Comparem-se rapidamente dois distintos: um tradicional e outro radicalmente inovador.

Um projecto tradicional pode ser a construção de uma linha ferroviária de alta velocidade. A tecnologia tem um papel importante, mas os parâmetros tradicionais seguem um esquema. Basicamente, se a linha for Luanda – Huambo, não parece provável que nenhuma destas duas cidades mude de posição em um futuro próximo, nem que varie substancialmente a orografia do terreno que as separa. Distância e o estudo dos fenomenos que determinam a formação das montanhas serão parâmetros fundamentais, muito mais que a tecnologia de sinalização que se utilizará.

Analise agora o desenvolvimento de um sistema de comunicação aeronáutica para aviões que voam entre essas duas cidades. E para garantir segurança escolhemos como suporte o enlace via satélite. O certo é que as organizações empresariais se desejam ser competitivas, precisam acostumar-se a constantes mudanças e adaptação em um entorno dinâmico e muitas vezes hostil. As circunstâncias que enfrentam e os problemas que devem resolver são novos, é difícil aproveitar completamente a experiência anterior.

Nas palavras de Drucker¹⁶: *Sem um abandono [da rotina] sistemático e determinado, a organização será colhida pelos acontecimentos. Ela irá dissipar seus melhores recursos em coisas que nunca deveria estar fazendo ou que não deveria mais fazer. Em consequência disso, ela irá carecer de recursos, especialmente humanos, para explorar as oportunidades que surgem quando mudam mercados, tecnologias e competências essenciais. Em outras palavras, ela estará incapacitada de reagir de forma construtiva às oportunidades que são criadas quando sua teoria do negócio se tornar obsoleta.*

O desenvolvimento de produtos, a prestação de serviços, ou inclusive a organização da própria empresa são trabalhos que podem tomar a forma de projectos ou operações. Ambos compartilham 3 características: realizam pessoas, empregam-se recursos limitados e se levam a cabo seguindo uma estratégia de actuação. A Gestão de Projectos como disciplina é relactivamente recente, dado que começou a forjar-se nos anos sessenta e a necessidade de sua profissionalização surgiu no âmbito militar com o desenvolvimento de complexos sistemas que requeria coordenar o esforço conjunto de equipas de pessoas do saber diferentes, na construção de sistemas únicos, sem experiência anterior e com o imperativo de entrega em prazos de tempo o mais curto possível.

Isso implicou a introdução do término de “concorrência” referida à integração de todos os elementos do projecto em um só programa e orçamento; e a execução de actividades de forma simultânea e não sequencial para permitir a economia de tempo.

A bibliografia sobre gestão de projecto não é abundante, pode encontrar-se em artigos e monografias de engenharia científicas militares... e em alguns dos escassos exemplares dedicados exclusivamente a esta matéria.

¹⁶ *Administrando em tempos de grandes mudanças*, 2002, p. 12

CAPÍTULO 1: GESTÃO DE PROJECTOS. ASPECTOS TEÓRICOS.

1.1 Conceitos essenciais

Quando se aborda o estudo de um curso de Gestão Empresarial resulta inevitável assimilar a função de planeamento como a primeira e mais importante função dos gestores em qualquer tipo de organização, lucrativa ou não.

Segundo, Chicale e de Oliveira¹⁷ : *O planeamento é a primeira e mais importante actividade da administração, já que é preciso fixar a direcção que terá que tomar a empresa, os objectivos da mesma e os meios para obtê-lo, além disso, nos permite desenhar para um futuro incerto, com alguma certeza de que se teria que cumprir os objectivos da empresa. Consiste em fixar o curso concreto de acção que tem que seguir-se, estabelecendo os princípios que terão que orientá-lo, a sequência de operações para realizá-lo e as determinações de tempos e de recursos necessários para sua realização.*

Dentro das inúmeras e importantes questões que uma organização deve fazer, o planeamento da produção e as operações são, evidentemente, as áreas fundamentais, já que constitui o *hard-core* da entidade, o campo onde se livra a batalha mais importante para a consecução dos objectivos propostos.

É, portanto, quase obrigatório que as empresas tenham uma ideia clara de como está organizado seu sistema produtivo ou de serviços, porque as ferramentas necessárias para um planeamento eficaz e eficiente variam em dependência do nível de abrangência, e da forma em que se encontra estruturado o conjunto de actividades e operações inter-relacionadas envolvidas e a produção de bens ou serviços.

A classificação tradicional dos sistemas de produção se apoia em função do fluxo de produto, o que de acordo com várias considerações, continua sendo muito útil, por sua simplicidade e impossibilidade de equívocos.

Assim, os sistemas de produção podem ser:

¹⁷ Planeamento da Produção na Empresa Unicerâmica - U.E.E. do Huambo mediante a aplicação das técnicas da Programação Linear. Monografia para obtenção do Grau de Licenciatura em Gestão de Empresas. Faculdade Economia, UJES, Huambo. 2010, p. 8 e 9.

- Produção contínua ou de fluxo em linha;
- Produção por lotes ou por encomenda (fluxo intermitente);
- Produção para grandes projectos sem repetição.

Produção Contínua: Apresentam uma sequência linear, o produto é bastante padronizado. É caracterizados por uma alta eficiência e acentuada inflexibilidade derivada de uma substituição maciça de homens por máquinas, bem como à padronização do restante em tarefas altamente repetitivas. Além da concorrência pode-se citar o risco de obsolescência do produto, a monotonia dos empregados e os riscos de mudança tecnológica no processo.

Produção por Lotes: Ao termo da fabricação de um produto outros tomam o seu lugar nas máquinas. O original só voltará ser feito depois de algum tempo. O equipamento utilizado é de tipo genérico, ou seja, equipamento que permite adaptações dependendo das particulares operações para um específico.

Exige mão-de-obra mais especializada devido às constantes mudanças em calibrações, ferramentas e acessórios. O que ganha em flexibilidade diante da produção contínua ele perde em volume. Tem também outros problemas relacionados com o controlo de estoques, a programação e a qualidade.

Produção para grandes projectos: Diferencia-se bastante dos tipos anteriores. Na verdade, cada projecto é um produto único, não há, rigorosamente falando, um fluxo. Neste caso, tem-se uma sequência de tarefas ao longo do tempo, geralmente de longa duração, com poucas ou nenhuma repetitividade. Uma característica marcante dos projectos é seu alto custo e a dificuldade gerencial no planeamento e no controlo. É precisamente este último tipo de sistema de produção, que ocupará a atenção nas próximas páginas deste artigo, por estar referido directamente ao objecto de estudo que interessa. Mas é preciso antes formalizar o que se entende por Gestão de Projectos.

1.1.1 Projectos.

Portanto, pode interpretar-se que um projecto é um empreendimento que tem lugar durante um tempo limitado, e que aponta a conseguir um resultado único. Surge como resposta a uma necessidade, de acordo com a visão da organização, embora esta possa

desviar-se em função do interesse. O projecto finaliza quando se obtém o resultado desejado, desaparece a necessidade inicial, ou se esgotam os recursos disponíveis.

Segundo ISO (*International Organization for Standardization*), um projecto é o “...processo único que consiste num conjunto de actividades coordenadas e controladas, com data de início e fim, que são empreendidas para alcançar um objectivo, que se estabelece de acordo com requisitos específicos, incluindo restrições de prazo, custo e recursos.”¹⁸. Dificilmente se encontrará um projecto onde tudo será um caminho controlado. Precisamente porque a busca desse é uma parte fundamental. E esse irá mudando durante a execução.

Surgirão situações que requererão produzir sem qualquer preparação, passar-se-á por áreas desconhecidas que obrigarão a investigar, procurar-se-ão atalhos, perder-se-á o caminho e se voltará a encontrar. E, se tudo for bem, possivelmente se chegará ao final onde que jamais poderia imaginar.

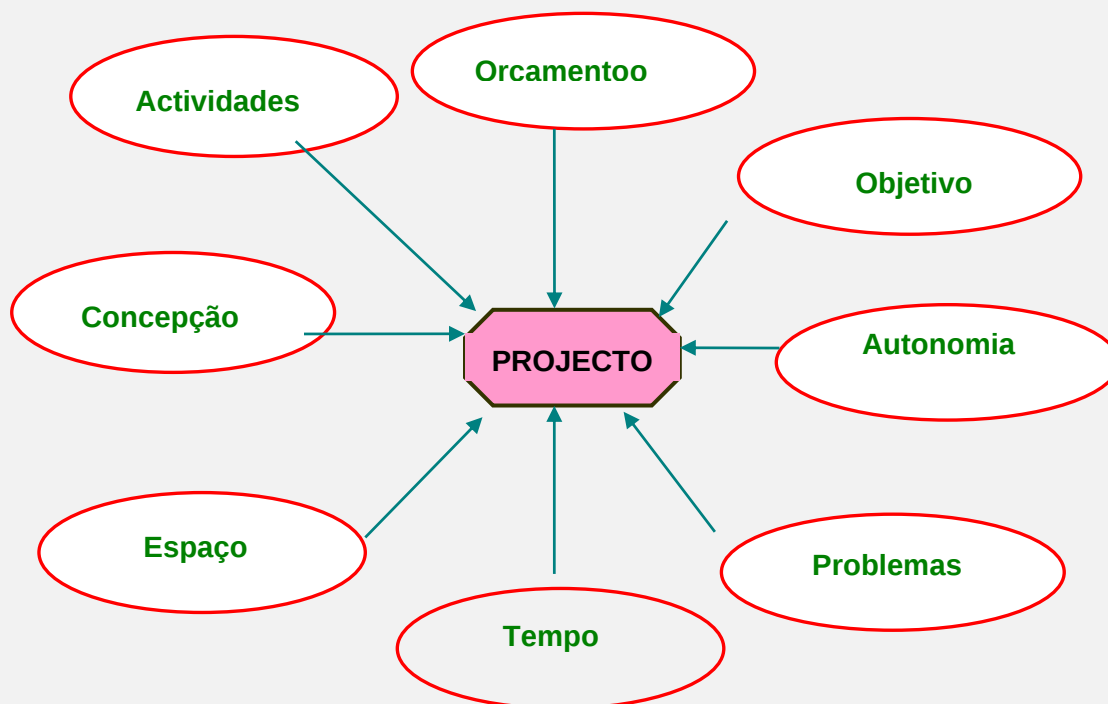
Segundo o *Project Management Institute*¹⁹ as características de um projecto são:

- Temporal: cada projecto tem um começo e um final definido. O fim se alcança quando se obtiver os objectivos ou quando fica claro que os mesmos não poderão ser alcançados, ou a necessidade deste já não exista, assim seja cancelado. Temporal não significa de curta duração; muitos projectos duram vários anos. Em cada caso, tem um periodo limitado, porque não são esforços contínuos.
- Produtos, serviços ou resultados únicos: um projecto nunca é exactamente repetido, mesmo que existam alguns elementos várias vezes, isso não elimina seu carácter único. A singularidade é uma característica importante dos produtos entregáveis.
- Elaboração gradual: é uma característica dos projectos que seguem aos conceitos de tempo e único. Significa desenvolver por passos e ir avançando mediante incrementos.

¹⁸ Jaque, 2007, p.7

¹⁹ PMI, 2004

Figura 1.1 Principais Atributos de um Projecto



Fonte: Autor

1.1.2 Gestão de Projectos

Não existem muitas diferenças nas formas em que diversos autores abordam o conceito de Gestão de Projectos. Por exemplo, *Kerzner* (2003) considera que ela consiste no planeamento, organização e controlo dos recursos de uma empresa para a consecução de um objectivo relativamente de curto prazo. Este autor, expõe que a gestão de projectos utiliza a abordagem sistémica como forma de atribuir o pessoal a funcionar (hierarquia vertical) e (hierarquia horizontal). Uma definição muito compacta é: “Processo através do qual um projecto é levado a uma conclusão. Tem 3 dimensões: objectivos (âmbito, organização, qualidade, custo, tempo); processo de gestão (planear, organizar, implementar, controlar) e níveis (integrativo, estratégico, tático).²⁰

Para os interesses do artigo, prefere-se adaptar com ligeiras modificações, a definição dada pelo Lim (2004) que expressa não textualmente: A Gestão de Projectos é um

²⁰ Turner, 1993, p. 30

processo de planeamento, programação, execução e controlo, desde seu início até sua conclusão, com o propósito de alcançar um objectivo final em um prazo determinado, com certo custo e nível de qualidade, através da mobilização de recursos técnicos, financeiros e humanos. O anterior quer dizer que incorporando várias áreas do conhecimento a atingir é um derradeiro produto com o melhor resultado possível do trinómio custo – tempo – qualidade; com o melhor desempenho possível, numa perspectiva dinâmica e flexível, procedendo às alterações necessárias que se necessitem durante o avanço do projecto.

Em resumo, a gestão de projectos reúne áreas distintas como a de custos, qualidade, tempo, recursos humanos, comunicação e a informação (entre os membros e o exterior). Assim, forma um ciclo dinâmico que transcorre do planeamento à execução e controlo.

CAPÍTULO 2: APLICAÇÃO

2.1 Planeamento, programação e controlo.

Um dos desafios mais importantes que pode enfrentar um gestor moderno é a administração de um projecto a grande escala; quando chegar esse momento terá sem dúvida, a possibilidade de demonstrar a sua preparação, a sua experiência, o seu nível de improvisação, sua autoridade e sua capacidade de coordenação; a habilidade para lidar com problemas imprevistos e a sabedoria para ultrapassá-los.

Em geral, os projectos têm sido grandes e caros. Construir um hospital, desenvolver uma nova tecnologia para telas de televisão, realizar uma campanha maciça de vacinação na África são os que necessitam uma boa coordenação e utilização dos recursos disponíveis para obter uma eficiência em termos de tempo e de custo.

Completar estes projectos num período determinado, cumprindo as expectativas orçamentárias e os parâmetros de qualidade não é tarefa fácil. Se, por exemplo, falhar o fornecimento de um material determinado numa data concreta, pode sofrer atraso que implica um aumento considerável do custo junto com todas as consequências que isto traz consigo. Uma boa gestão e administração do projecto são cruciais.²¹

²¹ Serra, 2002, p.113

Normalmente estão divididos em muitas tarefas, dependentes entre elas. Em muitos casos não se pode começar uma sem ter finalizado outra. É possível que em grandes projectos existam muitíssimas actividades interdependentes, por isso os administradores têm que encontrar métodos e mecanismos para poder administrá-las eficientemente.

A fase de programação da administração de projectos específica com maior pormenor o plano deste. Esta começa com a elaboração de uma lista detalhada das actividades, que se denomina estrutura de supressão do trabalho. Depois se estabelece um programa particularizado de tempo para cada actividade utilizando os métodos que se descrevem mais adiante.

Quando se termina o programa, pode desenvolver um orçamento com tempo atribuído, o qual se relaciona com o início e fim de cada uma das actividades. Por último, pode dar ao pessoal às actividades individuais do mesmo.

2.1.1 Gráficos Gantt

A Gráfica Gantt foi ideada na primeira década do século XX pelo Henry Gantt²². Inicialmente concebida para administrar a construção naval durante a primeira guerra mundial, o diagrama, permite calcular a data de término de um projecto em função da duração de cada tarefa ou actividade a partir de gráficos de barras. Este consiste numa lista de actividades do projecto, apresentada na vertical à esquerda; e numa escala temporária, geralmente na parte superior e crescente para direita. O diagrama apresenta uma linha por cada actividade. A linha inicia num ponto da escala temporária que representa a sua data de início e conclui em outro ponto que representa o seu término. Dando uma olhada em diagrama do Gantt pode-se ver a planificação de todo o projecto.

Além das actividades, as gráficas podem mostrar os Eventos. Estes são instantes ou pontos no tempo que em geral, utilizam-se para assinalar o início ou fim de uma ou várias. Assim se utilizam com frequência na programação por serem fáceis de usar e muita gente as compreende com facilidade. Entretanto, os de média complexidade, estas se tornam inadequadas, pois não mostram as interdependências e relações entre as actividades.

²² Engenheiro norte-americano, discípulo do Frederick Taylor, que é considerado pai da administração científica ou da moderna teoria da administração.

A duração de cada actividade e a folga ou margem de cada uma se apresentam no gráfico em forma de barra horizontal, e à medida que avança a execução vai-se modificando a configuração de cada barra (por exemplo, a cor) para indicar o seu estado. Do mesmo modo, se podem apreciar as actividades críticas.

2.1.2 PERT-CPM

Duas das mais conhecidas técnicas para planear e coordenar projectos em grande escala são PERT (*Program Evaluation and Review Technique*) e o CPM (*Critical Path Method*). São técnicas especialmente úteis em situações onde os gerentes têm responsabilidade pelo planeamento, programação e controlo de grandes projectos, contendo muitas actividades levadas a cabo por diferentes pessoas, de diferentes habilidades.²³

Estas técnicas se caracterizam por usar estruturas de redes para ajudar a ilustrar a coordenação das actividades e possibilitam a aplicação de algoritmos de optimização.

*Elas são modelos de plano operacional, permitindo também um esquema de controlo e de avaliação dos projectos, pois o administrador pode avaliar o progresso feito em comparação com padrões de tempo predeterminados. Se houver algum desvio auxilia o administrador a localizar quando e onde deve ser aplicada alguma acção correctiva. Embora não possam impedir erros, atrasos, mudanças ou eventos imprevistos, dão margem a acções correctivas imediatas.*²⁴

PERT se desenvolveu na década de 1950 assessorado pelo Departamento de Defesa dos EUA para a administração de projectos militares de investigação e desenvolvimento. A sua primeira aplicação importante foi no projecto dos mísseis Polaris para a marinha norte-americana que envolvia milhares de operações a cargo de mais de 3000 empreiteiros e subempreiteiros.

A diferença fundamental entre o PERT e CPM é simplesmente o método pelo qual se realizam estimativas de tempo para as actividades ou tarefas do projecto. Um, o tempo é assumido probabilístico ou estocástico, isto se traduz em que este pode lidar com

²³ Moreira, 2008, p.399.

²⁴ Chiavenato, 1994, p.244.

incerteza que existe para cada tarefa e o outro o tempo se assume como determinístico, e não se ocupa com o incerto, mas sim focaliza a relação de intercâmbio entre tempo e custo.

O PERT supõe que o tempo para realizar cada uma das actividades é uma variável aleatória descrita por uma distribuição de probabilidade. Quem o desenvolveu escolheu a distribuição *beta* como boa para descrever o comportamento da variável aleatória “tempo da actividade” porque dita distribuição é uni modal (tem um só valor mais alto), tem pontos finitos negativos e não é necessariamente simétrica.

O emprego desta distribuição requer o uso de três estimativas de tempo: o mais provável, optimista, e o pessimista. O valor provável será o necessário para executar a actividade em condições normais, enquanto as restantes duas proporcionam uma medida da incerteza inerente a actividade, incluindo imperfeições no equipamento, disponibilidade de mão-de-obra, atraso na entrega de materiais e outros factores.

Se uma actividade da rota crítica atrasa, o projecto como um todo também, na mesma proporção de tempo. As que não estão na rota crítica têm certa quantidade de folga ou margem, quer dizer, podem em sua execução consumir mais do que o previsto e permitir que se mantenha em programa. Tanto PERT como CPM identificam estas e a quantidade de tempo disponível para o atraso.

Em segundo lugar, estes métodos (a partir de agora serão um método único) considera os recursos necessários para completar as actividades. Em muitos projectos, as limitações em mão - de - obra e equipamentos fazem com que a planificação seja difícil. PERT-CPM identifica os instantes do que estas restrições causarão problemas e de acordo à flexibilidade permitida pelos tempos de folga das actividades não críticas, permite que o gerente manipule estas para aliviar as tensões do mesmo.

2.2.2 Diagramas de redes

Com o emprego deste pode ser visualizado como um conjunto de operações em certa sequência para alcançar objectivos. As mesmas consomem tempo e recursos e para representá-las se usam diagramas de redes que são construções matemática compostas de dois elementos: nós e flechas ou setas.

Para aplicar, requer-se compreender completamente a estrutura e requisitos do mesmo. O esforço que se gaste para identificar a estrutura de um projecto é de grande valor para a compreensão deste. Em particular, devem responder as questões: as actividades que o projecto requer; os requisitos de sequência ou restrições; as que podem realizar-se simultaneamente; os tempos estimados para cada actividade.

O primeiro passo para construir a rede consiste em fazer uma lista de cada uma das actividades e daquelas que imediatamente devem preceder. É chave ter um rol preciso das suas relações correctas de precedência visto que todos os cálculos futuros dependem disso. Como ilustração desta etapa, considere o seguinte caso de estudo, muito simplificado e elementar, com toda intenção para efeitos didácticos e de exposição de conceitos.

2.3.1 Caso de estudo: Simulação do Lançamento da nova Cerveja Cuca no Huambo

A gerência da fábrica de cerveja Cuca no Huambo considera necessária a introdução de uma nova mais próxima ao gosto dos consumidores actuais. Portanto, a empresa decidiu executar um projecto de introdução de um novo produto, a partir de ingredientes que melhorem o sabor da cerveja e da apresentação de uma embalagem nova de 6 unidades para ser vendido com o mesmo preço de 5 unidades separadas. A equipa responsável pelo projecto de lançamento identificou as tarefas necessárias para comercializar o produto assim como o tempo esperado de execução das actividades.

A empresa necessita que a equipa de desenvolvimento entregue antes possível um relatório resumido que destaque:

- Tempo total de execução do projecto.
- Datas de início e fim de cada actividade.
- Actividades ou tarefas críticas, que devem executar-se em tempo para que o projecto não se atrase.

O quadro a seguir mostra, as relações de precedência e o período de execução das actividades a partir de estimativas de peritos com experiência em projectos similares. O tempo aparece expresso em semanas.

Quadro 2.4 Projecto de simulação de Lançamento da nova cerveja Cuca

Código da actividade	Descrição da actividade	Precedência	Tempo (semanas)
A	Desenhar o novo produto	-	6
B	Desenhar a nova embalagem	-	5
C	Pedido e recepção de matéria-prima para o novo produto	A	3
D	Modificar tecnologia de fabricação do produto	A	4
E	Modernizar equipamento de embalagem	D	2
F	Pedido e recepção de matéria-prima para a nova embalagem	B	3
G	Fabricação do novo produto	C, D	5
H	Fabricar a nova embalagem	E, F	3
I	Teste de mercado do novo produto	G	8
J	Teste de mercado da nova embalagem	H	5
K	Embalar o produto e entregar aos distribuidores	I, J	3

Fonte: Autor

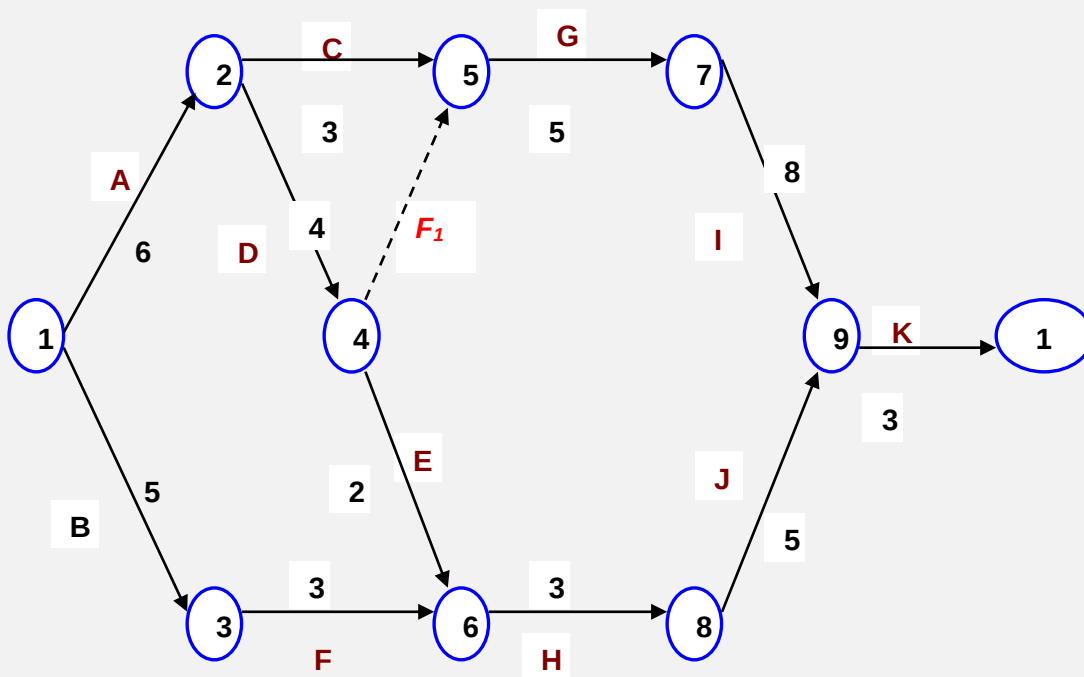
Como primeiro passo deve construir o diagrama de rede PERT-CPM correspondente de acordo a lista de actividades e as relações de precedência estabelecidas. Isto aparece na figura 1.2 a seguir, incluindo os tempos de execução de cada actividade.

Pode-se constatar que foi necessária a introdução de uma actividade fictícia porque a actividade E só depende do fim da actividade D, enquanto a actividade G depende do fim de C e D. Por outra parte, C e D começam no mesmo nó porque ambas dependem do fim da actividade A:

Para o cálculo do tempo total de execução do projecto se empregam as expressões:

1. $t_0 = 0$ Data de ocorrência do evento inicial.
2. $t_j = \max \{ t_i + t_{ij} \}$ Data de ocorrência do evento j, onde t_i é a data de ocorrência do evento i e t_{ij} é a duração da actividade (i – j).

Figura 1.2 Rede PERT-CPM: Projecto Nova Cuca

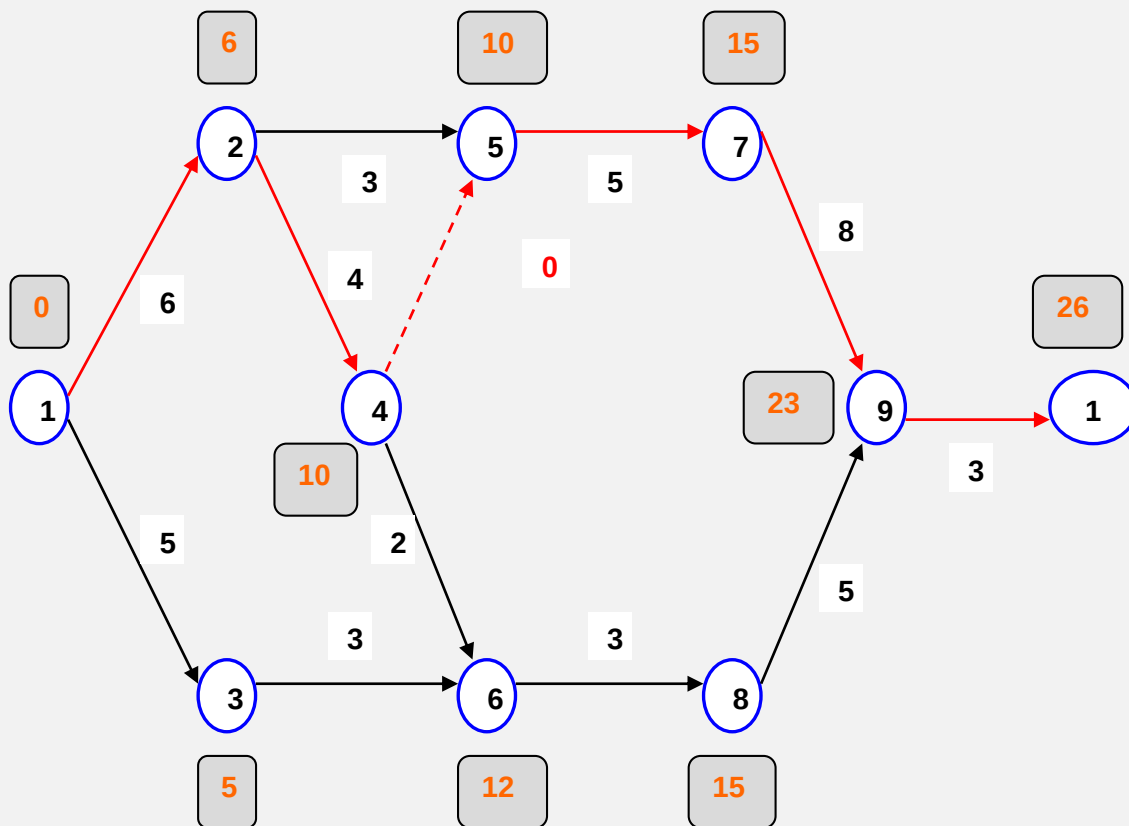


A segunda expressão implica que, para calcular a data de ocorrência de um evento qualquer excepto o inicial, deve utilizar-se neste processo, uma que termine no respectivo evento, tendo em conta a duração dessa actividade e a data de ocorrência do evento onde ela começa.

Em outras palavras, no estudo de caso, não se pode calcular a data de ocorrência do evento 4 e 3 porque não existe uma que vincule ambos. Por outra parte, a ocorrência de 6 indica o fim de 2 : as actividades (3 – 6) e (4 – 6). Com antecedência se viu que neste caso se selecciona como data de ocorrência o total maior, assim é para dar tempo que duas terminem, no prazo mínimo dado pela mais larga.

Resultados sobre o diagrama

Figura 1.3 Cálculo da duração total do projecto



Para calcular o tempo total de execução de um projecto, selecciona-se; entre todos os que vão do evento inicial até ao final; aquele que proporcione a duração máxima, ou seja, caminho mais longo, porque é o que garante que se executem todas as actividades.

Parte-se do critério de que para que um projecto se considere terminado, todas elas têm que estar executadas. Assim, se compõe só de duas que iniciam simultaneamente, a duração do mesmo estará determinada pela actividade que mais tempo consome já que nesse lapso de tempo deve ter culminado a outra.

Repara-se que o evento 4 ocorre na semana 10 e que o 3 ocorre na 5. Com estes antecedentes resulta evidente que o evento 6 não poderá ocorrer numa data anterior à 12 porque não daria tempo para culmine a actividade (4-6) que consome 2.

Em cima de cada evento coloca-se a data de ocorrência de destes; data que evidentemente, tem que ter em consideração a da ocorrência do anterior e a duração da actividade associada. Por exemplo, a data de ocorrência do evento 6 é 12 o qual significa que indica o fim das actividades E e F, e o início da H; deve ocorrer na 12 depois de ter

iniciado o projecto, tendo em consideração que se começou na semana zero. Portanto, as datas dos eventos se interpretam também como as do início e/ou fim das actividades.

A aplicação da expressão 2 é:

$$t_6 = \text{máx} \{t_3 + t_{3,6} ; t_4 + t_{4,6}\} = \text{máx} \{5 + 3 ; 10 + 2\} = 12$$

Na formula, trabalha-se com datas relativas e não do calendário, o qual proporciona a vantagem de que a de ocorrência do último evento expressa directamente o tempo total de execução. Por outro lado, o emprego de datas relativas permite adaptar sem contratempo qualquer no movimento real do começo do projecto sem levar em conta se o mês contiver 30 ou 31 dias.

Para definir o caminho ou rota crítica basta um processo de indução para trás. Quer dizer, começando pelo evento final se determina desde que o mesmo i foi calculada a data deste j . Nesse estudo, o caminho mais longo (rota crítica), que determina que o projecto tenha uma duração total de 26 semanas é:

- Em termos de Eventos 1-2-4-5-7-9-10
- Em termos de actividades A-D-Fictícia-G-I-K

A gerência da empresa tem certeza que o projecto para a nova cerveja terá uma duração mínima de 26 semanas, em outras palavras, não poderá estar terminado antes desse prazo. A identificação do caminho crítico permite concentrar os esforços naquelas que influem directamente na execução. As actividades não críticas têm folga para sua execução, ou seja, podem sofrer algum atraso sem que se afecte o projecto. Caso a gerência precise terminar antes do prazo previsto, terá necessariamente que acelerar algumas. Parece evidente que conseguir este objectivo implica a velocidade das que forem críticas.

CONCLUSÕES

1. A complexidade dos sistemas productivos e de serviços modernos condiciona a existência de projectos como conjunto de tarefas destinadas ao cumprimento de um objectivo de carácter único, não repetitivo; para os quais resulta vital a definição de prazos de tempo e recursos limitados que requerem um emprego racional. Isto gera um grupo de problemas não antecipados dentro de qualquer

contexto organizacional onde a incerteza se converte num factor de risco impossível de considerar.

2. A gestão adequada de projectos deve entender-se como um processo dinâmico que inclui áreas distintas como a gestão de custos, de recursos humanos e a da informação; que implica o cumprimento das funções de planeamento, programação, execução e controlo de actividades com uma perspectiva dinâmica e flexível para permitir as alterações e correcções que a incerteza impede de antecipar.
3. O método PERT-CPM é uma ferramenta quantitativa muito útil para o planeamento, programação e controlo de projectos de qualquer tipo e envergadura, que proporciona um volume de informação importante relacionado com o emprego eficiente dos recursos, o respeito dos prazos de tempo fixados e o cumprimento das normas de qualidade estabelecidas.
4. A aplicação do PERT-CPM para a gestão de projectos de simulação de lançamento de nova cerveja Cuca do Huambo permite definir as datas de cumprimento das tarefas fundamentais, precisar um compromisso para a terminação deste e identificar as actividades críticas sobre as quais deve exercer um maior controlo de tempo e recursos.

RECOMENDAÇÕES

Como resultado do Artigo e as conclusões expostas, é possível recomendar:

1. Apresentar os resultados deste e outros trabalhos similares em jornadas científicas do Instituto Superior Sol Nascente do Huambo como forma de estimular o emprego de ferramentas quantitativas na gestão empresarial da província.
2. Ampliar e aprofundar os trabalhos de aplicação do PERT-CPM para a gestão e controlo de projectos em geral, procurando o exame de distintos objectivos quantitativos como a determinação dos tempos e prazos de execução das etapas de um projecto (eficácia) e a consecução das metas com um emprego racional dos recursos (eficiência).
3. Explorar em posteriores trabalhos científicos do tema, a utilização de sistemas informáticos para a gestão de projectos como via de vincular o uso de instrumentos modernos da informática com a aplicação das novas tendências na gestão empresarial.

BIBLIOGRAFIA

1. Buffa, E. e Newman, R. (2004) *Administración de producción*. 3ª Edición.
2. Buenos Aires: Editorial El Ateneo.
3. Castell-Florit, P. e Ariosa, V. (2000) *Temas de Gerencia para la dirección por proyectos*. La Habana: MINSAP/ ENSAP.
4. Chiavenato, I. (1994) *Administração. Teoria, Processo e Prática*. 2ª edição. São Paulo: Makron Books.
5. Chase, R. e Aquilano, N. (1997) *Gestão da Produção e das Operações*. Lisboa-Portugal: Monitor – Projectos e Edições, Lda.
6. Chicale, A. e de Oliveira, C. (2010) *Planeamento da Produção na Empresa Unicerâmica - U.E.E. do Huambo mediante a aplicação das técnicas da Programação Linear*. Monografia para obtenção do Grau de Licenciatura em Gestão de Empresas. Faculdade Economia, UJES, Huambo.
7. Colin, E. (2007) *Pesquisa Operacional. 170 Aplicações em Estratégia, Finanças, Logística, Produção, Marketing e Vendas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.
8. Curtois, A., Pillet, M. e Martin-Bonnefous, C. (2006) *Gestão da Produção*. 5ª edição. Lisboa-Porto: Lidel – Edições Técnicas.
9. Department of Defense. (2001) *Risk Management Guide for DOD Acquisition*. 4ª ed. Defense Acquisition University, Defense System Management College, February.
10. Drucker, P. (2002) *Administrando em tempos de grandes mudanças*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Bibliografia electrónica:

11. Concepción, R. (2007) *Metodología de Gestión de Proyectos en las Administraciones Públicas según ISO 10.006*. Universidad de Oviedo. Biblioteca Universitaria. Colección Tesis Doctoral TDR-No. 24. Disponível em: http://tdr.cesca.es/tdx/tdr_uov/tesis/.../tdr.../uov0024trcs.pdf. Data acesso 4 Nov. 2010.
12. *Gestión de Proyectos*. Modificado por última vez 10 outubro 2010. Disponível em: http://es.wikipedia.org/wiki/Gestión_de_proyectos. Data acesso 2 Nov. 2010.

13. Jaque, M. (2007) *Gestión de Proyectos*. Monografía de la Universidad de Vigo. Disponível em: http://cursos.puc.cl/pps1-1/almacen/1284137378_glarrail_sec4_pos0.pdf. Data acesso 5 Nov. 2010.
14. Ministerio de Administración Pública. (2005) *Gestión de Proyectos*. Disponível em: <http://csae.map.es/csi/metrica3/gespro.pdf>. Data acesso 3 Nov. 2010.

CIÊNCIAS POLÍTICAS

UMA REFLEXÃO ESTRATÉGICA SOBRE A SEGURANÇA E DEFESA EM ANGOLA E A INTERVENÇÃO NO CONTEXTO REGIONAL SUBSAARIANO

Eugénio Costa Almeidaⁱ@

Luís Manuel Brás Bernardinoⁱⁱ@

RESUMO

No inovador e complexo paradigma securitário subsariano, Angola vem assumindo uma postura de afirmação nacional conducente com a sua estratégia de afirmação como produto de segurança regional, reflexo de uma intervenção crescente no plano geopolítico e geoestratégico Africano.

Após o período de conflito interno e sua independência em 1975, e depois da assinatura do Acordo de Luena em 2002, Angola assumiu internamente uma política de reconstrução, especialmente ao nível da Segurança e Defesa, tendo como protagonistas as suas Forças Armadas. Estas são cada vez mais, instrumento da política externa e no

ⁱ Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade de Relações Internacionais, (ISCSP-UTL). Investigador do Centro Estudos Internacionais do ISCTE-IUL (CEI-IUL) e do CINAML (I&D da Academia Militar Portugal). Tem em execução projecto de Pós-Doutoramento sobre as “*Organizações Regionais e de Segurança Externa no Atlântico austral: os casos da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e da Comissão do Golfo da Guiné*” através da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto. Participa em seminários e conferências; publicas regularmente, artigos em revistas da especialidade e órgãos de informação, sobre a temática Africana. Tem quatro ensaios publicados. @ elcalmeida@gmail.com.

ⁱⁱ Tenente-Coronel de Infantaria do Exército Português, habilitado com o Curso de Estado-Maior. Pós-Graduado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais pela Universidade Autónoma de Lisboa, Mestre em Estratégia (ISCSP-UTL) e Doutoramento em História dos Factos Sociais na especialidade de Relações Internacionais (ISCSP-UTL). Atualmente desenvolve investigação no Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL) com um projeto de Pós-Doutoramento sobre as Arquiteturas de Segurança e Defesa Africanas. É Investigador no Observatório Político, membro da Direção da Revista Militar e da Direção da Comissão de RI da Sociedade de Geografia Lisboa, sócio correspondente do Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEA). Participa em seminários nacionais e internacionais e publica regularmente artigos em revistas da especialidade sobre segurança e defesa em África. Actualmente é Professor Doutoramento de Estratégia e Relações Internacionais no Departamento de Estudos Pós-Graduados na Academia Militar em Portugal. @ bernardino.lmb@hotmail.com.

seio das organizações sub-regionais onde tem assento, elemento valorativo do posicionamento geoestratégico Angolano na região.

Num quadro de crescimento Institucional destas Organizações, Angola aposta num maior envolvimento, pois atuando externamente garante a paz e o equilíbrio interno nas fronteiras, contribuindo para prestigiar Angola em África e no Mundo.

Palavras-chaves: Angola; Segurança e Defesa; SADC; CEEAC; Golfo da Guiné

ABSTRACT

In the innovative and complex security-paradigm sub-Saharan, Angola has assumed a position of national affirmation leading with his claim strategy as regional security product, reflecting a growing intervention in the geopolitical and geostrategic African plan.

After the period of internal conflict after its independence in 1975, and after the signing of the Luena Agreement in 2002, Angola has been taking internally a reconstruction policy, especially in terms of security and defense, with the main protagonists its armed forces. These are increasingly instrument of foreign policy and within the sub-regional organizations which it is entitled, evaluative element of the Angolan geostrategic position in the region.

An institutional framework growth of these organizations, Angola promotes a greater involvement as acting externally guarantees peace and internal balance border, contributing to honor Angola in Africa and the world.

Key Words: Angola; Security and Defense; SADC; ECCAS; Gulf of Guinea.

INTRODUÇÃO

... A edificação militar de um Estado, não se faz, por conseguinte, de forma linear e ela não ocorre de uma só vez. Ela faz-se de forma contínua e passa por diferentes etapas. A edificação militar [das Forças Armadas] processa-se de acordo com as do Estado e segundo as suas referências internas...”.

Tenente General Miguel Júnior, in “*Forças Armadas Populares de Libertação de Angola*.

1º Exército Nacional (1975 – 1992)”, 2007: 145.

Se existe uma temática que condiciona atualmente a pura reflexão geoestratégica dos analistas e estudiosos Angolanos é, em nossa opinião, a temática da segurança e da defesa regional, e especialmente as áreas relacionadas com a participação de Angola no quadro das Organizações Regionais Africanas onde tem assento: a CEEAC e a SADC. Mormente, quando os assuntos se relacionam ou com a ação politico-estratégica ou com os delicados assuntos da soberania do Estado. Embora seja importante referir que ao nível do comentário noticioso e do número de notícias saídas nos órgãos de imprensa locais e internacionais (maioritariamente por via da ANGOP) as Forças Armadas e o setor de defesa e segurança, tem vindo a crescer substancialmente nestes últimos anos.

Contudo, sentimos que em Angola o diálogo no seio da comunidade civil e a reflexão académica nestas áreas ainda estão muito assentes nas dinâmicas institucionais da Escola Superior de Guerra (ESG) e do Instituto de Defesa Nacional de Angola (IDNA), ou ainda alguns organismos do Estado na vertente específica da defesa, nomeadamente o Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEAA). Existe, de fato, pouca participação universitária nestas dinâmicas e uma reduzida reflexão no seio do ensino superior sobre a área da Defesa e das Forças Armadas. Constatamos ainda, que o número de trabalhos académicos e as obras publicadas sobre as Forças Armadas ou sobre a área da segurança e defesa é, apesar de se registarem um ligeiro crescimento, muito reduzido, não existindo, que se saiba (quer em Angola, quer internacionalmente), trabalhos de investigação sobre estas temáticas, até porque o acesso à informação é difícil, os entrevistados não revelam as fontes e o “espírito do segredo” inviabiliza uma análise filosófica cabalmente credível e cientificamente aceitável.

Pensa-se ainda assim que a tendência passa por começar a diluir “paulatinamente” este paradigma e que cada vez mais possam realizar-se mais seminários, revistas e livros e ainda a oferta de cursos que abordem as temáticas da História, Estratégia, da geopolítica e geoestratégia, numa perspetiva securitária, para que os cidadãos possam participar, mais ativamente, na reflexão sobre uma vertente que muito lhes importa, a Segurança e a Defesa Nacional.

Internacionalmente, quer no contexto regional ou em África, quer no mundo em geral, a temática da segurança e defesa na República de Angola, tornou-se num tema relevante para a discussão académica sobre a prevenção e resolução de conflitos regionais, embora que alguns especialistas abordam estes conflitos através da sua natureza histórica e conjuntural da transição pré e pós Independência, outros numa perspetiva de análise

geoestratégica e geopolítica regional e, ou, também, numa tentativa de projetar cenários microeconómicos e de segurança (marítima, alimentar, energética de fronteiras) que possibilite uma cooperação “bimultilateral”²⁵ de futuro e a conjugação entre os interesses do Estado e das Organizações.

Neste contexto, foram sendo criadas interna e regionalmente fóruns de reflexão estratégica dedicada a estas temáticas, que permitem mais facilmente a partilha de conhecimentos sobre o tema em apreço de uma forma mais proactiva e no meio evolutiva da sociedade civil e nomeadamente no mundo académico.

Para o nosso estudo, referimo-nos aos dois exemplos de segurança militar regional onde Angola desenvolve as suas iniciativas simultaneamente. Integrada, na Força Multinacional da África Central (FOMAC ou COMFORCE) no quadro da CEEAC – «*Central African Multinational Force*»²⁶) e na SADCBRIG para além da participação na inovadora e pouco conhecida Rede de Gestão de Defesa e da Segurança da África Austral (SADSEM – ou «*Southern African Defence and Security Management Network*»). Isto, apesar da União Africana (UA) não aconselhar (oficialmente, a UA recomenda, mesmo, que não seja praticada) a integração de um Estado-membro em mais de uma organização sub-regional. Angola contextualiza-se na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) – FOMAC (ou COMFORCE, acrónimo usado neste ensaio) e na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) – cujo ramo militar é a SADCBIG e ainda na criação e funcionalidade da SADSEM.

Recordemos que as Forças Africanas de Intervenção Rápida (ASF – *African Standby Forces*, na versão inglesa) foram criadas no âmbito do Protocolo Relativo ao Conselho de Paz e Segurança (CPS) e nos termos artº 5º §2, do Ato Constitutivo da União Africano (UA), tendo sido estabelecidas como veículo de estado de alerta permanente para uma segurança coletiva e de alerta precoce a fim de facilitar uma resposta atempada e eficiente em caso de conflitos e situações de crise em África.

1. A reflexão sobre a importância de uma Marinha de Guerra

²⁵ A cooperação “bimultilateral” é segundo os autores uma nova e mais dinâmica de pensar a relação de cooperação entre os Estados Africanos e não-Africanos, levando à identificação das oportunidades estratégicas para cooperar no seio das Organizações Regionais Africanas, pois não parece ser possível desenvolver uma cooperação plena e com valor estratégico se não se conseguir aliar, em cada momento, os interesses dos Estados com os das organizações, pois estas, no contexto subsariano, vêm assumindo um maior protagonismo em termos de segurança e defesa que extravasa as competências e capacidades dos Estados.

²⁶ A COMFORCE, ou FOMAC (Force Multinationale de l'Afrique Centrale) é uma das componentes sub-regionais militares da African Standby Force, e foi criada como uma força de paz, estabelecido pela CEEAC, em outubro de 2003, a fim de intervir em áreas, consideradas instáveis, da África Central.

Como referimos, Angola está inserida atualmente na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) – através do ramo militar COMFORCE, – como na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) – o que lhe confere uma dicotomia simultaneamente de responsabilidade e de intencionalidade na salvaguarda dos seus interesses regionais ao nível da segurança e defesa. E é neste contexto que importa analisar a relevância da COMFORCE para a segurança, principalmente, marítima e aérea de Angola no contexto da sua Estratégia e Segurança marítima e económica na região do Golfo da Guiné, em particular, e na região central de África, em geral, sendo que, nesta área se reveste de capital importância para a Segurança político-militar de África, a influência Angola na resolução dos conflitos na área dos Grandes Lagos.

Ainda que a importância em que se reveste a presença de Angola na COMFORCE seja grande, quase que fundamental, para a defesa das rotas marítimas de e para Angola, bem como para a defesa das suas zona territorial e zona económica exclusiva (ZEE), o país não dispõe uma Marinha de Guerra que possa assegurar a sua Segurança de forma a se considerar, minimamente, admissível. Na realidade, a Marinha de Guerra Nacional Angolana (MGA), como adiante se verá, não só existe em papel, porque a generalidade dos seus meios estão adstritos ao Ministério das Pescas (Figura 1), como só agora se estuda a necessidade de dar uma real existência à Marinha de Guerra, ainda que a pretensão já venha desde julho de 2007, conforme a Diretiva do Comandante-em Chefe das FAA, onde era indicado ser necessário “...desenvolver esforços para adequada potenciação e reequipamento da MGA...” (Bernardino, 2013: 494)²⁷.

Navy €1,000
EQUIPMENT BY TYPE
PATROL AND COASTAL COMBATANTS 22
PCO 2 Ngola Kiluange with 1 hel landing platform (Ministry of Fisheries)
PCC 5 Rei Bula Matadi (Ministry of Fisheries)
PBF 5 PVC-170
PB 10: 4 Mandume; 5 Comandante Imperial Santana (Ministry of Fisheries); 1 Damen 2810 (Ministry of Fisheries)
Coastal Defence
EQUIPMENT BY TYPE
MSL • ASHM SS-C-1B Sepal (at Luanda)

Figura 1

²⁷ Setembro de 2010, numa entrevista conjunta à revista Marinha e o Jornal de Angola, o Chefe da Direção da Hidrografia e Navegação da MGA, Contra-almirante Martinho Francisco António, informava que o Governo angolano pretendia criar o Sistema Nacional de Vigilância Marítima (SNVM) para controlar o tráfego na zona costeira e portuária, e fiscalizar as águas jurisdicionais nacionais, onde se incluíam as águas interiores como a ZEE (idem. 496).

Fonte: «The Militar Balance 2014 (2014: 420)»²⁸

As Forças Armadas de Angola (FAA) tinham como principal zona operacional o interior do país, em grande parte devido ao conflito interno com a UNITA, pelo que os principais ramos militares desenvolvidos foram o exército e a aviação, sectores esses que ainda hoje são a espinha dorsal das FAA, como se pode atestar através do gráfico seguinte:

Efetivos das Forças Armadas de Angola e Paramilitares (Polícia de Intervenção Rápida)*			
Exército		100.000	
Marinha		1.000	
Força Aérea		6.000	
	<i>Total</i>	107.000	
Paramilitares (PIR)		10.000	
	<i>Total global</i>	117.000	

Figura 2

Fonte: Compilado pelos Autores com dados da «The Militar Balance 2014»

Ainda que tivesse sido emitida a citada diretiva, em 2007, só agora é que as autoridades angolanas estão a ponderar o desenvolvimento da Marinha de Guerra, face aos problemas na região do Golfo da Guiné (de notar que Angola é sede da Comissão do Golfo da Guiné), em particular, perante o incremento da pirataria, seja nas rotas marítimas, sejam nas fozes dos rios que desaguam no Golfo, ou como o recente ato de pirataria marítima ocorrido nas costas angolanas – bem na área das 12 milhas, – com o sequestro de um navio-tanque contratado pela Sonangol, o M/T Kerala²⁹, carregado de crude, em janeiro de 2014.

2. Angola na COMFORCE e a sua importância para a segurança do Golfo da Guiné e dos Grandes Lagos

Sendo a região Golfo da Guiné uma das mais importantes regiões do Continente Africano, devido ao papel relevante que desempenham uma parte de recursos energéticos (petróleo e gás natural), bem assim, como ser, também, uma das principais rotas marítimas na região Central do Atlântico (seja para o acesso às orlas marítimas, seja para as regiões

²⁸ International Institute for Strategic Studies (IISS) (2014), Chapter Nine: Sub-Saharan Africa, The Military Balance, 114:1, 411-470, DOI: [10.1080/04597222.2014.871886](https://doi.org/10.1080/04597222.2014.871886) (disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/04597222.2014.871886>).

²⁹ Cf. em: <http://www.voaportugues.com/content/navio-tanque-desaparecido-ao-largo-de-luanda--localizado-na-nigéria/1837912.html> ou em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Palops/Interior.aspx?content_id=3649334.

onshore) e entre o oceano e a parte oriental da África Austral. (Bernardino & Almeida, 2013: 43 a 61). Angola tem especial interesse em participar ativamente na segurança da região (Almeida, 2013: 124-142) – e, por extensão, na sua própria segurança – quer através da sua presença na CEEAC, quer por via da sua presença na vertente militar da África Central, a COMFORCE.

Acresce, que além da relevância do Golfo da Guiné como vimos é, igualmente, importante para Angola na afirmação da sua posição geopolítica e estratégica para as resoluções dos conflitos na região dos Grandes Lagos, através inicialmente da sua participação na Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos (CIRGL). A condição da participação de Angola nestas organizações visam objetivos diferentes e completam-se no sentido de reforçar a presença de Angola na região subsaariana.

Enquanto nesta região prevalece a componente político e assessoria militar – as FAA, participam em exercícios militares na região ao abrigo dos acordos de cooperação, no seio da COMFORCE, na área do Golfo, deveriam ser os meios navais (a Marinha de Guerra), principal veículo de vigilância e contenção, e a Força Aérea, como meio de vigilância abrangente, os principais meios responsáveis pela segurança e liberdade de navegação nesta região. Como sabemos, Angola ainda não dispõe, de uma Marinha de Guerra que possa executar missões de soberania marítima (principalmente de vigilâncias) e a segurança marítima é considerada área de grande preocupação para os líderes Angolanos, não só pela crescente de ameaça numa região.

Por outro lado, a recente crise financeira, em parte derivada da baixa de preço do petróleo nos mercados internacionais – de que Angola é, economicamente, quase monodependente e o principal suporte do Orçamento de Estado do País – terá travado o desenvolvimento e expansão da Marinha de Guerra. Ainda assim, há vários países que mostram interesse em cooperar com Angola, quer através de fornecimento de meios navais, quer por via da formação dos quadros angolanos, pelo desenvolvimento da Marinha de Guerra Angolana, constituída uma das prioridades em torno da Defesa Nacional.

Apesar de Angola contribuir para a Segurança da região, em particular na zona do Golfo da Guiné e na CEEAC, a sua presença na COMFORCE é considerada relevante e importante, tendo em janeiro de 2012 assumido a liderança militar da CEEAC, em concreto, a chefia do Estado-Maior regional das Forças Armadas da CEEAC, que, deram origem à COMFORCE, organização cuja liderança foi entregue, em outubro de 2014, a

Angola, através do general João Didino Capingane³⁰. De registar que o comando marítimo da COMFORCE está estabelecido em Pointe Noire, República do Congo, e que não se conhece uma adequada integração entre a CEF e a CEEAC para a participação de meios maiores do país desta organização de uma naval conjunta e integrada.

Nos atuais dilemas de segurança que afetam os Grandes Lagos, Angola detém, desde 2014 (e por um período de dois anos), a presidência rotativa da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), cujo lema é *“Promovamos a paz, segurança, estabilidade e desenvolvimento da Região dos Grandes Lagos”*, sendo que a prioridade da presidência angolana aponta para que os *“conflitos que grassam no continente africano possam ser minimizados e encontrava uma resposta atuante”*³¹. Neste quadro, o papel e a experiência de Angola, que propiciou os caminhos mais apropriados para a solução do conflito interno e alcançar a paz, rumo a uma democracia crescente, tem sido transmitida aos outros membros da organização sub-regional, facto que proporcionou aos parceiros da organização, bem como outros *players* da comunidade internacional, ter conseguido *“...reduzir o impacto do conflito na República Democrática do Congo (RDC) e hoje poder-se dizer que a situação já é mais controlada no Leste deste país...”*³².

Na Declaração de Luanda na sequência da V Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL), foram deliberados três domínios especiais de atuação referindo que a um político, a outro económico-social e o desenvolvimento regional e de defesa e segurança e que têm norteado a presidência rotativa angolana:

- No **plano político**, pretende-se privilegiar a aplicação dos princípios constantes do Pacto sobre a Paz, a Estabilidade e o Desenvolvimento da Região dos Grandes Lagos, assinado em de 2006 (Nairobi), e o cumprimento dos compromissos assumidos *“para a busca da paz e estabilidade”* na RCA e no Sudão do Sul;
- No **plano socioeconómico**, procura-se *“envidar esforços”* para promover as trocas comerciais e de experiências nos domínios administrativo, gestão macroeconómica, combate à fome e pobreza, aumento do emprego e da cooperação nos sectores da economia real para consolidar a diversificação das respetivas economias.

³⁰ Cf. in: <http://opais.co.ao/general-angolano-lidera-forca-multinacional-da-africa-central/>.

³¹ Entrevista do então Ministro da Defesa de Angola, Cândido Pereira Van-Dúnem, à ANGOP em janeiro de 2014.

³² *Ibidem*.

- No **plano da defesa e segurança**, o mandato de Luanda tem por objetivo a promoção da gestão conjunta da segurança das fronteiras comuns, e a cooperação sobre questões gerais de segurança, designadamente o combate ao tráfico de seres humanos, imigração ilegal, exploração ilícita e pilhagem de recursos naturais, proliferação ilegal de armas e prevenção e combate das atividades criminosas transnacionais e terrorismo.

Ainda recentemente (2015) ocorreu, sob a presidência de Angola e a pedido do secretariado do CIRGL, uma cimeira extraordinária que tinha ainda como principal questão a situação eleitoral no Burundi. Desta cimeira resultaram várias recomendações feitas pelos Chefes de Estado e de Governo dos países da região, designadamente em termos do reforço da luta contra o terrorismo, destacando-se igualmente a tomada de uma posição regional sobre a crise do Burundi, tendo inclusive sido feito um apelo ao Governo para adiar as eleições presidenciais, devido à enorme forte instabilidade que se vive no Burundi³³.

3. Angola e a participação nos exercícios militares no quadro da COMFORCE/CEEAC

Dois dos principais factores que permitiriam a Angola, em 2012, a liderança das Forças Armadas da CEEAC (FOMAC), resultaram de dois acontecimentos marcantes na área militar e político-militar na região. Em primeiro lugar, realização de um exercício militar conjunto, em Cabo Ledo, província de Luanda, o *Exercício Kwanza*, realizado em 2010³⁴, e a ajuda militar concedida à Guiné-Bissau, no âmbito da cooperação entre os dois países lusófonos, e formalizada pelo Programa de Reforma das Forças Armadas Guineenses³⁵, tendo sido então criada a Missão de Angola na Guiné-Bissau (MISSANG). Programa, interrompido na sequência do golpe de estado ocorrido a 12 de abril de 2012 e que levou a que o então presidente Tchadiano, Idriss Deby Itno, (presidente em exercício da

³³ Cf. em: <http://www.brasil.rfi.fr/africa/20150518-cimeira-da-regiao-dos-grandes-lagos-em-luanda>.

³⁴ Antes deste exercício ocorreram os exercícios multinacionais *Barh el-Gazel 2005*, organizado pelo Chade, em novembro de 2005, o *Swala 2006*, nos Camarões e incorporada no programa francês RECAMP (*Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix*), e o *Barh el-Gazel 2005*, no Chade, onde participaram além dos militares dos Estados-membros da CEEAC, também e a convite deste país, militares do Togo; cf. em: <http://www.operationspaix.net/3-fiche-d-information-de-l-organisation-ceeac.html>.

³⁵ De acordo com o portal *Angonoticias*, citando o Jornal de Angola, este programa que visava a reparação de quartéis militares e esquadras policiais, a reorganização administrativa, a formação técnica e adestramento militar, bem como a formação de efetivos em instituições de ensino militar e policial em Angola, custou ao OGE angolano, cerca de 10 milhões de US dólares; ver em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/34590/angola-gastou-10-milhoes-de-dolares-com-a-missang>.

CEEAC), a reconhecer a liderança angolana no “*militarismo e [... na] organização militar da comunidade centro-africana*”³⁶.

Neste contexto, foi igualmente criada a Força Africana em Estado de Alerta (FAEA ou FAA - *Force Africaine en Attente*), segundo os termos e as normas da ONU e da UA, e que tinha por objetivo, garantir a paz, na região caso se tornasse imperativo a sua presença com intervenções militares imediatas. Todavia, o documento contém algumas restrições no emprego seja quanto à sua operacionalidade, pois só poder intervir em situações de conflito armados civis ou entre países, (desde que na sua composição conte com militares e polícias de todos os Estados-membros) e só atuar quando forem solicitados pelos Governos dos países que se encontrem em conflito ou por dois organismos internacionais, simultaneamente, no caso a UA e a ONU. Paralelamente a FAEA pretende constituir como um instrumento pronto a prestar ajuda militar às populações abrangidas pela violência num caso de conflito regional declarado.

4. A participação de Angola na SADCBRIG

Como já foi referido na Introdução, Angola é, também, parte activa da brigada da SADC, a SADCBRIG (Brigada de Intervenção Rápida da SADC), desde a sua fundação em 2005, através de um memorando de Entendimento celebrado entre os Estados-membros da SADC (Baker & Maeresera, 2009: 107). Foi criada, quase em simultâneo, com o estabelecimento do Pacto de Defesa Mútua, no âmbito das atividades desenvolvidas em prole da segurança regional (Bernardino, 2013: 569).

No âmbito do referido Protocolo Relativo ao Conselho de Paz e Segurança (CPS), em 2004, a SADC adotou um Plano Indicativo Estratégico (SIPO – *Strategic Indicative Plan for the SADC Organ*) que visa identificar as principais lacunas em matéria de segurança e defesa na organização e propõe medidas corretivas, pelo que, nesse campo de ação, estabeleceu dois organismos de apoio entre as comissões políticas e diplomáticas: a Comissão Interestadual para a Política e Diplomacia (*Interstate Politics and Diplomacy Committee*), que integra os Ministros das Relações Exteriores dos Estados-membros e a Comissão Interestadual da Defesa e Segurança (*Interstate Defence and Security Committee*) que integra os Ministros de Defesa dos Estados da SADC (Bernardino, idem). Ainda neste espaço, em abril e maio de 2005, a Comissão de Defesa e de Segurança Permanentes da SADC (ISDSC – *SADC Interstate, Defence and Security Committee*)

³⁶ Cf. em <http://www.oplop.uff.br/boletim/1023/angola-assume-lideranca-militar-da-ceeac>.

decidiu criar uma equipa técnica composta por peritos militares em planeamento, visando o estabelecimento de um Componente Militar do Elemento de Planificação (PLANELM – *Planning Element*), em Gaborone, Botswana.

A estrutura conceptual do SADCBRIG está concebido de maneira que os recursos militares e, ou, pessoal civil adstritos para a brigada permanecem em seus países de origem em um nível de alerta para a missão, de acordo com os tempos de resposta como prescrito. Nas expectativas de SADC, tanto a brigada como os seus elementos de apoio estarão sempre sob mandato da ONU ou da UA, tal como recordava, em agosto de 2014, o brigadeiro angolano João Paulo, “*As forças armadas da SADC precisam de criar coesão e combinar a actuação conjunta, com vista ao seu emprego em operações de resposta a crises ou de manutenção de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas*”³⁷. Por esse fato, é de assinalar que o planeamento e os preparativos do SADCBRIG poderão não estar, obrigatoriamente, sob a autoridade da própria SADC.

Pelo que, segundo os já citados Baker & Maeresera (2009, 107-108), para casos destes ou para outras situações de emergência imediata, as estruturas de gestão aplicáveis da SADCBRIG consistirão no seguinte:

- A Cimeira da SADC de Chefes de Estado e de Governo. Todas as contribuições para as operações de apoio à paz da UA estará sujeita à aprovação da Cimeira da SADC por recomendações do país que preside à Comissão de Política, Defesa e Segurança Permanente (OPDSC – *SADC Organ on Politics, Defence and Security Committee*).
- O presidente do OPDSC.
- O Comitê Ministerial de Ministros das Relações Exteriores, Defesa, Segurança Pública e Segurança do Estado (plenário) de todos os países da SADC que assinaram e ratificaram Protocolo de órgãos.
- O ISDSC, constituído por todos os Ministros da Defesa, Segurança Pública e Segurança do Estado.
- A recente criação da Comissão de Chefes de Estado-maior.
- O PLANEM. Será composta por pessoal militar e civil regional por destacamento dos Estados-membros. Ao contrário de outras comunidades económicas regionais, que acolhem, também, as sedes de brigada e de planeamento, o PLANEM é uma

³⁷ Cf. **Jornal de Angola**, http://m.jornaldeangola.sapo.ao/politica/forcas_especiais_fazem_exercicios.

estrutura autónoma, que não fica incorporada no SADCBRIG, durante as missões reais. Gerenciará o sistema de alerta da SADC e assegura a responsabilidade de monitorizar a preparação dos militares nos respetivos Estados-membros até que os preparativos da missão comecem.

- Composição SADCBRIG:
 - a. Brigada Quartel-general (HQ) – 85 pessoas (militares e civis) e 15 veículos ligeiros;
 - b. 4 Batalhões de Infantaria – 3.000 militares e 280 veículos ligeiros;
 - c. Unidade de helicóptero – 4 helicópteros, 80 militares e 10 veículos ligeiros;
 - d. Companhia reconhecimento – 150 pessoas (militares e civis) e 15 veículos blindados;
 - e. Companhia de apoio do HQ – 65 pessoas (militares e civis) e 16 veículos ligeiros;
 - f. Unidade de polícia militar – 48 pessoas (militares e civis) e 15 veículos ligeiros;
 - g. Sinais de luz unidade – 135 pessoas (militares e civis) e 47 veículos ligeiros;
 - h. Unidade de engenheiro de campo – 505 pessoas (militares e civis) e 65 veículos ligeiros;
 - i. Unidade de logística – 190 pessoas (militares e civis) e 40 veículos ligeiros;
 - j. Unidade hospitalar de nível 2 – 35 pessoas (militares e civis) e 10 veículos ligeiros.

Nesse contexto, Angola tem participado activamente nos trabalhos da SADCBRIG, quer na área política, quer na vertente militar, através dos periódicos exercícios militares realizados sob a tutela da SADC e na esfera da SADCBRIG. Por exemplo, recentemente, entre 1 de agosto e 13 de setembro de 2014, realizou-se, em Angola, um exercício conjunto e combinado das forças especiais da SADC, denominado *Vale do Keve 2014*, na região da Cella³⁸, província do Cuanza Sul, sob o comando do brigadeiro João Paulo, Director e comandante do exercício militar da SADCBRIG, em representação do chefe do Estado-Maior General das FAA, general Geraldo Sachipengo Nunda, participaram neste exercício 1700 militares, a maioria, cerca de 1000 homens, de Angola, e destacamentos de forças especiais de África do Sul, Botswana, Lesoto, Namíbia,

³⁸ De registar que a escolha desta região deveu-se ao conflito que opôs as forças conjuntas FAPLAS/Cubanas contra as forças militares Sul-africanas, do *apartheid*, e que se consubstanciou na “Batalha de Ebo”, entre 12 de outubro e 22 de novembro de 1975.

República Democrática do Congo, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. De notar que tanto Moçambique como Malawi não participaram, enquanto Madagáscar, Maurícias Suazilândia, e Seychelles, por não disporem de Forças Especiais, também não tiveram qualquer participação militar³⁹.

Uma das razões para a realização deste exercício militar de forças especiais vispou a preparação e prontidão das FAA para a sua eventual participação de Angola, com um grande contingente, na missão de paz da ONU na República Centro Africana (*Mission multidimensionnelle intégrée des Nations Unies pour la stabilisation en République centrafricaine* - MINUSCA), durante o corrente ano de 2015.

Um dos fatos que contribuiu para a realização deste exercício, além da prevista intervenção angolana na MINUSCA, foi a necessidade de se criar, por parte dos Estados-membros e por proposta da comissão política da SADCBRIG, uma *Força Tarefa Conjunta Multinacional* (FTCM) tendo-se constituído assim “...no vector operacional que a SADC accionou para estabilizar a região em causa e que levou a cabo uma enorme série de operações táticas dos mais variados tipos...”⁴⁰.

Com a criação da FTCM, o estado-maior da operação funcionou com o uso de um moderno sistema de comando e controlo, o “*Chaka*”, de fabrico sul-africano, entretanto adquirido por Angola, no que representou um enorme avanço no decisivo domínio das operações, tendo sido aprofundada a interoperacionalidade de equipamentos e armamentos e a harmonização de táticas técnicas e condutas, nomeadamente, no fato de paraquedistas de vários países terem saltado do mesmo meio aéreo da Força Aérea Nacional (FAN,) com o mesmo tipo de paraquedas que passou a fazer da Brigada de Forças Especiais (BRIFE) das FAA. Além deste recente exercício militar de realçar que em Julho de 2013, o Paulo Francisco “Falcão”, assumiu a chefia rotativa do Estado-maior da PLANELM, funções que desempenhará até 2016⁴¹.

Ainda na área de PLANELM, houve o planeamento do exercício AMANI AFRICA II⁴², inicialmente previsto para novembro de 2014, no Reino do Lesoto, tendo sido alterado para Harare, Zimbábue, em 2015. Além deste exercício tático, já ocorreram os exercícios conjuntos, “*Blue Rovuma*” (Moçambique) e o “*Golfinho*” (Loathla, África do Sul, em

³⁹ Cf. em <http://www.operacional.pt/angola-exercicio-de-forcas-especiais-vale-do-keve-2014-i/>.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ Cf. **Angonotícias**, disponível em <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/39041/angola-na-lideranca-rotativa-da-componente-militar-da-sadc>.

⁴² “**Amani Africa**” é uma expressão em Kiswahili que pode ser traduzida por “Paz em África”.

setembro de 2010), o exercício “*Blue Zambeze*” (província do Moxico, em 2013) e o exercício “*Blue Okavango*”, que teve lugar em Julho de 2015, na região de Maun, Botswana. Todos estes exercícios contaram com a participação de especialistas angolanos e, no caso deste último, participou, também, um destacamento da FAN, composto por 30 efetivos, chefiado pelo brigadeiro Lamas Xavier e equipado com dois aviões pesados para movimentos estratégicos (Ilyushin – IL 76 e Antonov – AN 62), dois aviões do tipo Super-Tucanos e três helicópteros Alouettes III para ações táticas⁴³. Também em setembro de 2010, e na área das ASF, os fuzileiros navais de Angola, participaram em Walvis Bay, Namíbia, num exercício conjunto de Forças navais de elite dos Estados-membros da SADC.

Finalmente de registar que Angola mantém-se como o segundo Estado-membro das SADCBRIG com maior presença de efetivos (militar, policial e civil), na ordem dos 26 %; enquanto a África do Sul, o maior contribuinte líquido, entre tropas das suas forças de defesa, polícia e elementos ligados a componente civil, soma cerca de 29 %. Os restantes Estados-membros têm uma representação na ordem de 10 % a 15 % de efetivos nas três componentes operacionais⁴⁴.

5. A importância da “*Southern African Defence and Security Management Network*” para Angola

A Rede de Gestão de Defesa e da Segurança da África Austral, ou “*Southern African Defence and Security Management Network*”, conhecida regionalmente por “SADSEM”, é uma rede de conhecimento partilhado sobre a segurança e defesa regional em África e é financiada (principalmente) pelo governo dinamarquês através da agência de cooperação internacional “DANIDA”. No entanto, o projeto tem vindo a angariar um apoio crescente quer de outras instituições quer de governos da região e internacionais. O programa tem vindo de forma consistente a obter projetos de investigação e financiamentos de uma variedade de organismos e Estados e tem recebido apoio através de instituições cooperantes e de governos. Estes apoios incluem, o Centro Internacional de Investigação para o Desenvolvimento (IDRC), a “Fundação Friedrich Ebert Stiftung” (FES) e o Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID) do Reino Unido. Os parceiros da rede SADSEM encontram-se envolvidos em múltiplos projetos de

⁴³ Cf. **ANGOP**, disponível em http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2015/6/29/Angola-Forca-aerea-angolana-presente-exercicio-Blue-Okavango-SADC,45d294f4-ee3b-40de-ab94-df8bd1acef57.html.

⁴⁴ Cf. **Angonotícias**, disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/23645/angola-maior-contribuinte-com-efetivos-na-brigada-em-estado-de-alerta>.

investigação, focalizando-se na boa governação democrática e na gestão da segurança na região da África Austral.

Os atuais parceiros de investigação incluem ainda o IDRC (Canadá), a FES (Alemanha), o DFID (Reino Unido) e o “Chr. Michelsen Institut” (CMI) da Noruega, o “Centro de Genebra para o Controlo Democrático das Forças Armadas” (DCAF), entre outras instituições internacionais. A SADSEN possui ainda um acordo de parceria estratégica de ensino com o “Instituto Dinamarquês de Estudos Internacionais” (DIIS), que envolve a realização de projetos de investigação de colaboração partilhado, intercâmbios académicos, e outras formas de cooperação.

A SADSEM procura assim contribuir para reflexão estratégica sobre temáticas da paz e segurança no sul de África, reforçando a gestão democrática das suas Forças Armadas, do sector da defesa e outros órgãos de segurança. Assim, desenvolve estas actividades oferecendo programas de formação especializados a oficiais da polícia e do exército e outros envolvidos na gestão da segurança na região, nomeadamente académicos e políticos, ou diplomatas e membros das organizações não-governamentais. Empreende ainda trabalhos de pesquisa em assuntos de segurança e ajuda os governos da região a desenvolver uma Política de Defesa concertada segundo os princípios da boa governança. Esta rede compreende actualmente nove instituições parceiras que implementam o programa em 14 países membros da SADC.

A rede é gerida pelo “Centro de Gestão da Defesa e da Segurança da Escola de Administração Pública e de Desenvolvimento”, localizado na *Universidade de Witwatersrand*, (1) em Joanesburgo, na África do Sul. A rede SADSEM oferece uma gama de serviços e actividades, que incluem: realização de cursos de formação profissional em todos os países da SADC, baseados nos currículos comuns, mas utilizando métodos sensíveis às exigências locais; a pesquisa e análise de política, empreendidas em grande parte, por parceiros da rede como os governos da SADC; realização de um programa de estágios para estudantes dos Estados membros que pretendam adquirir experiência em instituições nos campos da defesa e da segurança, através da concessão de bolsas de estudo para os membros da rede SADSEM. A rede compreende dez instituições parceiras que implementam os programas em 14 países membros da Comunidade de Desenvolvimento do Sul de África, em que os principais elementos da rede são os que se descreve resumidamente focando as suas principais características institucionais e actividades/projetos desenvolvidos:

- O Centro de Estudos Estratégicos, especialmente o Departamento de Estudos Políticos e Administrativos, Universidade do Botswana foi fundado em 2001 para integrar a rede SADSEM como seu parceiro. Encontra-se alojado no Departamento de Estudos Políticos e Administrativos, que possui um longo historial em estudar assuntos relacionados com segurança. O Centro efetuou um número elevado de cursos na área da gestão da defesa e da segurança, nas relações civis-militares em África, fiscalização parlamentar da defesa e segurança e na gestão e participação em missões multinacionais de paz. O seu objetivo principal é a melhoria do processo democrático e a gestão da defesa e da segurança no Botswana.
- O projeto de Gestão da Defesa e da Segurança da África Austral, Universidade de Kinshasa. Dedicar-se ao estudo da paz, resolução de conflitos, direitos humanos, democracia e da boa governação: foi criada na Universidade de Kinshasa em novembro de 2000, com o objetivo de melhorar a participação de professores congolese e decisores políticos nos processos de paz ao nível da SADC e da África Central. A investigação da conflitualidade na RDC envolveu professores, e analistas políticos tem sido realizada diversos *workshop's* e conferências sobre estes tópicos bem como dois cursos para executivos da SADSEM. O grupo de trabalho possui uma vasta rede de contactos no Centro e Sul de África e também um subcentro na *Universidade de Bukavu*, no Leste da RDC.
- O Centro de Estudos de Projetos de Gestão da Segurança, *Universidade de Mzuzu*, no Malawi, foi fundado em resposta às necessidades de ter pessoal informado nas Forças Armadas do Malawi bem como nos outros órgãos de segurança do País. O centro procura contribuir para a reflexão sobre a paz e segurança no País, principalmente através da capacitação de decisores políticos, profissionais da segurança e líderes da sociedade civil para as áreas da gestão de conflitos e análise política da segurança e defesa. Em especial, procura formar Oficiais para as Forças Armadas. A Universidade de Mzuzu disponibiliza pequenos cursos de formação sobre as temáticas da segurança e da defesa, mas procura ainda desenvolver programas académicos mais extensos.
- O Projeto de Gestão da Defesa e da Segurança, Centro de Estudos Africanos na *Universidade Eduardo Mondlane*, em Moçambique, desenvolveu e proporcionou nos últimos anos, diversos cursos para executivos, incluindo sobre a “Gestão de Missões de Paz”. As suas atividades de investigação incluem a área do HIV-SIDA

e os militares, aspetos da segurança marítima da região do Oceano Índico e assuntos de segurança pública e cooperação internacional. O projeto produziu diversas publicações, incluindo uma emissão temática do “*Jornal de Estudos Moçambicanos*” sobre o processo de paz moçambicano que teve grande sucesso ao nível regional e mundial.

- O Projeto de Gestão da Defesa e da Segurança do Departamento de Estudos Políticos e Administrativos da Universidade da Namíbia tem competências ao nível da pesquisa e da formação de quadros em temas de defesa, especialmente através da participação na rede da SADSEM, para cujos fins desenvolve um Projeto de Gestão da Defesa e da Segurança que integra parceiros ao nível dos países da região. Foi idealizado para integrar o seu trabalho na defesa e segurança com os seus programas de gestão da ordem pública e desenvolver um programa de investigação sobre estes temas. A Universidade possui boas instalações técnicas para organizar cursos de formação.
- O Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEAA) é, como iremos analisar mais em detalhe, um Instituto independente, sem fins lucrativos e estabelecido em Luanda. Fundado em 2001, dedica-se ao estudo de assuntos que englobam a paz e segurança, o desenvolvimento social e direitos humanos, em especial no triângulo centro e sul de África. Desenvolve um bom relacionamento entre as instituições governamentais, donde advém parte do seu financiamento, bem como outros autores não-estatais em Angola, especialmente no que diz respeito à consultadoria nos processos eleitorais. Entre outros trabalhos de investigação, o Centro desenvolveu um estudo sobre o novo sistema para o registo eleitoral em Angola, que lhe conferiu grande visibilidade regional e internacionalmente.

A visão estratégica da rede SADSEM é de contribuir para que uma gestão democrática efetiva das problemáticas da defesa e segurança na região centro-sul de África e fortalecer a paz e a segurança comum na região. Procura alcançar este desiderato proporcionando formação e educação especializada para a defesa e planeamento e gestão da segurança, relações civil-militares, construção da paz e gestão das missões de paz; desenvolvendo capacidade escolar e uma rede regional de instituições que proporcionam educação, reflexão sobre as políticas e o suporte técnico e produção de investigação académica nestas áreas (SADSEM, 2015).

6. O Centro de Estudos Estratégicos de Angola. Uma referência no Pensamento Estratégico Angolano de Segurança

De acordo com o artº 4º dos seus estatutos o “Centro de Estudos Estratégicos de Angola” tem como finalidade principal “...promover o estudo dos problemas estratégicos e de todas as questões respeitantes às relações internacionais nas suas incidências políticas, militares, económicas, sociais, culturais e da informação, nomeadamente das que se prendam com os problemas da paz mundial, do desenvolvimento social dos povos e dos direitos do homem...”.Na prossecução da sua finalidade geral, o CEEA desenvolve algumas actividades, onde se destaca: promover o debate público, através de colóquios e conferências de âmbito nacional ou internacional; apoiar e realizar projetos de investigação; fomentar a formação específica na área a que se dedica, através da realização de seminários, cursos ou iniciativas similares; promover a colaboração com instituições suas congéneres; impulsionar a cooperação internacional no âmbito das suas finalidades e impulsionar a divulgação de estudos e outros materiais, nomeadamente através da edição de publicações.

Para além da recepção de personalidades estrangeiras (embaixadores, académicos, empresários, delegações de institutos congéneres) recebe também investigadores, jornalistas e estudantes, que solicitam apoio para trabalhos de investigação. Participam em programas e fóruns de debate sobre os temas das actualidade, realizando entrevistas para os órgãos de comunicação social nacionais e estrangeiros e em programas rádio e televisão em Angola elaborando crónicas como artigos de opinião em revistas e jornais nacionais e estrangeiros, o que permite melhorar a imagem do CEEA no exterior e em Angola. Fora do âmbito mais académico, desenvolvem avaliações, análises estratégicas, pesquisas e sondagens e estudos sobre oportunidades de investimento em Angola, na África Austral e Central.

Criado em 11 de Julho de 2001, pelo ex-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas Angolanas, General João Baptista de Matos, o CEEA é uma instituição de carácter privado e sem fins lucrativos. O Centro é na prática um espaço de estudos dedicados às reflexões multidisciplinares visando também fornecer ao governo angolano elementos de referência analítica para a formulação das suas políticas de desenvolvimento e de segurança. O centro congrega militares das FAA com destaque para o General João de Matos (que ocupa o cargo de Presidente do Conselho Geral) e o General Cirilo de Sá “Ita” que é o Presidente do Conselho Executivo. Fazem ainda parte dos órgãos executivos

elementos ligadas a outros quadrantes da vida nacional angolana quer seja na área militar, política ou académica. O Centro ocupa o 6º andar de um edifício no centro de Luanda, não aparentando uma infraestrutura académica ou dedicada ao estudo e análise das temáticas das Relações Internacionais, tendo porém, fruto das individualidades que congrega um forte apoio institucional e divulgação no meio militar, social, político e académico, acabando por criar uma rede de conhecimentos que em Angola serve múltiplos propósitos e objetivos, senão vejamos:

- Congrega neste fórum o saber e a experiência de muitos Oficiais Gerais e Oficiais Superiores que numa situação fora do ativo das FAA e continuam a dar o seu importante contributo, o conhecimento e a experiência pessoal, participando em seminários, fóruns e trabalhos em prol da nação Angolana e no mundo;
- Pelos trabalhos já desenvolvidos, serve um dos propósitos para o qual foi criado, apoiar a decisão estratégica do governo angolano, recebendo, por esse trabalho de assessoria, fundos para o seu funcionamento;
- Permite a publicação e difusão de um fórum de reflexão onde desde 2001, se aborda a temática da segurança e da defesa em Angola, o que sendo praticamente pioneiro neste contexto, continua a ser uma referência nesse saber;
- Contribuiu ao longo desta década para a investigação histórica recente de Angola, pois os intervenientes da História pertencem ao Centro ou, quando solicitados, contribuem com palestras ou documentação que enriquece a investigação produzida pelos académicos, investigadores e analistas residentes.

Contudo, do que vimos, pensamos que o vínculo ao SADSEM é uma forma de melhor se ligar às organizações africanas e aos países da região subsariana, permitindo uma dinâmica regional mais próxima e projetando o Centro e Angola, como um *think tank* dedicada à reflexão estratégica para a segurança e o desenvolvimento. Assim, a participação dos seus principais dinamizadores, militares e civis, estende-se não só aos fóruns regionais, mas participam em seminários pelo mundo (França, China, EUA), contribuindo para o conhecimento sobre a História recente de Angola e das suas Forças Armadas, projetando a ideologia política e a doutrina estratégica Angolana atual.

O Centro, ainda de uma forma modesta mas com grande potencial, é um proactivo agente da Política Externa de Angola e um “...*digno e honroso embaixador*...” da reflexão político-estratégica sobre as temáticas da vida corrente da República de Angola,

especialmente as relacionadas com a segurança/defesa e o apoio ao desenvolvimento no âmbito nacional, no contexto regional subsariano e em África.

CONCLUSÕES

Como se pode verificar Angola mantém uma presença efetiva na preservação da Paz e Segurança do continente Africano através das suas múltiplas participações políticas, diplomáticas e militares, nas diversas sub-regiões económicas e militarizadas da União Africana, as *African Standby Forces* (ASF), ainda que a UA não aconselhe esta dupla presença, com particular destaque para a CEEAC e a COMFORCE/FOMAC ou a SADC e a SADCBRIG.

Além disso, ainda que, de momento mais de força diplomática, tem participado na defesa do Golfo da Guiné através do seu engajamento na Comissão do golfo da Guiné, cuja sede é em Luanda, ou na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS ou ZPCAS, nas versões inglesa e castelhana) bem como uma participação, cada vez mais activa, na tentativa de resolução dos conflitos dos Grandes Lagos.

Simultaneamente não deixa de ter uma comparticipação activa na investigação académica e militar, com maior relevância para este vetor em detrimento das reflexões académicas (ainda incipientes mas com progressivo desenvolvimento nos centros universitários de investigação), dos programas que visam a Arquitetura de Paz e Segurança em África (APSA) como são os casos da CEEA, da ESG e do IDNA ou do *think tank* SADSEM.

Cabem, de facto, à comunidade académica, em primeiro lugar, e a comunidade civil começarem a participar nestas reflexões e dinâmicas de investigação e debate sobre o estudo da Defesa e Segurança Nacional e Africana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras impressas:

1. ALMEIDA, Eugénio Costa (2011); *Angola, Potência Regional em Emergência* (Tese de Doutoramento), Lisboa: Edições Colibri; ISBN: 978-989-689-131-2.
2. BERNARDINO, Luís (2013); *A posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana: Análise da Função Estratégica das Forças Armadas Angolanas*, (Tese de Doutoramento), Coimbra: Edições Almedina; ISBN: 978-972-40-5000-3.
3. BERNARDINO, Luís e ALMEIDA, Eugénio Costa (2013); *A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*, in Revista Militar, 2532 65-1, janeiro de 2013: 43-61; ISSN: 0873-7630.
4. NIEUWKERK, Anthoni van & HOFMANN, Katharina (eds.) (2013), *Southern african Security Review 2013*, Maputo e Johannesburg: edição conjunta Friedrich-Ebert-Stiftung Mozambique Office e The Centre for Defence and Security Management Graduate School of Public and Development Management University of the Witwatersrand; ISBN: 978-0-620-59686-2.

Obras em Web:

1. BAKER, Deane-Peter & MAERESERA, Sadiki, (2009); *SADCBRIG Intervention in SADC Member States*, in African Security Review, Vol. 18 No. 1: 106-110, Pretória: Institute for Security Studies (ISS); disponível em: http://mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/101527/ichaptersection_single_document/fb76577f-456a-45dc-b7b2-2779ff120fee/en/18NO1BAKER.pdf ;
2. JOSÉ, Joveta (2011); *A Política Externa de Angola: Novos regionalismos e Relações Bilaterais com o Brasil*, (Tese de Doutoramento), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35078/000794257.pdf?sequence=1>;
3. MEYER, Angela (2011); *Peace and Security Cooperation in Central Africa: Developments, challenges and Prospect*, Uppsala: Nordiska AfrikaInstitutet;

- ISBN: 978-91-7106-693-0; disponível em: <http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:442741/FULLTEXT01.pdf>.
4. “Angola: Exercício de Forças Especiais “Vale do Keve 2014” (I)”, (janeiro de 2015); disponível em: <http://www.operacional.pt/angola-exercicio-de-forcas-especiais-vale-do-keve-2014-i/>.
 5. “Angolan assumes command of COMFORCE”, in Panapress (2014), disponível em: <http://www.panapress.com/Congo--Angolan-assumes-command-of-COMFORCE--12-630407475-146-lang4-index.html>;
 6. “Navio-tanque da Sonangol desapareceu ao largo de Luanda”, in Jornal de Notícias (janeiro de 2014), disponível em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Palops/Interior.aspx?content_id=3649334 e http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Palops/Interior.aspx?content_id=3648528.
 7. “Angola assume presidência rotativa da Região dos Grandes Lagos”, in ANGOP (Agência Angola Press), (janeiro de 2014), disponível em: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2014/0/2/Angola-assume-presidencia-rotativa-Regiao-dos-Grandes-Lagos,b23ed312-4749-47d9-a9fb-1ee5fe584fe1.html.
 8. “Angola na liderança rotativa da componente militar da SADC”, in Angonotícias (julho de 2013); disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/39041/angola-na-lideranca-rotativa-da-componente-militar-da-sadc>.
 9. “Angola gastou 10 milhões de dólares com a Missang”, in Angonotícias (junho de 2012), disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/34590/angola-gastou-10-milhoes-de-dolares-com-a-missang>
 10. “General angolano lidera Força Multinacional da África Central”, in O País (2012), disponível em: <http://opais.co.ao/general-angolano-lidera-forca-multinacional-da-africa-central/>.

11. “Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança”, in: SADC-SIPO (agosto de 2010), Maputo; disponível em:
http://www.sadc.int/files/7713/6880/2990/03513_SADC_SIPO_Portuguese.pdf
12. “Navio tanque desaparecido ao largo de Luanda localizado na Nigéria”, in VOA (Voz da América), disponível em:
<http://www.voaportugues.com/content/navio-tanque-desaparecido-ao-largo-de-luanda--localizado-na-nigeira/1837912.html>.
13. “Programa RECAP (Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix)”, disponível em:
<http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/recamp.pdf>.
14. “Réseau de recherche sur les opérations de paix”, disponível em:
<http://www.operationspaix.net/3-fiche-d-information-de-l-organisation-ceeac.html>.
15. “Cimeira da Região dos Grandes Lagos em Luanda” in RFI (seção portuguesa) disponível em: <http://www.brasil.rfi.fr/africa/20150518-cimeira-da-regiao-dos-grandes-lagos-em-luanda>

CIÊNCIAS POLÍTICAS

A POLÍTICA EXTERNA NO DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE

LAVÍNIO ANTÓNIO CONCEIÇÃO DA CRUZ⁴⁵

lavinioconceicao@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa a política externa de Cabo Verde desde a proclamação da independência política, em 1975, assim como o seu pragmatismo – premissa basilar do Estado nas suas relações exteriores, coadjuvada pela multiplicação e diversificação de parceiros – para estabelecer relações profícuas e duradouras, de modo a promover uma cooperação recíproca com todos os países. O artigo destaca também o impacto da transição para a democracia na política externa cabo-verdiana, a projecção internacional, a boa governação, a internacionalização da música, a diplomacia económica, o papel dos emigrantes no desenvolvimento económico-social e a cooperação no domínio da educação para a formação superior.

Palavras-chaves: Política externa de Cabo Verde; pragmatismo; diplomacia económica; diplomacia cultural; cooperação na educação; desenvolvimento económico-social.

ABSTRACT

This article analyzes the foreign policy of Cape Verde since the proclamation of political independence in 1975, as well as its pragmatism – a basic premise of the State in its foreign relations, assisted by the multiplication and diversification of partners – in order to establish fruitful and lasting relationships so to promote reciprocal cooperation with all

⁴⁵ Licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade do Mindelo, S. Vicente - Cabo Verde, com pesquisa sobre “A Política Externa de um País Insular e o seu Desenvolvimento: O Emblemático Exemplo de Cabo Verde”.

countries. The article also highlights the impact of the transition to democracy in Cape Verde's foreign policy, its international projection, good governance, music internationalization, economic diplomacy, the role of Cape Verdean emigrants in the economic and social development and cooperation in education for higher education.

Keywords: Foreign policy of Cape Verde; pragmatism; economic diplomacy; cultural diplomacy; cooperation in education; economic and social development.

INTRODUÇÃO

Cabo Verde proclamou a sua independência política num momento muito agitado da política e economia internacional, isto é, em plena Guerra Fria (1947-1989), período de intensa hostilidade sem guerra efectiva entre a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA).

Este artigo pretende analisar a condução da política externa de Cabo Verde, o reatamento das relações com Portugal, ex-metrópole, que viria a jusante se tornar no principal parceiro; faz uma breve resenha da abertura política que permitiu a transição para a democracia que serviu de locomotiva na (re) afirmação do país no mundo.

Embora a democracia tenha sido implantada na década de 90, os actores políticos fizeram dela e da boa governação⁴⁶ o distintivo, quer interna e externamente, reiterando o mesmo para a cultura, em especial para a música que tem vindo a conquistar palmarés além fronteira. Entretanto, na mesma ordem se depara a diplomacia económica que tem ganho expressão no ideário político, mobilizando e atraindo investimentos externos, contando com o papel dos emigrantes neste processo de captação de investimentos, sobretudo as remessas enviadas para o arquipélago.

1. Política Externa Cabo-Verdiana

O novo Estado independente, soberano e membro da comunidade internacional herda uma economia fragilizada e debilitada. A proclamação da independência foi o início de uma nova fase política, económica, cultural e social. No entanto, com o fim da soberania

⁴⁶ Aos países que implementam a democracia e a boa governação, como é o caso de Cabo Verde, foram premiados e tidos como referência a seguir. No contexto cabo-verdiano é interpretado como uma oportunidade para dar o “salto” quantitativo e qualitativo de forma a afirmar Cabo Verde na cena internacional.

política portuguesa nas Ilhas, o Primeiro-Ministro do Primeiro Governo de Cabo Verde (1975-1991), Pedro Pires, afirmou:

Como é que vamos aguentar no meio deste oceano; se houver alguma invasão, a quem é que vamos pedir ajuda? Não temos Força Aérea, não temos Marinha [...] Para mim, ficou claro que era preciso ter uma política que tivesse em conta essa realidade, para além da nossa fraqueza económica e fragilidade externa... (Apuđ Lopes, 1996, p. 467)

Foi uma das preocupações que serviu de trampolim na definição e na condução da política externa cabo-verdiana nos primeiros anos da independência, tendo como prioridade a mobilização para obtenção de auxílio externo. Na verdade, os governantes mostraram, desde muito cedo, sagacidade e moderação, na orientação de uma política com pano de fundo a defesa e os interesses do país, em todos os sectores. O poder político estava única e exclusivamente nas mãos dos dirigentes, liderados por Aristides Pereira,⁴⁷ que não tinham experiência governativa.

Apesar do país ter sido amplamente condicionado nas suas escolhas externas, por causa da conjuntura dual, os governantes agiram de forma indelével face ao meio exógeno da época, retirando proveito da situação em benefício do Estado, conduzindo uma política externa meticulosa, baseada no princípio do não alinhamento, diante da URSS, dos EUA e seus aliados. Portanto, o fio condutor das relações externas das Ilhas nos primeiros anos após a independência reside na procura incessante e contínua de apoios externos, ou seja dos expedientes, dos recursos necessários para o país viabilizar o seu desenvolvimento, tendo como meta principal a construção de uma economia sustentável. Por conseguinte, a afirmação do arquipélago no panorama internacional não seria tarefa fácil por causa do conflito ideológico que envolveu os EUA, a URSS e seus aliados, situação que teve também reflexos na arena internacional.

As Ilhas de Cabo Verde despertaram atenção dos países que gravitavam em torno dos blocos capitalista/imperialista e socialista/comunista, por causa da sua localização geoestratégica (África, Europa e América), situação que suscitou interesse das duas potências mundiais da altura, como mostra a posição de Henry Kissinger, secretário de Estado com um papel relevante na política externa dos Estados Unidos (1968-1976), ao

⁴⁷ Aristides Pereira (1923-2011) foi secretário-geral do Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), entre 1973 a 1980, e Primeiro Presidente da República de Cabo-Verde (1975-1991).

afirmar que os EUA não iriam “admitir o aparecimento de uma nova Cuba no Atlântico” ou, então, a “sovietização de Cabo Verde” (Apud Lopes, 1996, p. 350)

No mundo bipolar a ideologia socialista/comunista e a capitalista/imperialista prevaleciam e o ambiente era de grande desconfiança e tensão, razão pela qual as autoridades optaram pela política de não alinhamento, para angariarem simpatia de cada um dos contendores, procurando apoio financeiro de ambos para a sua sobrevivência, situação que está na origem do pragmatismo e do realismo da política externa de Cabo Verde.

A par da política externa pragmática, prudente, realista podemos adicionar a percepção dos decisores políticos, que partiram da clarividência de que a diplomacia cabo-verdiana deveria defender os interesses fundamentais do país, distinguindo a política externa do Estado que adoptou o modelo do não alinhamento com a posição ideológica do PAIGC que seguiu a matriz ideológica marxista, como mostram os comentários de Abílio Duarte:⁴⁸

Desde do início tivemos clarividência de que a nossa diplomacia devia defender, em primeiro lugar, os interesses fundamentais de Cabo Verde. Para além de quaisquer motivações de ordem política ou ideológica, a nossa postura é de que não se podia de maneira nenhuma nivelar a política externa do Estado com a do partido, não obstante as convergências possíveis. (Apud Lopes, 1996, p. 474).

Apesar do arquipélago pertencer ao grupo dos Estados que ascenderam a independência depois da II Guerra Mundial (1939-1945), influenciado e apoiado pelo Marxismo-Leninismo, cuja influência se deu somente no plano ideológico do partido, não interferindo na condução da política externa cabo-verdiana junto dos países ocidentais, situação que permitiu relações de amizade com os mesmos, assim como a cooperação e o apoio ao desenvolvimento, o que levou Abílio Duarte a declarar:

Havia que fazer uma abertura para o relacionamento e cooperação com todos os países do mundo [...] Demos continuidade ao nosso relacionamento com os países escandinavos, estabelecemos relações frutuosas com os EUA, Alemanha, Espanha, França, Benelux e os restantes países europeus, o Brasil e, também, com a África. (Apud Lopes, 1996, p. 476)

No mesmo raciocínio Aristides Pereira disse o seguinte:

⁴⁸Abílio Duarte (1931-1996) foi Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde (1975-1980).

Os soviéticos tinham uma frota de guerra que circulava entre o Cabo e Gibraltar, mas nesta zona do Atlântico, na qual nos inserimos, não tinham nenhum... ponto de apoio e queriam fazer de Cabo Verde esse ponto, coisa que não aceitámos. (Apud Lopes, 2012, p. 362)

Na verdade, Cabo Verde ao adoptar uma política externa firme e robusta para a prossecução dos interesses nacionais, procurou não descurar as prioridades sociais e económicas, evitando as ajudas com contrapartidas, como mostram as alegações de José Luís Fernandes:⁴⁹

Ficou claro que eles [URSS] só nos ajudariam mediante contrapartidas; compreendemos que se aceitássemos, entraríamos na guerra fria. Eles queriam fazer de Cabo Verde uma base e nós dissemos que não aceitámos. A visita desiludiu-nos. (Apud Lopes, 1996, p. 475).

Ora, fica explícita, que aos líderes políticos repugnava a ideia de terceiros utilizarem a localização geoestratégica do país para agredir outro Estado, uma vez que, a Lei da Organização Política do Estado⁵⁰ e a primeira Constituição de Cabo Verde (1980) eram omissas nesta matéria. Somente com a revisão constitucional de 1992, no seu artigo 11º, nº 4, recusava expressamente a instalação de base militares estrangeiras no seu território. (Gonçalves, 2010)

Cabo Verde é a primeira das ex-colónias portuguesas a estabelecer relações políticas salutaras com a sua ex-metrópole, servindo de intermediária entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), em que a cidade da Praia foi palco, a 30 de setembro de 1976, do primeiro encontro entre os então Ministros dos Negócios Estrangeiros de Angola (1975-1976), José Eduardo dos Santos, e o seu homólogo de Portugal (1976-1978), José Medeiros Ferreira, como podemos ler nas declarações de Abílio Duarte:

Nós tivemos clarividência que, apesar dos sofrimentos cruéis motivados pela guerra colonial, [...] de no momento da independência as feridas estarem ainda

⁴⁹ Secretário de Estado da Administração Pública e Trabalho (1977-1980), embaixador em Washington (1980-1991) e Presidente do Departamento para a Promoção do Investimento e das Exportações (PROMEX)⁴⁹, entre 1991 a 1995, que tinha como finalidade de encorajar o investimento do exterior.

⁵⁰ LOPE, 1975, um Boletim Oficial, serviu de Constituição temporária; a sua duração era para vigorar por 90 dias, entretanto, acabou por perdurar cerca de 5 anos.

abertas, havia que [re] estabelecer relações corretas e salutaras com o Governo português, porque achávamos que isso era do interesse das duas partes, não permitindo que ressentimentos vindos da luta falassem mais alto [...]. (Apud Lopes, 1996, p. 475)

Na realidade, Cabo Verde com o restabelecimento das relações com Portugal deixa transparecer maturidade política, fazendo uso da sua *intelligentsia*, de forma a prever o seu futuro, numa altura em que segundo Pedro Pires:

Era preciso pôr termo a certo verbalismo político em voga, uma vez que Cabo Verde não estava sozinho no mundo e que, para sobreviver, necessitava do apoio dos países tidos como imperialistas ou neocolonialistas. (Apud Lopes, 1996, p. 472)

Em suma, os governantes políticos conseguiram mobilizar apoios tanto do bloco capitalista/imperialista como do bloco socialista/comunista, partindo do pressuposto de que para a viabilidade do país era preciso a colaboração de toda a comunidade internacional, tendo como fundamento basilar a salvaguarda dos interesses nacionais.

1.1. Transição Democrática e Impacto na Política Externa

Em Cabo Verde os sinais de mudança política surgem em finais da década de 80, isto é, em 1988, período em que tem lugar o III Congresso do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV)⁵¹, assim como a criação de mecanismos que estimulassem o investimento, de modo a ser promovido o desenvolvimento industrial, de forma a dinamizar o sector exportador, bem como outras actividades económicas.

Em dezembro de 1989, a cidade da Praia acolhe a cimeira dos cinco, conhecido por PALOP, herdeiros da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), formado por Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Na verdade, a visita do Papa João Paulo II, em janeiro de 1990, representou um marco histórico importante para o arquipélago. No entanto, um ano e meio depois [do III Congresso de 1988] mais precisamente a 19 de fevereiro de 1990, e tendo como pano de fundo o desmoronamento dos regimes do leste europeu, o Conselho

⁵¹ Com o golpe de Estado liderado por João Bernardo Vieira (1939-2009), também conhecido por Nino, guineense que depôs Luís Cabral do poder, em 1980, em Cabo Verde a rutura culmina na alteração do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) para o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), em 20 De janeiro de 1981.

Nacional do PAICV anuncia, pela voz de Pedro Pires, a abertura política. Em Setembro, é revogado pela ANP ⁵² o Artigo 4.º da Constituição e aprovada a nova Lei eleitoral, bem como a dos partidos políticos. (Lopes, 1996)

Associado aos factores internos que estiveram por detrás da abertura política temos ainda as crises no interior do PAICV, as manifestações na Ilha do Maio, bem como as revoltas estudantis na cidade do Mindelo. Em rede conexas estão os factores externos, nomeadamente a reunificação alemã, a mundialização, o desmoronamento da URSS, o fim do regime Apartheid na África do Sul, do sistema bipolar e o princípio do sistema unipolar. A dissolução da União Soviética, o aparecimento dos EUA como a única super potência fez com que este pressionasse os países a entrarem numa onda de democratização. Os Estados do terceiro mundo, para continuarem a beneficiar de ajuda tiveram que optar pela alteração do seu sistema político. (Cardoso 2004)

As mudanças internacionais provocaram o reajuste da política interna de Cabo Verde, podendo não ter sido a causa principal da alternância do regime mas teve a sua quota-parte, como reconheceu Aristides Pereira, para se proceder à abertura política “Verdadeiramente, do exterior, não. A pressão era interna.” (Apud Lopes, 2012, p. 348) Entretanto, a transição para a democracia não resultou apenas da pressão interna, uma vez que foi um processo interno e externo em simultâneo com a vontade política do PAICV, que no III Congresso, em 1988, de acordo com Aristides Pereira:

O objetivo era fazer a abertura e avançar para o pluralismo político. Com isso, haveríamos de adquirir muito mais prestígio. Embora tenhamos feito uma transição que tem merecido palavras elogiosas de muita gente, nessa altura seria uma coisa extremamente diferente. Seríamos o país de África que deu o mote. Hesitamos e é o que se sabe. (Apud Lopes, 2012, p. 344)

A primeira eleição multipartidária, realizada em 13 de janeiro de 1991, deu início ao processo da terceira vaga da democratização a nível mundial, tendo permitido o aparecimento do partido da oposição, o Movimento Para Democracia (MpD) que venceu as eleições, realizadas num clima de paz, facilitadas pela convergência ideológica popular. Na realidade, o MpD com uma orientação ideológica diferente do PAICV desenvolveu a sua diplomacia com diversos países, dando seguimento à política externa

⁵² ANP – Assembleia Nacional Popular

iniciada pelo PAIGC/CV, sobretudo no que toca a multiplicação e diversificação dos parceiros.

Com a abertura política e a transição para a democracia, Cabo Verde passou a reger-se por um Estado de direito democrático, com um regime constitucional pluralista, com eleições livres e temporais, que permitiram a alternância do poder, a avaliação periódica dos governantes perante a sociedade cabo-verdiana, tornando o regime democrático como fundamental para a definição e a execução da política externa do arquipélago, fiscalizado pelos partidos com assento Parlamentar, tendo em conta o interesse nacional.

A adopção de uma política de paz, em nome de um ambiente pacífico, sempre foi tida como prioritária para Cabo Verde, constituindo, assim, um distintivo inquestionável, marca da política externa, da diplomacia do desenvolvimento, ideia que perdura desde 1975, impulsionada por Abílio Duarte, primeiro encarregado da pasta dos Negócios Estrangeiros.

Instaurada a democracia, o arquipélago acelerou a sua inserção na economia mundial, o que facilitou as negociações com as instituições financeiras internacionais, nomeadamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Foi, também, o início do processo da descentralização política e administrativa, pela via das Autarquias Locais, sujeitando a sociedade civil a uma maior participação nos assuntos públicos, situação que contribuiu para uma maior democratização da política externa, se comparada com o regime antecessor em que tudo era da competência do partido no poder, assim como permitiu também uma maior participação dos emigrantes nos assuntos do país, através dos dois deputados eleitos pelo círculo da diáspora.

A política externa de Cabo Verde, na década de 90, assume contornos ousados e mais voltada para a abertura ao mundo, em que uma das características notórias é a diplomacia económica, acompanhada pelo incremento das privatizações das empresas estatais, beneficiando uma melhor inserção na economia mundial liberal, num contexto cada vez mais interdependente e globalizado, atraindo investimentos privados para as Ilhas de Cabo Verde.

Com a instauração do regime democrático, o país assina o Acordo de Cooperação Cambial (ACC) com Portugal, no dia 13 de março de 1998, com objectivo de preservar a paridade fixa entre a moeda, que desde de 1 de janeiro de 1999 passou a ser o euro,

fomentando a crescente aceitação interna e externa do escudo cabo-verdiano, não apenas com Portugal mas como na zona euro.

1.2. Projecção Internacional, Democracia e Boa Governação

A governação do PAIGC (1975-1980) e do PAICV (1980-1990) não seguiu o modelo democrático. A realização das primeiras eleições multipartidárias, a aprovação da Constituição Política que atribuiu direitos, deveres, garantias e liberdades aos cidadãos, fundou, deste modo, o Estado de direito democrático. (Évora, 2004) Volvidos quatro décadas da independência (1975-2015) e vinte e quatro anos da abertura política para a transição para o multipartidarismo (1991-2015), Cabo Verde tem merecido elogios devido a sua performance de estabilidade governativa, boa governação, considerado uma referência de democratização a nível mundial, mas, sobretudo, no continente africano, razão pela qual o país insular tem sido louvado no cenário internacional, por ter implementado um regime funcional, vislumbrando que a maior parte dos seus parceiros externos são Estados com eleições regulares e organizações que têm *avant-garde* a democracia como o regime *standard*.

De um país saheliano e insular, com todas as vulnerabilidades económicas e natural o arquipélago tem atingido índices de desenvolvimento que o alavancaram para o patamar dos Países de Desenvolvimento Médio (PDM)⁵³, comprovando assim a irreversibilidade dos progressos internos que servirão e que servem de lastro para a sua publicidade exógena, por causa da política de respeito dos direitos humanos, da democracia, da boa governação e da competência política.

A Organização das Nações Unidas (ONU), o FMI, BM, a União Europeia (UE), o Millenium Challenge Corporation (MCC), entre outras, têm dado primazia ao item da boa governação, enaltecendo que os países desenvolvidos decidem canalizar ou não recursos para os Estados em vias de desenvolvimento, tendo como requisitos primordiais o nível da gestão pública.

⁵³ O país foi considerado elegível para a saída do grupo dos Países Menos Avançados, (PMA), pela primeira vez em 1997, mas, em 2000, a decisão foi adiada devido à alta vulnerabilidade económica e à forte dependência da ajuda e das remessas dos emigrantes. Quatro anos depois, em 2004, foi tomada a decisão de graduar o país no grupo dos PDM, mas o processo consolidar-se-ia em 2008.

Entretanto, o FMI e o BM, não só têm destacado a performance económica do país, confiando na gestão sustentável e responsabilizada dos Governos, mas têm destacado a boa governação, considerada como uma condição *sine qua non* para atingir o desenvolvimento, razão pela qual, os governantes cabo-verdianos optaram por uma gestão criteriosa e transparente dos recursos provenientes do exterior, com a implantação do Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira (SIGOF), com principal objectivo de controlar e apresentar contas de forma célere e transparente, de maneira a credibilizar o arquipélago face aos seus investidores externos, mas, por outro lado, evitar constrangimentos que colocassem em causa a imagem externa de Cabo Verde, país que tem mantido uma relação frutuosa e amistosa com os países desenvolvidos e as organizações internacionais.

Na verdade, a boa governação é consciencializada como sendo um produto precioso do país, por ser um processo de política interna. Basta ler os relatórios e as avaliações feitas pelos mais diversos organismos nacionais e internacionais que mostram resultados motivadores e estimulantes para que continue, como mostra o facto da Fundação Mo Ibrahim, em 2011, ter galardoado Pedro de Verona Rodrigues Pires, Presidente da República de Cabo Verde (2001-2011), distinguido pela liderança e a boa governação em África. Deste modo, a estabilidade governativa é possível no continente africano o que não se pode fazer é escamotear os dados porque nem todas as exceções são e serão uma regra. Ora bem, o sucesso das Ilhas é um sinal claro disso, de que enquanto existir seriedade e competência por parte dos governantes, a disciplina em prol do bem comum é que deve reinar.

2. Diplomacia Cultural

Só depois de obtido consenso sobre o lugar de cada género musical⁵⁴, se instala, a partir de 1985, um novo panorama musical, o que veio permitir e facilitar a emergência da

⁵⁴A Morna e a Coladeira eram designadas “folclore” ou “música típica” durante a colonização portuguesa; noutro extremo “música da nossa terra” em paralelo o batuque, o Kolá ou a Tabanka eram incutidos no intelecto das pessoas como sendo “coisas do Povo”, “Música de África”; De Badjo Gaita, Ferrinho ou Funaná nem se ouvia falar, ou, então, era algo exótico. Por conseguinte, a assimilação, a simbiose cultural permitiu mudanças, isto é, a música cabo-verdiana deu um salto quantitativo e qualitativo, projetando-se “a nível internacional, exercendo e gozando de respeito e prestígio.” (Ministério da Cultura, 2005)

música tradicional cabo-verdiana, com todas as suas potencialidades na senda internacional.

Na década de 80 emerge o Funaná e a procura da qualidade; na década seguinte, tem início a projecção da música de Cabo Verde no mundo, com destaque para alguns nomes como Cesária Évora (1941-2011), Bana (1932-2013), Ildo Lobo (1953-2004), considerados os “catedráticos da música cabo-verdiana”, que iniciaram os seus percursos na década de 60, em plena colonização portuguesa, mas foi na década de 90 que ganharam maior prestígio e que o país passou a ser conhecido e reconhecido pela música a nível internacional⁵⁵.

Cesária Évora, conhecida como a “diva dos pés descalços” e Cize, teve e continua a ter um papel relevante na projecção do arquipélago, servindo de proa na diplomacia cultural cabo-verdiana; possuía um timbre genuíno, forte que resistiu aos embates das modas e dos estilos musicais, que em cada década têm dominado o mundo, defendendo a autenticidade e as raízes da Morna, da mesma forma, a Coladeira; é considerada a maior “embaixadora” que alguma vez as Ilhas conheceram; Cize, em 2003, é nomeada embaixadora do Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas (PAM) na luta contra a fome; naquele ano, deu a cara pelos Estados da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), nos programas de alimentação escolar.

De facto, a Morna e a Coladeira encontraram o “swing” na voz da Cesária, por causa do seu talento que serviu de veículo *in-extremis* para se revelar ao mundo, que, por coincidência assiste nesta altura a um movimento que se dá pelo nome de “World Music” ou Música do mundo, termo concebido por Robert E. Brown no início da década de 1960, tendo ganho projecção internacional a partir da década de 1980, referindo-se à música tradicional ou música folclórica criada e tocada por músicos. No período pós colonial, a vertente cultural fica marcada pelo sucesso da “diva dos pés descalços”, que continuará a ser uma das principais intermediárias da internacionalização da música de Cabo Verde no mundo, contribuindo desta forma para o fortalecimento da política externa cabo-verdiana. Segundo Ismael Fernandes,

⁵⁵ Cesária Évora não foi a principal mentora. São conhecidos o contributo de Orlando Pantera, do Batuque e do Finançon que obtiveram êxitos com as cantoras Lura, Mayra Andrade, Sara Tavares, Nancy Vieira, Tito Paris, entre outros.

O sucesso [...] lá fora, tem servido de locomotiva para, não só uma verdadeira projeção da música cabo-verdiana lá fora, como serviu para abrir as portas para os outros artistas cabo-verdianos, mas também tem sido um fator de projeção e conhecimento do próprio país. (Apud Ministério da Cultura, 2005, p. 111)

Partilhamos da opinião de Ismael Fernandes, uma vez que a morna é candidata para património imaterial da humanidade, como sendo a expressão máxima da cultura musical cabo-verdiana, isto é, o género musical que une todos os nacionais no país e na diáspora⁵⁶.

Para finalizar, por causa da influência da música cabo-verdiana no plano exógeno, os governantes começaram a atribuir uma atenção especial a mesma, destacando a diplomacia cultural, como sendo um dos eixos da política externa, na promoção das Ilhas de Cabo Verde no mundo.

3. Diplomacia Económica

O fundamento da diplomacia económica e de desenvolvimento tem como base a plena articulação com o sector privado, no favorecimento do investimento estrangeiro, no acesso aos mercados e no financiamento do desenvolvimento insular.

Volvidos quarenta anos da independência nacional (1975-2015), em Cabo Verde, a diplomacia económica tem sido o núcleo da política externa, isto é, visionando o relacionamento com os Estados e outros actores do panorama internacional, em que as relações convergem, contribuindo, desta forma, para o progresso económico e social do país.

Na realidade, a inserção e a abertura ao mundo cada vez mais concorrencial, globalizado e interdependente é um dos objectivos da política externa, nomeadamente com a transição para a democracia, em 1991. Todavia, a argumentação da inserção e da abertura do arquipélago no mundo ter-se-iam começado a florir nos primeiros anos após a independência. Porém, a sua abertura ao exterior no final da Guerra Fria com a ascensão do capitalismo, permitiu, nessa altura, o país romper com o modelo de partido único e da

⁵⁶ Atualmente, é comum, quando se fala da emigração, falar-se da diáspora, que é um termo usado para designar a dispersão dos judeus “exilados/expulsos” da sua terra de origem Palestina. Mas vários investigadores têm usado este termo para caracterizar a emigração cabo-verdiana para várias partes do mundo. Hoje, já não se fala nos emigrantes cabo-verdianos, mas sim na diáspora cabo-verdiana.

economia planificada, mormente, devido a assunção do liberalismo como o paradigma de mercado.

A diplomacia económica tem recebido impulsos por parte do Governo, resultando como a alavanca basilar na atracção do Investimento Directo do Estrangeiro (IDE), isto é, não descurando a importância que confere para o desenvolvimento do país, tem-se criado novas competências direccionadas a sua captação e mobilização. É visível uma necessidade premente em apostar no IDE, de modo, a expandir o mercado interno, com maior ênfase no sector do turismo e dos serviços, contribuindo assim na inserção dinâmica do país na economia mundial.

Em suma, a diplomacia económica não é apenas o cerne do Ministério das Relações Exteriores (MIREX); abrange um conjunto de actores intragovernamentais, tais como a pasta das Finanças, das Infraestruturas e Economia Marítima, do Turismo, Indústria e Energia, o das Comunidades, a Agência de Desenvolvimento Empresarial e Inovação, Cabo Verde Investimentos, entre outros.

4. Diáspora e Política Externa

A emigração, desde muito cedo, foi uma das vias trilhadas para o sustento das famílias. A emigração cabo-verdiana é dividida em três fases, tendo como o factor principal a melhoria da qualidade de vida. (*Tolentino 2006*). Na primeira etapa a emigração era para os EUA como sendo a primeira escolha, desde de 1917; depois seguiu a fase africana (Senegal, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe) e da América do Sul (Argentina, Brasil, Chile e Uruguai), nas décadas de 40 e 50, do século XX; o terceiro período é direccionado para a Europa (Portugal, Holanda, França, Luxemburgo e Itália), iniciada durante as décadas de 60 e 70 do século XX.

A emigração é um dos eixos mais importantes da política externa do arquipélago, tendo em consideração a sua participação e contribuição efectiva no desenvolvimento económico-social do país, devido a relevância das remessas que enviam para o país.⁵⁷

⁵⁷ A emigração tem também consequências para o país de origem, que se prendem com a redução do capital humano, isto é, a perda de quadros qualificados em algumas áreas específicas no país. Fuga de cérebros, ou pelo seu termo em inglês, Brain Drain é uma emigração em massa de indivíduos com aptidões técnicas ou de conhecimentos, normalmente devido a factores como ausência de recursos, falta de oportunidade para a pessoa mostrar o seu potencial, conflitos étnicos e guerras civis, riscos à saúde e instabilidade política nestes países. Uma fuga de cérebros é geralmente considerada custosa economicamente, uma vez que os emigrados obtiveram suas formações de maneira patrocinada pelo Governo Nacional.

Uma das medidas no sentido de apoiar e proteger os emigrantes cabo-verdianos espalhados pelos diversos países foi o acordo de segurança social, a abertura de representações diplomáticas e consulados. Preferencialmente esses serviços foram disponibilizados nos países onde as comunidades cabo-verdianas eram maiores, para mantê-las informadas e ligadas a Cabo Verde, terra mãe, e apoiá-las na sua integração junto dos países de acolhimento.

As representações diplomáticas e postos consulares não somente estão nos países onde as comunidades nacionais são mais expressivas, mas também figuram nos países com os quais Cabo Verde tem uma relação externa de cooperação privilegiada. Mas por outro lado, existe os países com quem o Estado usufrui de uma relação privilegiada de cooperação e que são também parceiros importantíssimos no desenvolvimento do país, mas que por algum motivo, sobretudo, de cariz económica-financeira, que vá ao da instalação e manutenção de representações junto desses países ainda não dispõe de representações permanentes aí instaladas.

Para além de manter e reforçar o nível de relacionamento com os países onde já estão sediadas representações diplomáticas, o Governo por intermédio do MIREX *ipsis verbis* o Ministério das Comunidades deverá reunir esforços no sentido de uma maior investidura e aproximação aos Estados onde não existe ainda missões permanentes e a proteção dos interesses nacionais assim o reivindica.

4.1. Remessas dos Emigrantes

Podem ser definidas como o envio de recursos que inclui todo o tipo de donativos pessoais em dinheiro e em productos pelos emigrantes, aos países de origem, para o crescimento e desenvolvimento económico de um país; as remessas são transferências das remunerações que os nacionais residentes no exterior enviam para os seus países de origem, podem ser individuais ou colectivas.

O contributo da diáspora no desenvolvimento de Cabo Verde não se circunscreve apenas no envio das remessas dos conterrâneos emigrados em termos monetários, mas representa um contributo vasto para o combate à pobreza, estende-se ao investimento privado através dos bens imobiliários, acesso a educação básica, secundária e superior, desenvolvimento humano, formação da poupança familiar.

Entende-se por remessas individuais a parcela de renda remetida pelos emigrantes aos familiares, diferentemente, das colectivas que são montantes arrecadados pelas

instituições e/ou associações ligadas ao sector da emigração (sem fins lucrativos) e doados para a realização de projectos sócio-económicos nos países de origem, como acontece com Cabo Verde. (Tavares, 2010)

A emigração cabo-verdiana, desde há muito, originou laços de amizade com os naturais dos países de acolhimento, resultando, por conseguinte, o segundo ponto de contacto das relações externas do arquipélago, razão pela qual muitos dos países europeus e os EUA têm sido os maiores exportadores das remessas dos emigrantes para o arquipélago.

Para concluir, as remessas dos emigrantes não se limitam única e exclusivamente a verbas monetárias efectuadas por canais formais, as transferências são transaccionadas também por canais informais, que não envolvem contratos formais e, por conseguinte, difíceis, por vezes, improváveis, de serem registrados nas contas nacionais das economias receptoras. Os canais informais se vislumbram, mormente, nas relações pessoais (amigos e parentes). No que tange as transferências monetárias formais incluem os serviços de câmbios oferecidos por Bancos, agências postais de correios, instituições financeiras.

5. Cooperação e Formação

Durante quarenta anos (1975-2015) o balanço no que diz respeito a formação e a capacitação dos recursos humanos é positivo e satisfatório, porque foi feita uma aposta clara, deliberada nas pessoas, comprovando assim a discrepância dos Estados insulares face aos outros Estados, enquanto estes, architectavam estratégias de potencialização dos seus recursos naturais, o arquipélago optou pela valorização do seu capital humano e o reforço da sua credibilidade externa. (Costa, 2012)

Assim, o progresso no sector educativo em Cabo Verde deve a sua política externa. A cooperação externa permitiu a construção de escolas, fornecimento de materiais didácticos e a capacitação de docentes; em relação a formação universitária, a cooperação internacional tem surtido efeito, com ênfase na formação no exterior de uma parcela considerável dos decisores políticos, dos quadros da função pública, sem contar os jovens que anualmente ingressam nas universidades estrangeiras, pela via da atribuição de bolsas de estudo e por intercâmbios e Erasmus⁵⁸.

⁵⁸ Foi estabelecido em 1987. É um programa de apoio interuniversitário de mobilidade de estudantes e docentes do Ensino Superior entre Estados membros da União Europeia e Estados associados e que permite a alunos que estudem noutros países por um período de tempo entre três e doze meses. Também designado de protocolo, acção ou ainda programa erasmus.

Com a emergência de alguns estabelecimentos de ensino superiores nacionais, o Governo tende a cambiar de estratégia, incentivando os alunos a optarem pelas ofertas educativas nacionais, pela atribuição de bolsas de estudo para a formação académica no exterior, realizando provas de acesso ao ensino superior. O mesmo se pode dizer em relação as autarquias locais que têm vindo a executar a mesma prática para a formação académica no país, incentivando os alunos a optarem pelas ofertas educativas nacionais.

Com o crescimento da oferta educativa interna, a cooperação internacional vem contribuindo na prestação de apoios na formação endógena. Alguns docentes estrangeiros doutorados estão a leccionar em Cabo Verde, o mesmo se pode inferir dos muitos cursos que contam com a colaboração das universidades estrangeiras.

Em síntese, a cooperação e o desenvolvimento revestem de uma importância capital no âmbito das relações internacionais o que atribui uma tenacidade maior da parte de todos os actores da política externa; cooperação em prol do progresso não se restringe apenas aos Estados, mas engloba as autarquias locais, a sociedade civil e as Organizações Não Governamentais (ONG's), propiciando uma participação mais eficiente e democrática de todos os quadrantes da sociedade no reforço da cooperação.

CONCLUSÃO

Cabo Verde independente passou a fazer parte do sistema internacional, como Estado soberano, com capacidade de guiar a sua política interna e externa, apesar de o país ter conquistado a sua autonomia num momento muito conturbado a nível mundial por causa do embate Leste/Oeste (EUA/URSS), que explica o pragmatismo da sua política externa, ancorada na política de não alinhamento.

A elaboração e aprovação da primeira Constituição do país, em 1980, foi uma mais-valia, mas, foi com a abertura política e consequentemente com a transição para a democracia o *handicap* na (re) afirmação do país como membro de pleno direito da comunidade internacional.

Apesar da implantação recente da cultura democrática Cabo Verde, Estado insular com características intrínsecas próprias, tem alcançado ganhos que o dignificam no plano internacional, nomeadamente no continente africano em matéria de democracia, direitos humanos, e boa governação e na crescente credibilização do Estado e das suas instituições, perfilhados pelos vectores da transparência, da eficácia, da eficiência dos

recursos estratégicos para o seu desenvolvimento, estabelecendo parcerias e alianças que necessita para mobilizar recursos que não dispõe. O Estado tem zelando para a manutenção da paz interna e da estabilidade política de modo a solidificar as instituições e o regime democrático.

Na verdade, o país tem sido projectado internacionalmente também pela cultura, como mostra o facto da mesma ter vindo a conquistar o seu espaço nos programas dos sucessivos Governos, designadamente pela via musical.

A diplomacia económica tem vindo a ganhar cada vez mais lugar na política externa, tendo em consideração a captação e mobilização do investimento externo, o acesso aos mercados, a inserção dinâmica do país na economia mundial, por forma a atingir o escalão de país desenvolvido. Paralelamente à diplomacia, convém destacar a diáspora cabo-verdiana, que, de uma forma ou de outra, é também cúmplice na atracção de investimentos para o crescimento e o progresso económico e social de Cabo Verde. Não é apenas a diáspora que deve contribuir com transferências monetárias, mas também os líderes políticos, o Estado em concertação com os países onde existe uma comunidade cabo-verdiana emigrada, devem implementar políticas para uma maior e melhor inserção dos concidadãos, os principais intermediários dos fluxos monetários e das receitas, mas também por serem conhecedores da realidade das ilhas.

Last but not the least, o país, em matéria de cooperação, sempre mostrou abertura ao mundo, abrangendo os laços históricos e culturais com os principais parceiros para o seu desenvolvimento, situação que permitiu relações de cooperação com vantagens mútuas para ambos os países. Aliás, esta é uma das premissas da política externa do Estado.

Em suma, a política externa cabo-verdiana tem em conta a promoção do país democraticamente estável, implementando uma diplomacia da paz, dos direitos humanos e da legalidade internacional.

BIBLIOGRAFIA

Cardoso, Katia Aline Lopes Rodrigues. *Diáspora: (A Décima) Primeira Ilha - A Relação entre a Emigração e a Política Externa Cabo-Verdiana*. Lisboa: Instituto Superior da Ciência do Trabalho e da Empresa, 2004.

Costa, Suzano. “Política Externa Cabo-Verdiana na Encruzilhada Atlântica: entre a África, a Europa e as Américas.” In Silva, Mário, Pina, Leão e Monteiro JR, Paulo

- (Org), *Estudos Comemorativos do V Aniversário do ISCJS*, 331-272. Praia: ISCJS, 2012.
- Cruz, Lavínio António Conceição da. *A Política Externa de um País Insular e o seu Desenvolvimento: O Emblemático Exemplo de Cabo Verde*. São Vicente : Universidade do Mindelo, 2015.
- Duarte, Abílio. "título". In Lopes, José Vicente. *Os Bastidores da Independência*. Praia - Mindelo: Instituto de Camões, Centro Cultural Português, 1996.
- Évora, Roselma. *Cabo Verde - A Abertura Política e a Transição para a Democracia*. Praia: Spleen Edições, 2004.
- Fernandes, José Luís. "Título". In Lopes, José Vicente. *Os Bastidores da Independência*. Praia - Mindelo: Instituto de Camões, Centro Cultural Português, 1996, pp.
- Gonçalves, António Mendes. *Política externa de Cabo Verde 1975-2008*. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 2010.
- Lopes, José Vicente. *Os Bastidores da Independência*. Praia - Mindelo: Instituto de Camões, Centro Cultural Português, 1996.
- Lopes, José Vicente. *Aristides Pereira: Minha Vida, Nossa História*. Praia: Spleen edições, 2012.
- Ministério da Cultura. *Cabo Verde 30 Anos de Cultura 1975-2005*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (IBNL), 2005.
- Pires, Pedro de Verona Rodrigues. "Título". In Lopes, José Vicente. *Os Bastidores da Independência*. Praia - Mindelo: Instituto de Camões, Centro Cultural Português, 1996.
- Pires, Pedro de Verona Rodrigues. *O Meu Compromisso com Cabo Verde*. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 2012.
- Tavares, Adilson de Jesus Cabral. *A Importância da Política Externa No Processo de Desenvolvimento: O caso Paradigmático de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- Tolentino, António Corsino. *Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados em Desenvolvimento: O Caso de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2006.

SAÚDE

BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

VACINAS USADAS EM CAMPANHAS DE VACINAÇÃO EM MASSA CONTRA A RAIVA

António Bartolomeu A.Ch. Eduardo., Maurício Catau Miguel;
Departamento de Sanidade Animal, Faculdade de Medicina Veterinária -Huambo -
Angola

Emails: alicerceschivinda@gmail.com/ mcatau@yahoo.com.br

Resumo

A raiva é uma doença infecciosa aguda que afecta mamíferos. O vírus replica-se e propaga-se através dos nervos periféricos para o sistema nervoso central. Cães vadios, carnívoros selvagens, morcegos, constituem os reservatórios naturais do vírus da raiva, e estes animais constituem grande risco à saúde pública para os humanos e animais domésticos. A ocorrência da raiva é grandemente atribuída à mordeduras de cães vadios em países subdesenvolvidos onde a vacinação de animais é limitada especialmente em áreas rurais. A vacinação é o método mais efectivo de tratamento pré exposição contra a infecção pelo vírus da raiva e tem sido usado tanto em humanos como em animais reservatórios. Sendo assim, a vacinação de cães vadios é potencialmente a estratégia mais efectiva de baixo custo para prevenir a infecção pelo vírus da raiva. De modo a erradicarmos a raiva urbana no Huambo, é necessário uso de vacinas vivas atenuadas nas campanhas em massa contra a raiva e as vacinas inactivadas fossem usadas em animais de estimação nos postos fixos de vacinação e em clínicas veterinárias. E utilização da vacina inactivada nas campanhas em massa, exigirá administrar duas doses por ano e deste modo conferir aos cães e gatos vacinados protecção até a seguinte campanha.

Palavras-chave: vacinação, raiva, vacina atenuada, vacina inactivada

Introdução

O vírus da raiva é um membro do gênero *lyssavirus* da família *dos Rhabdoviridae*, é vírus RNA envelopado com um genoma de cadeia simples e polaridade negativa. O RNA genómico codifica 5 proteínas estruturais como a nucleoproteína (N), fosfoproteína (P), matriz (M), glicoproteína (L). As proteínas N, P e L combinam-se com o genoma viral para formar a ribonucleoproteína (RNP). Portanto a glicoproteína G é o maior antígeno para os anticorpos neutralizantes contra o vírus da raiva. (Bourhy, et al., 2008; BENMANSOUR, et al., 1991; Zhang, et al., 2013)

A raiva é uma doença infecciosa aguda que afecta mamíferos. O vírus replica-se e propaga-se através dos nervos periféricos para o sistema nervoso central. Por muitos anos a raiva tem sido considerado um problema de saúde pública em todos os continentes. Portanto, os avanços de Pasteur permitiram desenvolver vacinas contra a raiva a fim de estimular o sistema imunológico de modo a produzir anticorpos neutralizantes contras os epítomos do vírus e assim impedir a disseminação e consequente colonização das células nervosas. As campanhas de vacinação em massa são usadas para combater e controlar a raiva em animais domésticos e vadios de modo a evitar novos surtos. Portanto, para uma campanha de vacinação efectiva, é necessário alcançar uma percentagem suficiente da população animal para eliminar a doença e prevenir futuros surtos. E as estirpes vacinais utilizadas em campanhas em massa, influenciam na eficiência das mesmas. (Bourhy, et al., 2008; SEGHAIER, et al., 1999; Kaare, et al., 2009) Este trabalho tem como objectivo caracterizar as principais vacinas contra raiva desenvolvidas nos últimos anos e em uso para combater e controlar a raiva.

Desenvolvimento do tema

Como uma doença zoonótica, a infecção pelo vírus da raiva afecta animais de sangue quente incluindo o homem. É caracterizada por uma encefalite aguda na fase inicial e fatal já na fase final sem um tratamento pós exposição. Aproximadamente 55.000 mortes em humanos causados pela raiva são reportadas anualmente sendo que a maioria destes casos ocorrem em países em desenvolvimento (Kaare, et al., 2009; Wunner & Briggs, 2010).

Cães vadios, carnívoros selvagens, morcegos, constituem os reservatórios naturais do vírus da raiva, e estes animais constituem grande risco á saúde pública para os humanos e animais domésticos. A ocorrência da raiva é grandemente atribuída á mordeduras de

cães vadios em países subdesenvolvidos onde a vacinação de animais é limitada especialmente em áreas rurais. (Wunner & Briggs, 2010; Kaare, et al., 2009)

Portanto, a vacinação é o método mais efectivo de tratamento pré exposição contra a infecção pelo vírus da raiva e tem sido usado tanto em humanos como em animais reservatórios. Sendo assim, a vacinação de cães vadios é potencialmente a estratégia mais efectiva de baixo custo para prevenir a infecção pelo vírus da raiva. (Wunner & Briggs, 2010; Albas, et al., 2013)

As vacinas mortas contra a raiva são preparadas a partir de ovos embrionados, BHK, ou células vero e estão disponíveis para humanos e para animais de estimação por via intramuscular. Para a prevenção da raiva em animais domésticos e selvagens, usam-se vacinas vivas atenuadas de vírus vivo modificado baseado em estirpes virais SAD e ERA e vacinas recombinadas baseadas na expressão da glicoproteína do vírus da raiva no vírus da vaccínia. (Nandi & Kumar, 2010; Hicks, et al., 2012)

Outrossim, um grupo de investigadores Americanos, Gregos e Chineses desenvolveram uma nova vacina recombinante contra a raiva baseada na expressão da glicoproteína no vírus da parainfluenza 5. A mesma vacina foi ensaiada em camundongos e estes reagiram positivamente á vacina com a produção de altos títulos de anticorpos neutralizantes. (Chen, et al., 2013)

A vacinação em massa tem sido usada com sucesso na Europa do leste, Norte de América, ilustrando que a doença pode ser controlada e eliminada através de vacinações da população reservatória. Japão, o primeiro País a implementar a vacinação em massa de cães, eliminou a raiva com sucesso em 1956. A vacinação obrigatória e eliminação de cães vadios na Malásia em 1952 ajudaram a controlar a raiva para níveis baixos demonstrando que a doença pode ser controlada em países menos desenvolvidos. Já em África, Zimbabwé e Uganda foram reportados e confirmados que mais de 90% de exposição humana á raiva devem-se á cães domésticos. Apesar da disponibilidade de vacinas efectivas relativamente baratas e seguras, a raiva continua incontrolável em quase toda a África e Ásia. A falha dos programas actuais de controlo pode ser atribuída a adopção de estratégias inapropriadas bem como aspectos sócio culturais. (Nandi & Kumar, 2010; Townsend, et al., 2013; Kaare, et al., 2009)

Em Angola em particular no Huambo tem-se registado nos últimos anos um aumento significativo de casos de raiva apesar dos programas de vacinação realizados anualmente. Entre 2007-2009 foram registados um total de 439 casos de raiva em Angola, dos quais 23% correspondiam aos casos de raiva no Huambo apesar do aumento do total de animais vacinados na província. (Fontes-Pereira, et al., 2012)

Portanto, o controlo da raiva depende grandemente da prevenção da infecção em cães e gatos por vacinação em áreas endémicas.

As vacinas convencionais actualmente usadas para a vacinação de humanos, animais domésticos e vadios, são derivadas de vírus de genótipo 1 e serotipo 1. Estas vacinas providenciam excelente protecção contra o vírus da raiva clássica, mas pode não conferir protecção contra outros serotipos. O nível de protecção como determinado em camundongos que sobrevivem depois de 28 dias, parece depender da estirpe de vírus usada na vacina. (Albas, et al., 2013; Almeida, et al., 1997)

Vacinas contra a raiva

Em 1885, Louis Pasteur, demonstrou que o vírus da raiva pode ser atenuado por meio de uma série de passagens no crânio de coelhos. E neste mesmo ano um rapaz foi tratado com uma dose virulenta de uma suspensão do cordão espinal dissecado de um animal raivoso, e o mesmo rapaz sobreviveu. Esta vacina bruta de Pasteur, foi mais tarde modificada por Fermi e Semple. Em 1927, a primeira conferência internacional sobre a raiva recomendou que o vírus inteiro para a produção de vacinas deve ser inativado ou atenuado de modo a não causar a doença nos animais vacinados. Por muitas décadas, a vacina da raiva produzida a partir de tecidos nervosos, são inactivadas com fenol. (Hicks, et al., 2012; Townsend, et al., 2013)

Portanto, as vacinas de tecido nervoso actualmente em uso para as campanhas de vacinação em massa em África, América latina, são produzidos de vírus da raiva isolados de cérebro de camundongos ou cérebro de cordeiros. No entanto, vacinas de tecido nervoso para cães e outros animais frequentemente causam sintomas nervosos pós vacinal e morte em alguns animais vacinados. (Hicks, et al., 2012)

Vacinas vivas atenuada

As Vacinas vivas atenuadas estão constituídas com o vírus vivo atenuado em laboratórios, através de passagens sucessivas em ovos embrionados ou em cultura celular. Essas vacinas contêm, portanto, o vírus da raiva vivo, que se multiplica no animal vacinado para estimular a resposta imune.

Estas vacinas exigem menor massa antigénica e o microrganismo mimetiza a infecção normal activando todos os mecanismos do sistema imunológico, estimulando a produção de IgG humorais como IgA locais da mucosa. Estas vacinas podem conferir uma imunidade duradoura. (BENMANSOUR, et al., 1991; HU, et al., 2008; Zhang, et al., 2013)

A principal desvantagem destas vacinas é a possibilidade de produzirem a doença e a sua dificuldade de transporte e armazenamento.

As estirpes Flury e Kelev do vírus da raiva, foram usadas para produzir vacinas vivas atenuadas. A estirpe SAD adaptada em células de rins de hamster e a estirpe ERA cultivada em células de rins de suínos foram usadas para produzir vacinas vivas atenuadas baseadas em cultivos de tecidos para uso parenteral em animais contra a raiva. Estas vacinas são usadas em carnívoros incluindo cães e gatos em África, Ásia e alguns países da Europa. Estas vacinas sem adjuvantes, são baratas e comportam pouca quantidade do vírus, mas providenciam uma imunidade de longa duração e boa resposta imune mediada por células. (Chen, et al., 2013; Germano, 1994; Nandi & Kumar, 2010)

Vacinas mortas ou inactivadas

As vacinas inactivadas são produzidas de vírus mortos mas que mantêm conservados os epítomos imunogénicos. A inactivação é feita através de compostos físicos como o calor e químicos no caso de formaldeído. Para preparar vacinas inactivadas, usam-se as estirpes CVS, PM, cultivadas em embriões de patos, BHK-21(Células de rins de hamster) ou células vero. Um número de agentes inactivantes como fenol, raios ultravioleta e outras aminas, têm sido utilizados para inactivar o vírus da raiva. Após a inactivação estas vacinas são associadas com adjuvantes como $Al(OH)_3$, $AlPO_4$, saponinas, para potenciar a imunogenicidade da mesma vacina. As vacinas inactivadas produzem suficiente imunidade humoral quando os animais lhes são administrados doses de reforço. A principal desvantagem destas vacinas é o facto de desenvolverem uma pobre imunidade nas mucosas. (Hicks, et al., 2012; Wunner & Briggs, 2010; BENMANSOUR, et al., 1991)

Considerações finais

Em campanhas de vacinação em massa contra a raiva, utilizam-se vacinas capazes de estimular o sistema imunológico de modo que este possa produzir anticorpos neutralizantes contra o vírus da raiva impedindo assim a colonização das células hospedeiras. Mas um dado importante a ter em conta é o facto de que nas campanhas em massa não se tem dados sobre o estado de nutricional e de saúde dos animais e estes factores podem condicionar a eficácia das vacinas administradas.

No entanto, as estratégias de vacinação contra a raiva devem diferenciar-se de acordo as políticas de cada região e de acordo a situação epidemiológica da mesma região; ou seja, em regiões endémicas é preferível vacinar-se todos os animais reservatórios como cães e gatos com vacinas vivas atenuadas já que estas conferem maior imunidade protectora nos animais vacinados. (Nandi & Kumar, 2010)

Em Angola em particular no Huambo, anualmente efectuam-se campanhas de vacinação em massa contra a raiva. E as vacinas contra a raiva utilizadas no Huambo entre 2008-2011 são a *RABSIN*, uma vacina constituída por subunidades imunogénicas do vírus da raiva (glicoproteínas do envelope viral). Entre 2011 até a presente data têm-se utilizado a vacina *BIOCAN* que é uma vacina inactivada a partir da estirpe SAD cultivada em células BHK-21(derivadas de células de rins de hamster). (ISV, 2014)

De acordo ao programa de combate a raiva, o objectivo do estado Angolano é de erradicar a raiva urbana por meio da vacinação de todos os animais domésticos reservatórios. Porém, as vacinas inactivadas em uso no Huambo, apesar de estimularem uma imunidade humoral suficiente, necessitam de uma dose de reforço para que os níveis de anticorpos mantenham-se estáveis ao longo do ano, ou seja, até a seguinte campanha. Mas, nas campanhas de vacinação em massa no Huambo, não administra-se as doses de reforço já que isto exigiria vacinar os animais duas vezes ao ano. Este facto, pressupõe que os cães e gatos vacinados nas campanhas em massa não mantêm os níveis de anticorpos ao longo do ano. Outrossim, como as vacinas inactivadas desenvolvem pobre imunidade nas mucosas, isto também pressupõe uma pobre imunidade ao nível das mucosas dos animais vacinados tanto com o *RABSIN* como com o *BIOCAN*. No caso da raiva, a imunidade nas mucosas joga um papel importante já que os vírus podem ser neutralizados no local da mordedura e quando não há estimulação desta imunidade, o vírus pode colonizar facilmente as células hospedeiras.

Portanto, para cumprir com os objectivos definidos na erradicação da raiva urbana no Huambo, os serviços de veterinária deveriam adoptar o uso de vacinas vivas atenuadas nas campanhas em massa contra a raiva pois que estas vacinas conferem protecção prolongada aos animais vacinados com uma única dose. E as vacinas inactivadas fossem usadas em animais de estimação em postos fixos de vacinação e em clínicas veterinárias.

No entanto, caso continuemos a usar a vacina inactivada nas campanhas em massa, haverá a necessidade administrar a dose de reforço anualmente e isso pressupõe duas campanhas de vacinação por ano e deste modo, os cães e gatos vacinados estarão sempre protegidos ao longo do ano e assim gradualmente iremos erradicar a raiva urbana.

Bibliografia

Albas, A. et al., 2013. Humoral immune response in dogs and cats vaccinated against rabies in southeastern Brazil. *Journal of Venomous Animals and Toxins including Tropical Diseases*, Volume 19, p. 17.

Almeida, M. F. et al., 1997. Resposta imune humoral de cães à vacina inativada, de cérebro de camundongos lactentes, utilizada nas campanhas anti-rábicas no Brasil. *Rev. Saúde Pública*, Volume 31, pp. 502-507.

Benmansour, A. et al., 1991. Antigenicity of Rabies Virus Glycoprotein. *Journal of virology*, Volume 68, pp. 4198-4203.

Bourhy, H. et al., 2008. The origin and phylogeography of dog rabies virus. *Journal of General Virology*, Volume 89, pp. 2673-2681.

Chen, Z. et al., 2013. A Novel Rabies Vaccine Based on a Recombinant Parainfluenza Virus 5 Expressing Rabies Virus Glycoprotein. *Journal of Virology*, Volume 87, pp. 2986-2993.

Cox, J. H., Dietzschold, B. & Schneider, L. G., 1977. Rabies Virus Glycoprotein: II. Biological and Serological Characterization. *Infection and immunity*, Volume 16, pp. 754-759.

Dorfmeier, C. L., Tzvetkov, E. P., Gatt, A. & McGettigan, J. P., 2013. Investigating the Role for IL-21 in Rabies Virus Vaccine induced immunity. *PLoS Negl Trop Dis*, Volume 7, p. 2129.

- Fontes-Pereira, A. et al., 2012. RABIA URBANA EN HUAMBO, ANGOLA, 2007-2009. *Rev. Salud Anim*, Volume 34, pp. 25-30.
- Germano, P. M. L., 1994. Avanços na pesquisa da raiva. *Rev. Saúde Pública*, Volume 28, pp. 86-91.
- Hicks, D. J., Fooks, A. R. & Johnson, N., 2012. Developments in rabies vaccines. *Clinical and Experimental Immunology*, Volume 169, pp. 199-204.
- Hu, R. L., Fooks, A. R., Zhang, S. F. & Liu, Y., 2008. Inferior rabies vaccine quality and low immunization coverage in dogs (*Canis familiaris*) in China. *Epidemiol. Infect.* (2008), 136, 1556–1563., Volume 136, pp. 1556-1563.
- ISV, 2014. *Vacina RABSIN e BIOCAN*. s.l.:s.n.
- Kaare, M. et al., 2009. Rabies control in rural Africa: Evaluating strategies for effective domestic dog vaccination. *Vaccine*, Volume 27, pp. 152-160.
- Nandi, S. & Kumar, M., 2010. Development in Immunoprophylaxis against Rabies for Animals and Humans. *Avicenna J Med Biotech*, Volume 2, pp. 3-21.
- Seghaier, C. et al., 1999. Rabies mass vaccination campaigns in tunisia: Are vaccinated dogs correctly immunized?. *Am. J. Trop. Med. Hyg.*, Volume 61 (6), pp. 879-884.
- Silva, A. d. C. R. d. et al., 2000.. Antibody response in cattle after vaccination with inactivated and attenuated rabies vaccines. *Rev. Inst. Med. trop. S. Paulo*, Volume 42, pp. 95-98.
- Townsend, S. E. et al., 2013. Designing Programs for Eliminating Canine Rabies from Islands: Bali, Indonesia as a Case Study. *PLoS Negl Trop Dis*, Volume 7, p. 2372.
- Wunner, W. H. & Briggs, D. J., 2010. Rabies in the 21st Century. *PLoS Negl Trop Dis*, Volume 4, p. 591.
- Zhang, G., Wang, H., Mahmood, F. & Fu, Z. F., 2013. Rabies virus glycoprotein is an important determinant for the induction of innate immune responses and the pathogenic mechanisms. *Vet Microbiol.*, Volume 162, pp. 601-613.

SAÚDE

**DIAGNÓSTICO DA PREVALÊNCIA DO BACILUS DE KOCK AOS
PACIENTES QUE ACORRERAM AOS DISPENSÁRIOS ANTI-
TUBERCULOSO DO HOAPITAIS SANATÓRIOS DO HUAMBO DE
JANEIRO A JUNHO DE 2014**Marcelino Chipa⁵⁹**RESUMO**

A província do Huambo situa-se a sul do Angola, no planalto, com uma população estimada em 2.301.524 habitantes. Tendo em conta as condições do saneamento do meio associado ao índice de pobreza, alcoolismo, analfabetismo, têm favorecido a contaminação de pessoas pela primeira vez. A investigação centra-se no diagnóstico de casos novos de bacilo de Kock, visa essencialmente caracterizar a tuberculose na província, aos pacientes que acorreram aos hospitais Sanatórios pela primeira vez de Janeiro a junho do ano de 2014. O Ministério da Saúde aponta a tuberculose como uma das patologias mais frequentes no país, com uma elevada taxa de incidência e uma das principais causas de morte. Durante a investigação consultou-se livros de registo dos laboratórios, e aplicou-se palestras aos pacientes. O tratamento estatístico de dados de análise percentual e amostra foi de 1.191 pacientes dos quais 413 positivos o que corresponde a vinte e nove por cento dos casos diagnosticados. O inquérito a 60 estudantes da E.F.T.S num universo de aproximadamente 200 alunos.

Palavras-chaves: Pacientes, Diagnóstico de casos novos de Bacilos de Kock.

INTRODUÇÃO

¹Licenciado em Ciências de Educação no Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo, Actualmente é docente da disciplina de Microbiologia e Parasitologia na Escola de Formação de Técnicos de Saúde do Huambo.

O bacilo de Kock hoje em Angola é uma das bactérias com taxas de mortalidade que cresce, como uma flecha e preocupa a Saúde Pública. Em 2011, a região africana registou-se 26 % dos casos notificados da tuberculose. Segundo o documento da OMS, calcula-se que a doença tenha vitimado mais de meio milhão de pessoas na Região e que apenas 62 % dos casos existentes foram diagnosticados durante esse ano. A epidemia em África deve-se, a factores socioeconómicos, saneamento básico e a pobreza são efeitos negativos da co-infecção desta doença. Um aspecto positivo a registar nos últimos cinco anos é que os países africanos têm utilizado novos métodos rápidos, que reduzem significativamente o atraso no diagnóstico e aumentam os casos de bacillus de kock.

A tendência crescente de casos de TB foi interrompida, com o tratamento instituído. A taxa de mortalidade e o número de pessoas que não completam as doses das drogas, a doença continua a diminuir. Apesar destas realizações, não há lugar para complacências, pelo que a importância do diagnóstico precoce é a forma mais eficaz de prevenir a propagação da doença. A tuberculose persiste como uma causa de morbilidade e mortalidade mundial. Apesar da forma pulmonar ser a apresentação mais frequente, o acometimento extrapulmonar ocorre entre 10-20 % dos casos e em até 60 % nos imunocomprometidos. A pleural ganglionar e urogenital são os mais comuns, além do sistema nervoso central.

O Bacilo de Kock, agente causador da tuberculose (TB) ainda é um grande problema de saúde pública. A taxa de incidência tem tendência de diminuir e a mortalidade é ainda muito alta, principalmente nos casos de coinfeção tuberculose/VIH (Vírus de Imunodeficiência Humana (*Piller, 2012*)). A investigação tem o objectivo de Caracterizar o Bacilos de KOCK, agente causador da Tuberculose aos pacientes que acorreram aos Dispensários Antituberculosos para o diagnóstico na província do Huambo. Sendo os Específicos:

- Realizar laboratorialmente o exame de escarro de Janeiro a Junho de 2014.
- Identificar as causas que estão na base de novos casos do Bacilo de Kock, nos hospitais Sanatório do Huambo, Bailundo, Londuimbali (Alto Hama)
- Identificar a prevalência de casos novos da Tuberculose nos Municípios do Bailundo, Huambo, Caála e Londuimbali (Alto-Hama).

Angola regista em média, 20 mil novos casos da doença por ano. Esse elevado número, preocupa as autoridades sanitárias, têm diagnóstico, tratamento e controlo da pandemia. Apresenta também uma taxa elevada de abandono do tratamento da tuberculose

pulmonar, por parte dos pacientes, assim como os que não cumprem com a medicação recomendada facto que prejudica as acções do Ministério da Saúde (MINSA) quanto ao seu controlo. Apesar dessa realidade, o MINSA tem desenvolvido estratégias, como a aprovação de um novo Plano Estratégico Nacional, com vista a combater mais eficazmente a tuberculose pulmonar. A OMS estima que até 2017 o índice de casos de tuberculose poderá aumentar nas Províncias de Luanda, Benguela, Namibe e Huíla que são as províncias mais atingidas, e afecta maioritariamente pessoas entre os 15 e os 44 anos.

As autoridades sanitárias estimavam a notificação de 50 mil novos casos e a estimativa ultrapassou os 60 mil. "Destes 2,3 % acabou por morrer", destacam-se os de tuberculose extra pulmonar e os retardamentos (reincidências). O abandono de tratamento é outra situação preocupante, no total de casos de 2013 há a registar o retardamento de 7.553 doentes. Além da estratégia traçada pelo MINSA o projeto "Stop TB" da OMS, tem como meta a erradicação global desta doença até 2015. A maioria dos afectados, têm idades entre os 15 e 44 anos, 26.148 do feminino sendo a maioria do sexo masculino com 34.659.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo transversal sobre os novos casos de diagnóstico do Bacilo de Kock, agente causador da tuberculose na Província, nos Municípios de Bailundo, Londuimbali (Alto Hama) e Caála; com objetivo de carateriza-lo e conhecer as causas de novos casos nos Dispensários antituberculoso. Durante a pesquisa fez-se o levantamento de Janeiro a Junho de 2014. O questionário foi aplicado aos estudantes da Escola de Formação de Técnicos de Saúde da 11ª e 12ª Classes, e inquiriu-se doentes internados e ambulatorios, bem como palestras sobre a temática.

População: Pacientes internados no 1º semestre de 2014 nos Hospitais do Alto Hama, Bailundo Caála e pacientes ambulantes que realizaram o exame de escarro pela primeira vez durante os 6 meses. Alunos da 11ª e 12ª Classe da Escola de Formação Técnicos de Saúde do curso de Análises Clínicas e Enfermagem Geral.

Amostra: Nos Hospitais já referenciados trabalhou-se com 1.191 pacientes, 77 internados dos quais 1.114 ambulatorios de ambos os sexos, com idades compreendidas entre 12 e 60 anos.

Desenvolvimento

A tuberculose é uma das doenças infecciosas documentadas desde mais longa data e que continua a prejudicar a Humanidade nos dias de hoje. É causada pelo *Mycobacterium tuberculosis*, também conhecido como bacilo de Koch, a partir de outras bactérias do gênero *Mycobacterium*. É considerada como doença socialmente determinada, pois a sua ocorrência está associada à forma da organização, assim como à implementação de políticas de controlo.

Exposição

Os principais factores que determinam o risco de exposição do bacilo de Koch, incluem outras infecções na comunidade, a duração da sua infecciosidade depende da natureza e interações entre um caso e um contacto susceptível, pelo tempo de contaminação. A fonte de infecção, de pessoas que poderão ser expostas ao agente, pode variar consideravelmente. Não é fácil definir "exposição" porque, todos os seres humanos estão expostos ao mesmo espaço aéreo. Portanto, é necessária uma definição mais pragmática. Nesta monografia a definição subjacente significa o contacto entre dois indivíduos com uma proximidade tal que permita uma conversa entre eles, ou em espaços confinados que a renovação do ar (ventilação) seja incompleta entre a permanência das duas pessoas (Silqueira, 2009).

O mesmo autor afirma que, nas áreas rurais, o número de pessoas que são expostas a um único caso pode ser menor do que nas áreas urbanas. De igual modo, quando um caso ocorre numa família podem ficar expostas pessoas, dependendo da dimensão do agregado. A probabilidade de exposição aos casos contagiosos é maior entre as pessoas com quem eles tendem a socializar-se, como, por exemplo, as de idade e grupo social semelhantes. As condições climáticas podem afectar substancialmente o comportamento, na medida em que influenciam a quantidade de tempo passado em espaços abertos.

Número de casos incidentes

Sem a presença de contagiosos, não há uma exposição relevante, seu nível é um pré-requisito na determinação da exposição. O risco a que as pessoas susceptíveis estão sujeitas é condicionado por vários factores e pode variar substancialmente. Se as fontes de infecção for constante numa comunidade, podem ser identificados os seguintes modificadores do risco de exposição:

Duração da infecciosidade

A duração da infecção de um novo caso contagioso é de crucial importância para o risco da população geral. A exposição aumenta se o período de infecção for prolongado, em comparação com um período curto. A altura em que a infecção estiver em curso o período de contágio é, reduzido. Como a proporção de contactos com os infectados, o diagnóstico de baciloscopia positiva em exame directo é de 30 a 40 %, há uma grande proporção que permanece susceptível ao novo contágio, se não for detectado e submetido a uma quimioterapia adequada.

Densidade populacional

Esta, varia entre e dentro dos países. A natureza do local onde vivem as pessoas e a partilha de habitação têm um impacto importante no risco de exposição se houver alguém com tuberculose a viver nesse local. As áreas urbanas têm uma densidade populacional muito maior que as zonas rurais. O contacto de um doente tuberculoso num meio rural será maior por unidade de tempo do que de no meio urbano (com habitação e agregado familiar). Assim, a possibilidade de uma pessoa susceptível ser exposta a um doente infeccioso com tuberculose aumenta com a densidade populacional, mesmo que a incidência seja a mesma.

Diferenças nas condições climatéricas

Nos climas quentes, as actividades sociais ao ar livre são muito mais comuns do que nas zonas polares, como dos Países do Norte da Europa, que têm invernos frios e longos. Os bacilos de kock expelidos ao ar livre dispersam-se rapidamente, e expostos à luz solar, morrem depressa devido aos raios ultravioleta. Pelo contrário, as bactérias expelidas por um paciente dentro de casa, num espaço confinado e não ventilado podem permanecer viáveis, e, com potencial para causar infecção por um período de tempo mais prolongado. A pessoa que frequentar esta habitação pode continuar sob o efeito da exposição por determinado período de tempo mesmo após o abandono do quarto pelo doente contaminado que pode expelir gotículas de saliva com bacilos. A aglomeração de pessoas nos climas frios aumenta a possibilidade de exposição no grupo, ao passo que as actividades interiores de uma residência poderão ser reduzidas em climas temperados ou tropicais, e o arejamento de casa é melhor se as janelas se mantem abertas por períodos mais longos do que em climas mais frios.

Faxas etárias das pessoas. Fontes de infecção.

A exposição mais intensa pode ocorrer entre pessoas que partilham a mesma habitação ou que passam longos períodos de tempo no mesmo quarto com um caso infeccioso (por exemplo, os que vivem numa instituição fechada). Os padrões de participação social são fundamentais para a dinâmica de transmissão da tuberculose. Sabe-se que as pessoas têm tendência de socializar-se com outras da mesma idade: é pouco provável ver um septuagenário misturar-se com adolescentes e ir para uma discoteca. Não há razão para pensar que doentes com tuberculose se comportarão de maneira diferente da população não afectada. Com efeito, há evidência de que o risco de infecção varia com a idade; se bem que não suficientemente conclusiva para se aceitar a hipótese de uma transmissão intrageracional preferencial.

O grau de interacções sociais segundo o género, difere de sociedade para sociedade. Em alguns Países, os homens e mulheres tomam parte, por igual, em actividades públicas, enquanto que noutros, as mulheres levam uma vida muito recatada. A oportunidade de exposição, tanto no interior como no exterior da habitação pode diferir entre homens e mulheres.

Infecção

Actualmente nos países desenvolvidos, a tuberculose só se transmite com a inalação do ar contaminado por *Mycobacterium tuberculosis* num ambiente fechado. Para que isso ocorra terá de expelir as bactérias com a tosse e estas poderão permanecer na temperatura ambiente por muito tempo. O feto pode adquirir tuberculose através da mãe, antes ou durante o nascimento, por respirar ou engolir líquido amniótico infectado, e o lactente depois de nascer, ao respirar o ar que contenha gotículas infectadas. Nos países em vias de desenvolvimento, as crianças podem contaminar-se com outra micobactéria que cause tuberculose. Este organismo, chamado *Mycobacterium bovis*, pode ser transmitido através do leite não pasteurizado (*Merk, 2006*).

O sistema imunitário da pessoa com tuberculose, destrói habitualmente as bactérias, cerca de 90 % a 95 % de pacientes saram sem que a mesma note. Todavia, por vezes estas, não são destruídas, permanecendo inactivas dentro de determinados glóbulos brancos (chamados macrófagos) por muitos anos. Aproximadamente 80 % das infecções tuberculosas são causadas pela activação destas. Os bacilos que vivem nas cicatrizes (localizadas geralmente na parte superior de um ou de ambos os pulmões) podem começar a multiplicar-se.

A activação de bactérias inactivas pode ter lugar quando o sistema imunitário do indivíduo não funciona bem (em virtude da SIDA "Síndrome de Imunodeficiência Adquirida", do uso de corticosteróides ou da idade avançada), caso em que a afecção pode pôr a sua vida em perigo. Geralmente uma pessoa infectada com tuberculose tem 5 % de probabilidades de desenvolver uma infecção activa num período de um a dois anos. Sua eclosão varia de pessoa para pessoa, dependendo de diversos factores, como a origem étnica. Contudo, o índice de progressão depende, da força do sistema imunológico do indivíduo. Por exemplo, a progressão de uma infecção activa é muito mais provável e rápida nos doentes com SIDA.

Um doente com HIV que aparece infectado com bacilo de kocke tem 50 % de probabilidades de desenvolver uma doença activa antes de dois meses. Se as bactérias que causam a infecção tuberculosa se tornam resistentes aos antibióticos, uma pessoa com infecção mista (HIV e bacilo de kocke) tem 50 % de probabilidades de morrer num tempo de dois meses. A tuberculose activa começa habitualmente nos pulmões. O bacilo que afecta outras partes do organismo (extrapulmonar) costuma provir de uma infecção tuberculosa pulmonar que se disseminou através do sangue. Como no caso dos pulmões, a infecção pode não causar doença, dado que as bactérias podem permanecer inactivas acantonadas numa pequena cicatriz (*Merk, 2006*).

CLASSIFICAÇÃO DA TUBERCULOSE

De acordo a sua manifestação clínica pode ser classificada em: Tuberculose primária e pós-primária. A primeira pode ser: ganglionares, pulmonares e miliar que comprometem não apenas os pulmões, mas muitos órgãos como rins, cérebro, meninges, glândula supra-renal e ossos, resultantes da disseminação linfohematogénica do bacilo. Por contigüidade, ocorrem as formas pleural (pulmão), pericárdica (gânglios mediastinais) e peritoneal (gânglios mesentéricos).

Enquanto a pós-primária, pode-se desenvolver em qualquer fase da vida. Isto acontece quando o sistema imunológico não mantém os bacilos "sob controle" e eles se multiplicam rapidamente (reativação endógena). Pode acontecer também, reativação exógena, na qual ocorre uma nova exposição a bacilos mais virulentos e que resistem à forte resposta imunológica desencadeada pelo hospedeiro (reativação exógena). Os doentes bacilíferos, cuja baciloscopia de escarro é positiva são a principal fonte de infecção. Todas as medidas devem ser realizadas no sentido de encontrar precocemente o paciente e oferecer o tratamento adequado, interrompendo sua cadeia de transmissão.

A má alimentação, falta de higiene, tabagismo, alcoolismo ou qualquer outro tipo de droga influenciam na baixa resistência orgânica e favorece o estabelecimento da doença (*Secretaria de Saúde do Brasil*).

SINTOMAS

Uma pessoa infectada com o bacilo de kock pode simplesmente não se sentir bem ou ter uma tosse atribuída ao tabaco ou a um episódio recente de gripe. Pode produzir uma pequena quantidade de expectoração verde ou amarela pela manhã. A quantidade de escarro aumenta habitualmente à medida que a doença progride, a expectoração pode surgir raiada de sangue, embora não frequente e em grandes quantidades. Um dos sintomas mais frequentes consiste em acordar durante a noite empapado num suor frio que obriga a pessoa a mudar de roupa ou mesmo a trocar de lençóis. Este suor é devido à descida da febre que o doente não se apercebe. A dificuldade em respirar pode indicar a presença de ar (pneumotórax) ou líquido (derrame pleural). Cerca de um terço das infecções que se declaram fazem-no sob a forma de derrame pleural. Aproximadamente 95 % dos casos que afectam os adultos e jovens são causados por uma infecção recente do *Mycobacterium tuberculosis*.

Somente os médicos experientes podem estabelecer o diagnóstico, caso contrário, cerca de metade das infecções acabariam por se converter numa tuberculose do pulmão ou de outro órgão. Numa primoinfecção tuberculosa as bactérias transferem-se da lesão do pulmão para os gânglios linfáticos que drenam esse órgão. Se as defesas naturais do organismo puderem controlar a infecção as bactérias são inactivadas. Nas crianças, os gânglios linfáticos podem aumentar de volume e comprimir os brônquios, causando tosse metálica e possivelmente, um colapso pulmonar. As bactérias disseminam-se pelos canais linfáticos até formar um grupo compacto (massa) no pescoço. Os gânglios linfáticos podem romper a pele e deixar sair o pús através dessa abertura (*Merk, 2006*).

O bacilo pode afectar outros órgãos além dos pulmões (doença extrapulmonar), os rins e os ossos são os locais onde frequentemente se desenvolve. Os rins podem desenvolver poucos sintomas, mas a infecção é capaz de destruir parte desses órgãos. A partir daí, a tuberculose pode propagar-se para a bexiga mas diferente de outras infecções vesicais, pode não provocar muitos sintomas. Nos homens a infecção também pode se propagar a próstata, às vesículas seminais e ao epidídimo, formando uma tumefacção no escroto.

Nas mulheres, a tuberculose pode cicatrizar os ovários e trompas de Falópio, provocando esterilidade. A partir dos ovários, o bacilo pode propagar-se ao peritoneu (membrana que reveste a cavidade abdominal).

Os sintomas desta doença (peritonite tuberculosa), podem variar desde a fadiga, palpação até uma dor intensa parecida com a da apendicite. A infecção pode propagar-se até uma articulação que pode inflamar e doer, causando artrite tuberculosa. As mais frequentes são as que suportam mais peso (as ancas e os joelhos), os ossos do pulso, mão e cotovelo também podem ser lesadas. Pode infectar a pele, os intestinos e as glândulas supra-renais. Registaram-se casos em que o bacilo se localizou na parede da aorta (a principal artéria do corpo), causando a sua ruptura. Quando se propaga ao pericárdio (o saco membranoso que rodeia o coração), este dilata-se em virtude da presença de líquido, uma doença conhecida como pericardite tuberculosa. Este líquido pode afectar o bombear de sangue por parte do coração.

Os sintomas são febre, dilatação das veias do pescoço e dificuldade em respirar. Um bacilo de kock localizado na base do cérebro (meningite tuberculosa) é extremamente perigosa. Em alguns países desenvolvidos, esta é, a mais frequente entre as pessoas de idade avançada. Nos países em vias de desenvolvimento, é entre as crianças, desde o nascimento até aos 5 anos de idade. Os sintomas comuns são febre, dor de cabeça constante, náuseas e sonolência que pode acabar em coma. A nuca normalmente é rígida e o queixo não consegue tocar no peito. Quanto mais se atrasar o tratamento, mais probabilidades há de que ocorram danos cerebrais irreparáveis. Por vezes, enquanto a pessoa afectada com a tuberculose nas meningens melhora, pode se formar no cérebro uma massa semelhante a um tumor chamado tuberculoma. Este pode provocar sintomas como fraqueza muscular, semelhante à causada por um acidente vascular cerebral, e é possível que tenha de ser extirpado cirurgicamente (*Merk, 2006*).

TUBERCULOSE EXTRAPULMONAR

Clínicamente dependerá do local comprometido. No entanto, é de apresentação subaguda à crônica, podendo causar diversos sinais e sintomas, sem que sejam específicos de tuberculose. Esta doença deve ser sempre incluída no diagnóstico diferencial de qualquer quadro clínico, especialmente em países de alta prevalência (*Bethlem, 2012*).

Tuberculose Pleural

É a mais frequente manifestação extrapulmonar. Sua patogenia engloba a ruptura de um pequeno foco caseoso subpleural, não detectável ao exame radiológico, e/ou a abordagem dos folhetos pleurais por disseminação hematogênica, ocasionando uma reação de linfócitos T, com liberação de diferentes linfocinas, facilitando o acúmulo de líquido na pleura e a formação de granulomas. Raramente uma ruptura de cavitação pulmonar gera empiema ou piopneumotórax tuberculoso. Apesar desta ser uma enfermidade subaguda crônica, com sintomatologia sistêmica de astenia, emagrecimento, sudorese noturna e febre baixa, geralmente vespertina, o derrame pleural tuberculoso (DPT) pode se apresentar com sintomatologia aguda de febre, dor torácica, tosse seca e diferentes graus de dispneia, sempre na dependência do volume do derrame pleural e do tempo de instalação é diretamente proporcional ao volume e inversamente ao tempo de instalação. O exame clínico pode revelar a clássica síndrome de derrame; o abalamento torácico à ectoscopia é improvável, pois os DPT não costumam ter grande volume. O teste tuberculínico (TT) contribui para a suspeita clínica, pode ser negativo até um terço dos pacientes, especialmente naqueles com imunodepressão acentuada pela coinfeção tuberculose/ geralmente unilateral, de pequena a moderada intensidade e que raramente ocupa mais de dois terços da pleura. Lesão parenquimatosa concomitante visível pode estar presente em 20-50 % os pacientes (*Bethlem, 2012*).

Outra característica marcante na análise citológica, diz respeito à pobreza de células mesoteliais. A positividade da baciloscopia ocorre em apenas 5 % dos casos, embora, na cultura, ela seja bem maior, próxima a 40 %. Um método auxiliar importante no diagnóstico é a dosagem de atividade da ADA, que tem sensibilidade e especificidade acima de 90 % dessa forma, se for igual ou superior a 40U/L, o diagnóstico é fortemente sugestivo. Já a PCR para *M. tuberculosis* tem sensibilidade variada e especificidade de até 100 %, o achado de lesão granulomatosa, na biópsia de fragmento pleural, praticamente estabelece o diagnóstico, apresentando, um rendimento em torno de 85 % dos casos. Embora o derrame pleural tuberculoso seja, per se, uma situação de pouca morbidade e de mortalidade desprezível, deve ser diagnosticado e tratado adequadamente. Com isso, previnem-se danos ao paciente, como espessamento pleural residual e, o que é mais grave, daí o surgimento da tuberculose pulmonar e extrapulmonar, a chamada tuberculose pós-pleurítica (*Lopes et al. 2006, p. 254*).

Tuberculose Ganglionar

Esta enfermidade pode ser dividida em periférica, mediastinal e intra-abdominal. É a segunda manifestação extrapulmonar mais frequente em nosso meio, apesar de ser considerada como a mais importante em outros locais. Em países com alta prevalência é quase sempre ocasionada pelo *Mycobacterium*, e em locais de menor prevalência, outras micobactérias podem estar envolvidas. Na evolução do processo, os gânglios podem amolecer em decorrência de necrose central e drenarem para o meio externo, formando a escrófula. O acometimento pulmonar concomitante é mais frequente nos pacientes HIV positivos. A faixa etária de maior frequência é de 20-40 anos. Geralmente está presente, com exceção nos pacientes com impedimento local ou sistêmico. A tuberculose ganglionar mediastinal geralmente é a exteriorização da primária, ocorrendo predominantemente na infância nos locais com alta prevalência da enfermidade.

Reflectem a disseminação linfática do complexo primário de Ranke. Sintomas gerais, como febre, perda ponderal, fadiga e sudorese noturna, podem ser encontrados, associados ou não a tosse e disfagia. Nos pacientes coinfectados com o HIV, a evidência de tuberculose pulmonar concomitante é mais frequente. Na ganglionar intra-abdominal, geralmente os gânglios periportais, peripancreáticos e mesentéricos, podem ocasionar icterícia, hipertensão portal e até hipertensão renovascular por compressão das artérias renais. O desaparecimento do bacilo bovi reduziu em muito a tuberculose ganglionar mesentérica (*Bethlem, 2012*).

Tuberculose Genitária

A disseminação linfo-hematogênica da primo-infecção tuberculosa pode acometer o trato geniturinário. Entretanto a geniturinária é raramente encontrada em crianças e costuma desenvolver-se após 5-20 anos, por provável reactivação endógena. Inicia-se na cortical renal, podendo gerar destruição parenquimatosa com cavitação e disseminação pelo sistema condutor (ureter, bexiga e uretra), podendo contaminar o aparelho genital, especialmente no homem. O quadro clínico é de doença crônica, tendo a disúria e a hematúria macroscópica sem dor como sintomas frequentes. A cólica renal pode surgir em 10 % dos casos. A hematúria microscópica com piúria asséptica em urina com pH ácido é descrito como uma apresentação sugestiva.

A urografia excretora pode evidenciar cavitações, distorções do sistema pielocalicial, retração parenquimatosa, calcificações renais, hidronefrose e exclusão funcional renal. O

ureter pode apresentar rigidez e diferentes graus de estenose. A bexiga pode ser hipotônica, apresentar pinçamentos, retrações e diminuições volumétricas. A associação de alterações do trato renal com as vias urinárias inferiores é altamente sugestivo do diagnóstico.

A TC evidencia essas alterações de maneira mais nítida (Fig 4 – ver anexo). A reatividade ao TT é frequentemente positiva. A tuberculose genital masculina também ocorre, preferencialmente, em adultos jovens. Testículo e epidídimo com manifestações flogísticas e linfonodos regionais satélites são as apresentações mais encontradas. Geralmente é unilateral.

O envolvimento prostático é semelhante ao prostatismo crônico. A tuberculose genital feminina geralmente é diagnosticada na investigação de esterilidade. Raramente ocorre manifestação clínica e essa, quando presente, é semelhante às anexites e metroanexites. Trompas (inclusive com estenose tubária) e endométrio são os locais mais acometidos, não sendo frequente o envolvimento do miométrio, ovários e colo uterino. A negatividade ao TT na paciente sem imunodepressão torna o diagnóstico pouco provável (*Bethlem, 2012*).

Tuberculose do sistema Nervoso Central

O acometimento do SNC (Sistema Nervoso Central) pelo bacilo de kock é uma importante manifestação extrapulmonar. A Sua incidência é proporcional à prevalência da enfermidade em geral, sendo nos países com maior prevalência nos jovens, especialmente crianças. Estima-se uma incidência em torno de 10 % de todos os pacientes com tuberculose. No Brasil, devido à vacinação com BCG de praticamente todas as crianças ao nascer, a incidência de meningoencefalite é baixa, representando aproximadamente 1 % das formas extrapulmonares.

Pode acometer qualquer faixa etária, especialmente nos pacientes HIV positivos, mas o faz, preferencialmente, em crianças menores de 6 anos de idade. Sua patogenia é decorrente da disseminação hematogênica de processo primário pulmonar, gerando pequenos focos granulomatosos na superfície do encéfalo (nódulos de Rich), mais comumente nas meninges e, raramente, na medula espinhal. Após um período de latência variável, esses focos rompem no espaço meníngeo e provocam infecção generalizada .

A patogenia de lesões intracerebrais respeita o mesmo mecanismo. A menor imunidade facilita a eclosão da enfermidade. A inflamação da leptomeninge por exsudato intenso,

com edema cerebral, predominante na base do cérebro, pode levar a hipertensão cerebral e hidrocefalia. Pode haver envolvimento do III, VI e VII pares de nervos cranianos, além de quiasma óptico. A meningoencefalite tuberculosa evolui insidiosamente por várias semanas, dificultando a precisão de seu início. Apresentações agudas são raras. Inicialmente, o paciente apresenta sinais inespecíficos, como cefaleia, irritabilidade, alterações do humor, indiferença progressiva, inapetência e apatia, podendo variar de um estado a outro. Pode ainda ocorrer febre baixa, geralmente vespertina, e emagrecimento. A rigidez de nuca é relatada em aproximadamente 25 % dos pacientes, e o meningismo ocorre em frequência maior. Em crianças pequenas, o abaulamento da fontanela pode ser observado e é geralmente associado à irritabilidade. Com a evolução do quadro, pode surgir sintomatologia neurológica mais importante, como crises convulsivas, rigidez de nuca, sinal de Kernig, de Brudzinski, sinais focais e acometimento de pares cranianos, principalmente os III, VI e VII. Mantida a evolução, instala-se o coma. A apresentação clínica é dividida em três estágios: I- com síndrome meníngea com nível de consciência normal e sem sinais focais ou hidrocefalia; II- com meníngea com alteração de conduta e sinais focais neurológicos (paresia de pares cranianos ou hemiparesia); e III- com convulsões, estupor ou coma com déficit neurológico manifesto. A tuberculose do SNC era tradicionalmente classificada como meningite a liquor claro, podendo esse ser xantomatoso, quando muito proteico, e raramente é purulento (*Bethlem, 2012*).

Diagnóstico na TB extrapulmonar

Pode haver maior dificuldade no diagnóstico das formas extrapulmonares da tuberculose, que costumam permitir a confirmação bacteriológica do diagnóstico em somente cerca de um quarto dos casos. As razões dessa dificuldade são muitas, e incluem o difícil acesso à maioria das lesões e o fato de habitualmente serem paucibacilares, situação na qual a baciloscopia costuma ser negativa. Os histopatológicos de reação granulomatosa, não afastam a possibilidade de outras doenças.

No SIDA, muitas das formas extrapulmonares da tuberculose ocorrem em associação, o que aumenta os sítios orgânicos acessíveis à biópsias ou exames bacteriológicos. O estudo da imagem traz informações importantes para o estabelecimento do diagnóstico da tuberculose extrapulmonar, embora em nenhuma de suas localizações haja padrões radiológicos específicos. Apenas em poucas formas há concomitância com tuberculose pulmonar raramente se consegue observar evidência da passagem do bacilo pelo pulmão. A radiografia de tórax é obrigatória, visto que a evidência de lesões de primoinfecção

constitui um bom indicativo para o diagnóstico. Muitas vezes, o estudo da tuberculose extrapulmonar é feito por exclusão de outras enfermidades e com auxílio da prova implica alto risco de erro, em razão da prevalência da infecção por bacilo de kock é alta em nosso meio. Novas modalidades diagnósticas têm sido utilizadas na tuberculose. Dentre elas, destacam-se a dosagem da adenosina deaminase (ADA) e a reacção em cadeia da polimerase (PCR), que podem ser úteis em certas formas extrapulmonares da doença (Lopez et al., 2006, p.6).

Factores de risco

A partir de 1981, o surgimento e a disseminação da SIDA mudaram o perfil epidemiológico da tuberculose, resultando no aumento da morbidade e da mortalidade em todo o mundo. O bacilo de Kock e o vírus de HIV têm uma interação sinérgica, na qual um acentua a progressão do outro. A infecção pelo vírus é o de maior risco conhecido para o desenvolvimento do bacilo a partir de um foco de infecção primária, assim como a partir da reativação da tuberculose latente. A infecção por vírus também aumenta o risco subsequente episódios por reinfeção exógena. O risco anual estimado de reactivação entre aqueles com coinfeção tuberculose/ vírus é de 5-8 % acumulando ao longo da vida 30 % quando comparados com adultos HIV negativos, que é de 5-10 % (Piller, 2012, p. 6).

CO/INFECÇÃO TUBERCULOSE HIV

A infecção VIH pode alterar a epidemiologia da tuberculose de três maneiras diferentes: (i) Reactivação endógena de uma infecção prévia pelo *Micobacterium*; (ii) Transmissão do bacilo kock à população em geral por doentes tuberculosos que adquiriram a doença devido à infecção VIH (Rieder, 1999); (iii) A possibilidade de que os assintomáticos evoluam para doentes diminui progressivamente com o tempo após o contato inicial com o bacilo (Cheade et al., 2009).

O aumento da doença em portadores de HIV/SIDA impõe sobrecarga aos serviços de saúde, expondo as deficiências que existem nos programas de controle da bactéria, e apresenta desafios aos profissionais na definição do diagnóstico, avaliação e tratamento, devido suas modificações nesses pacientes, desde sua sintomatologia e evolução clínica até a resposta ao tratamento preconizado (Chead et al., 2009).

Está indicada nos seguintes casos de radiografia de tórax normal com: a) PPD maior ou igual a 5 mm; b) não reactor ou entre 0 e 4 mm, com registro documental e não submetido

a quimioprofilaxia na ocasião; c) contactante intradomiciliar ou institucional de tuberculose bacilífera. Diante de cicatriz radiológica sem tratamento anterior, deve-se afastar a possibilidade de tuberculose independente do resultado do PPD, antes de se iniciar a quimioprofilaxia.

A quimioterapia com isoniazida reduz o risco de adoecimento a partir de reactivação endógena do bacilo, mas não protege contra exposições exógenas após sua suspensão, sendo necessária nova dose se esta tiver sido suspensa. Em paciente com imunodeficiência moderada ou grave, com PPD > 10mm, deve ser excluída a possibilidade de tuberculose (pulmonar ou extrapulmonar) antes de se iniciar a quimioprofilaxia. Pacientes portadores de HIV/SIDA não devem receber vacinação com BCG, devido ao risco de complicações infecciosas (*Filho, Maeda e Ferraz, 20106*).

GRUPOS DE RISCO

Nos países desenvolvidos, as pessoas idosas, as minorias étnicas e a população de imigrantes são os mais atingidos. Determinantes sociais de grandes centros urbanos, como pobreza, baixa escolaridade, situações de confinamento, pessoas vivendo em situação de rua, abuso de drogas e indivíduos marginalizados, com difícil acesso aos serviços de saúde, formam um grande grupo de indivíduos vulneráveis entre os quais a tuberculose circula, contribuindo para perpetuar a doença e a miséria (*Piller, 2012, p. 6*).

Populações deslocadas

A globalização teve um impacto considerável sobre os padrões de migração. A chegada de grandes grupos de refugiados pode influenciar o controle da tuberculose nos países receptores, aumentando significativamente a carga da doença e de trabalho; más condições de vida e superlotação em assentamentos aumentam o risco de infecção. As comunidades migrantes e refugiados têm necessidades especiais de saúde e obstáculos de experiência para aceder a cuidados de saúde, tais como a língua, a estigmatização, a consciência cultural pobres, o sofrimento psicológico, a interrupção das famílias e das redes sociais, e as dificuldades económicas (*Munoz e Pedro, 2014*).

Os Migrantes e refugiados

Os requerentes de asilo são pessoas que vivem na comunidade, ao aguardar o resultado dos pedidos de vistos de entrada para um determinado País, muitas vezes não têm permissão para funcionar e poder receber pagamentos de subsistência pequenos ou tokens de alimentos. Muitos podem requerer cuidados especializados e assistência psico-social devido às experiências traumáticas ou perseguições sofridas em seus países. Elas são muitas vezes separados de suas famílias e redes sociais e alguns podem voltar-se para o álcool, drogas, crime ou prostituição.

A incidência de doenças infecciosas como a tuberculose entre os requerentes de asilo varia e reflete o país de origem. Suas necessidades de saúde coincidem com os de outros grupos excluídos, como as minorias étnicas ou imigrantes recém-chegados. Estes, experimentam uma carga maior de problemas de saúde e são incapazes de pagar os cuidados privados.

Embora todos devem ter direito aos mesmos serviços de saúde, na prática, muitos encontram barreiras como a falta de sensibilidade cultural, as competências linguísticas, consciência de direitos e serviços prestados. Eles podem ter medo de discriminação ou acreditar que sua doença pode pôr em risco os pedidos de visto.

Enquanto prevalecer diferenças econômicas marcantes entre os países industrializados, a migração continuará a ser um acontecimento inevitável. Os migrantes econômicos tendem a ser trabalhadores qualificados ou semi-qualificados que emigram com uma perspectiva de longo prazo. Muitos defendem a triagem de imigrantes de acordo com o País de origem e maior vigilância para as populações recém-chegados. Garantia de acesso adequado aos cuidados de saúde facilitará a identificação precoce e tratamento da TB (Piller, 2012, p. 6).

Movimento transfronteiriço

As populações transfronteiriças são minorias de baixa renda que vivem perto de uma fronteira e trabalham no País vizinho, e envolve movimento contínuo entre os povos. São migrantes temporários qualificados que prestam serviços no exterior, sem intenção ou direito de liquidar ou procurar emprego permanente no país de acolhimento. Estes, incluem legais e ilegais transfronteiriças; trabalhadores manuais; migrantes internos; profissionais do sexo; motoristas de caminhões, de culturas ou comerciantes (Munoz e Pedro, 2014).

Itinerantes

Comunidades móveis, viajantes e populações ciganas tendem a se agrupar em áreas periurbanas ou em bolsas de pobreza de grandes cidades, onde seus vizinhos vivem na pobreza similar e compartilham as mesmas doenças de privação. Estas comunidades constituem minorias étnicas /culturais marginalizados, que muitas vezes vivem em condições precárias, com aumento do risco de infecção por TB, alta comorbidade e os resultados do tratamento pobres. A falta de educação, a superlotação, as condições de vida inadequados, desnutrição, exclusão social, estigmatização, de acesso a cuidados de saúde, as taxas de imunização de baixa e pobre adesão ao tratamento, são factores que têm contribuído para alta morbidade da TB. Há abordagens inovadoras que garantem a identificação precoce dos casos, para reduzir a transmissão e melhorar os resultados do tratamento são necessários (*Piller, 2012, p*).

Os sem abrigo

Populações desabrigadas existem em cidades ricas, devido à insuficiente habitação acessível, doenças físicas ou mentais, abuso de drogas ou de educação pobre. Estão em maior risco de contaminação com bacilo de Kock, têm taxas de inadimplência elevados e piores resultados do tratamento (mortalidade). Em muitos Países industrializados, a taxa da população que contrai o bacilo de Kock, pode ser até 20 vezes maior do que a população em geral.

A maior parte dos casos de tuberculose destas populações são atribuíveis a transmissão é em abrigos. As taxas de hospitalização são mais altas e por períodos mais longos, resultando em despesas de saúde superior. A identificação e rastreamento é um desafio, especialmente para os indivíduos que vivem nas ruas no momento do diagnóstico.

Estratégias para diminuir a incidência de TB em populações de rua incluem o aumento da detecção de casos, o rastreio obrigatório em abrigos, usando incentivos para melhorar o cumprimento da tuberculina, leitura do teste cutâneo ou profilaxia de adesão. Proporcionar habitação e serviços sociais podem reduzir a utilização hospitalar. Um sistema de referência competente é essencial para coordenar os esforços e garantir o sucesso do tratamento. (*Munoz e Pedro, 2014*).

Usuários de drogas injectáveis (UDIs)

Em 2003, havia 13,2 milhões de consumidores de droga em todo o mundo, 78 % em desenvolvimento e economias em transição, principalmente na Ásia e na Europa Oriental. As taxas de tuberculose em UDIs aumentam significativamente com a idade, anos de uso, a infecção pelo HIV, profilaxia incompleta INH e PPD positivo (derivado protéico purificado) teste cutâneo. Incentivos e aconselhamento de pares têm mostrado para aumentar a adesão aos serviços de referência. O Tratamento de infecção latente, após exclusão de doença é eficaz, mesmo em indivíduos que vivem com o vírus. UDIs necessitam de serviços abrangentes de cuidados e deveria ser gerido por equipes de saúde experientes (*Munoz e Pedro, 2014*).

As populações economicamente pobres e vulneráveis, minorias migrantes, ciganos e viajantes, moradores de rua e usuários de substâncias têm maior risco de infecção por tuberculose, e tendem a ter piores resultados do tratamento. Experimentam barreiras de acesso aos cuidados de saúde de rotina. Os profissionais devem reconhecer o risco aumentado de tuberculose pulmonar nessas populações e dar especial atenção à vigilância e serviços preventivos. O monitoramento eficaz em pequenos grupos poderiam fornecer uma compreensão básica dos riscos e informar sobre o controle do bacilo de Kock direccionados.

Uma avaliação rápida da situação do bacilo em grupos menores dará informações suficientes para planejar serviços e, se realizada com o envolvimento da comunidade, pode ajudar a superar alguma resistência e desconfiança frequentemente encontrada nestes grupos. Os serviços de saúde devem empenhar-se e produzir materiais de educação e comunicação adequada às necessidades dos diferentes grupos, informações sobre o acesso aos direitos dos doentes, custos e educação sobre a tuberculose e outras doenças infecciosas (*Secretaria da saúde Brasil, 2012*).

Diagnóstico

Uma avaliação completa para a tuberculose inclui um histórico médico, exame físico, a baciloscopia de escarro, uma radiografia do tórax e culturas microbiológicas. A prova é conhecida como teste tuberculínico ou de Mantoux) está indicada para o diagnóstico da infecção latente, auxilia no prognóstico da doença em situações especiais, como no caso de crianças com suspeita. Toda pessoa com tosse por três semanas ou mais é chamada sintomática respiratória (SR) e pode estar com tuberculose (*Munoz e Pedro, 2014*).

Diagnóstico Clínico

O histórico médico inclui a obtenção de sintomas da tuberculose pulmonar: Tosse intensa e prolongada por três ou mais semanas; dor no peito; hemoptise; sintomas sistêmicos incluem febre; calafrios; suores noturnos; perda de apetite e peso; cansaço fácil. Outras partes do histórico médico incluem exposição anterior à tuberculose, na forma de infecção ou doença; tratamento anterior de TB. Factores de risco demográficos para a TB; condições médicas que aumentem o risco de infecção por tuberculoses e por HIV. Deve-se suspeitar de tuberculose o paciente com um quadro sugestivo a sintomatologia de tosse seca, dificuldades respiratórias principalmente noturnas e que não responde aos antibióticos regulares.

Diagnóstico Laboratorial. Baciloscopia de escarro

É o principal método para o diagnóstico e controle de tratamento da tuberculose pulmonar, por permitir a descoberta das fontes de infecção, ou seja, os casos bacilíferos. É simples, rápido, de baixo custo, seguro e permite a confirmação da presença da tuberculose. Boa amostra de escarro é a proveniente da árvore brônquica, obtida do esforço da tosse (expectoração espontânea). Este exame deve ser solicitado aos pacientes que apresentem tosse por duas a três semanas (sintoma respiratório), suspeita clínica e/ou radiológica de TB pulmonar independentemente do tempo de tosse, e em sítios extrapulmonares (materiais biológicos diversos).

Orientação ao Paciente: A unidade de saúde deve ter pessoal capacitado para fornecer informações claras e simples ao paciente quanto à coleta do escarro, e procedendo da seguinte forma:

- Ao despertar pela manhã, lavar bem a boca, inspirar profundamente, prender a respiração por um instante e escarrar após forçar a tosse. Repetir essa operação até obter três eliminações de escarro, evitando que esse esorra pela parede externa do pote.
- Informar que o pote deve ser tampado e colocado em um saco plástico com a tampa para cima, cuidando para que permaneça nessa posição.
- Orientar o paciente a lavar as mãos antes de toda a operação.

Estudos microbiológicos

As análises de escarro e culturas microbiológicas devem ser feitas para detectar o bacilo, caso o paciente esteja produzindo secreção. Se não estiver produzindo-a, uma amostra coletada na laringe, broncoscopia ou aspiração por agulha fina podem ser consideradas. O bacilo pode ser cultivado, apesar de crescer lentamente e imediatamente após colheita da amostra corada (com a técnica de Ziehl-Neelsen) e observado ao microscópio óptico.

Radiografia do tórax

Uma radiografiapostero-anterior do tórax é a tradicionalmente feita; outras vistas (lateral ou lordótico) ou imagens de tomografia computadorizada podem ser necessárias. Em tuberculose pulmonar ou consolidações e/ou cavidades são freqüentemente vistas na parte superior dos pulmões com ou sem linfadenopatia (doença nos nódulos linfáticos) mediastinal ou hilar. No entanto, lesões podem aparecer em qualquer lugar nos pulmões.

Em pessoas com HIV e outras imuno-supressões, qualquer anormalidade suspeita a TB, ou o raio-x dos pulmões pode parecer normal. Em geral, a tuberculose anteriormente tratada aparece no raio-x como nódulos pulmonares na área hilar ou nos lóbulos superiores, apresentando ou não marcas fibróticas e perda de volume. A Bronquiectastia (dilatação dos brônquios com a presença de catarro) e marcas pleurais podem estar presentes. Nódulos e cicatrizes fibróticas podem conter bacilos em multiplicação lenta. Teste positivo de reação subcutânea à tuberculina, devem ser consideradas candidatos de alta prioridade ao tratamento da infecção latente, independente de sua idade. De modo oposto, lesões granulares calcificadas (granulomas calcificados) apresentam baixíssimo risco de progressão para uma tuberculose.

Prova tuberculínica (teste ou de Mantoux]

O teste intradérmico de Mantoux é usado no Brasil, Estados Unidos e Canadá e o de Heaf no Reino Unido. Um resultado positivo indica o que houve com o bacilo (infecção latente da tuberculose), mas não doença, já que, após o contágio, o indivíduo apresenta 5 % de chances de desenvolver a patologia nos primeiros 2 anos. Este teste, é utilizado para fins de controlo epidemiológico e profilaxia em contactantes de pacientes com tuberculose. Em situações específicas, no caso de crianças, pode auxiliar no diagnóstico.

O derivado de proteína purificada (ou PPD), é um precipitado obtido de culturas filtradas e esterilizadas, é de forma intradérmica (dentro da pele) e a leitura do exame é feita entre 48 e 96 horas (idealmente 72 horas) após a aplicação do PPD. Um paciente que foi exposto à bactéria deve apresentar uma resposta imunológica na pele, a chamada "enduração". Um teste negativo não exclui tuberculose especialmente se foi feito entre 6 e 8 semanas após adquirir-se a infecção, se intensa, ou se o paciente tiver comprometimento imunológico. Um teste positivo não indica doença, a não ser que o indivíduo teve com o bacilo. Não há relação entre a eficácia da vacina BCG e de Mantoux positivo. Uma dose é suficiente; a vacinação prévia, por vezes resulta falso-positivos. Isto torna o teste de Mantoux pouco útil em pessoas vacinadas.

Teste de Heaf

O Teste de Heaf é usado no Reino Unido, e também usa a proteína purificada (PPD) na pele, observando-se a reação resultante. Quando alguém é diagnosticado com tuberculose, todos os seus próximos devem ser investigados com um teste de Mantoux e, principalmente, radiografias de tórax, a critério médico.

Em quase todas as situações os antibióticos curam os casos mais avançados de tuberculose. É necessário administrar pelo menos dois fármacos com mecanismos de acção diferentes que, associados, podem destruir virtualmente todas as bactérias. O tratamento deve continuar inclusive depois de o doente se sentir completamente curado, porque leva muito tempo até conseguir eliminar aquelas bactérias de crescimento lento e reduzir a possibilidade de recaída quase a zero (*Merk, 2006*). Os antibióticos mais frequentemente utilizados são: a INH, a Rifampicina, a Pirazinamida, a Estreptomicina e o Etambutol. Os três primeiros podem estar contidos no mesmo comprimido. Isso reduz a quantidade de comprimidos a administrar diariamente e assegura adequado da terapêutica. Os antibióticos INH, Rifampicina e Pirazinamida podem causar náuseas e vômitos como resultado do seu efeito sobre o fígado. Nos casos em que se verifiquem efectivamente náuseas e vômitos, os medicamentos devem deixar de ser administrados até que se possam fazer análises da função hepática.

Quando os resultados mostrarem uma reacção apenas a um deles, em regra costuma encontrar-se um substituto satisfatório para poder completar o tratamento. O Etambutol começa a ser aplicado numa dose elevada para ajudar a reduzir rapidamente o número de bactérias. A dose é reduzida ao cabo de dois meses, com o fim de evitar efeitos colaterais prejudiciais para os olhos.

A estreptomicina foi o primeiro fármaco considerado eficaz contra o bacilo de Kock, deve ser administrada por via intramuscular. Apesar de continuar a ser um medicamento muito eficaz contra as infecções avançadas, pode afectar o sentido do equilíbrio e a audição quando aplicado em grandes doses ou durante mais de três meses (Merk, 2006).

Prevenção

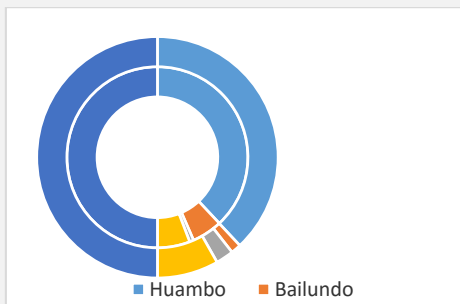
A imunização com vacina BCG (Bacilo Calmette Guérin) dá entre 50 a 80 % de resistência à doença. Em áreas tropicais onde a incidência de mycobactérias atípicas é elevada (a exposição a algumas "mycobacterias" não transmissoras de tuberculose dá alguma proteção contra a TB), a eficácia da BCG é menor. No Reino Unido, adolescentes de 15 anos são normalmente vacinados durante o período escolar. Existem várias formas de prevenir a tuberculose. Pode utilizar-se a luz ultravioleta, pelo seu poder germicida, nos lugares onde pessoas com afecções distintas possam estar juntas durante várias horas, como nos hospitais ou nas salas de espera dos serviços de urgência. A luz destrói as bactérias que se encontrem no ar. O fármaco INH é muito eficaz quando se aplica a indivíduos com elevado risco de desenvolver tuberculose.

Entre eles encontram-se aqueles que tenham estado em contacto íntimo com alguém afectado pelo bacilo, como os trabalhadores da saúde cujas provas cutâneas à tuberculina se tenham tornado positivas (quando antes eram negativas) e cujas radiografias não revelem nenhuma doença. Isso significa que existe uma infecção recente que ainda se não desenvolveu totalmente; e pode ser curada tomando INH diariamente por 6 a 9 meses. Estudos recentes demonstraram que cerca de 10 % das pessoas contaminadas com o bacilos recentes desenvolvem tuberculose se não for aplicado tratamento, qualquer que seja a sua idade (Merk, 2006).

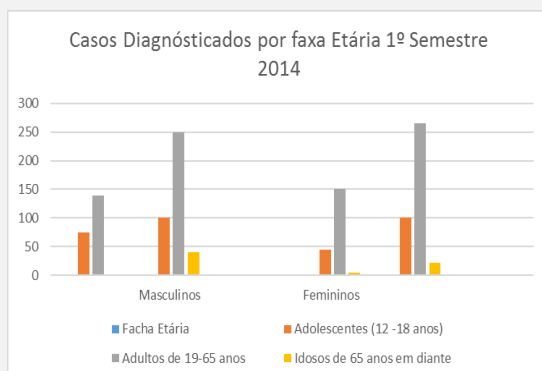
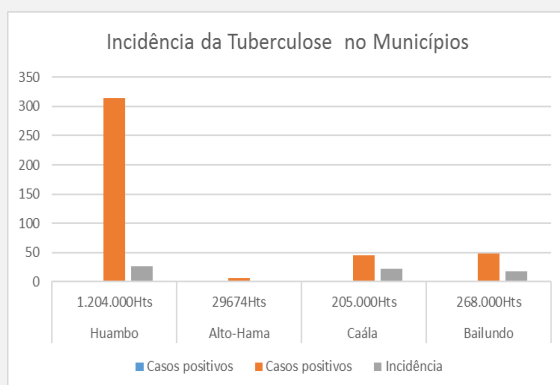
DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste gráfico mostram-se os dados recolhidos nos Hospitais Sanatório do Huambo, Caála, Bailundo e Alto-Hama de Janeiro a Agosto de 2014. Se pode notar que o Sanatório do Huambo apresenta maior número de casos diagnosticados, cujos pacientes são provenientes dos municípios acima referidos. Alguns preferem abandonar as unidades sanitárias de origem por falta de condições de atendimento daí o aumento do volume de trabalhos neste local.

Gráfico 1. Ilustra o total de casos positivos no 1º semestre de 2014.



Taxa de Incidência da Tuberculose nos Municípios/10 e 100 mil hbts. O gráfico ilustra a taxa de incidência do bacilo de Kock na população dos Municípios. Verificamos que o de maior incidência é o da Caála com 85,5/105 habitantes, a seguir o do Huambo com 39,9/106 habitantes, do Bailundo com 24,6/105 e do Alto Hama com 15,5/104 Habitantes.



O gráfico da faixa etária ilustra o total de casos novos diagnosticados por sexo e idade no 1º semestre de 2014 nos 4 Municípios, e se pode verificar que a faixa etária mais afectada esta entre os 19 a 65 anos de idade com 289 positivos o que corresponde a 69. 9 %, é de realçar que a faixa dos 12 a 18, apresenta uma cifra de 175 positivos o que prefaz 28. 9 % e dos 65 anos apenas foram 5 casos o que corresponde 1. 2 %

CONCLUSÃO

Com este trabalho concluiu-se que:

1. O Município com mais casos é o da Caála, devido a falta de conhecimento sobre o bacilo de Kock agente causador da tuberculose.
2. Nesta Província esta patologia é predominante em indivíduos do sexo masculino na faixa etária entre 19 a 65 anos de idade.
3. Os imunodeprimidos da classe baixa constituem o principal foco desta patologia e este grupo pode ser considerado transmissor da doença.
4. A pobreza, as condições socio económicas são considerados como as principais causas na predominação desta doença nestes municípios.

RECOMENDAÇÕES

De acordo com pesquisa feita recomendamos o seguinte:

1. Que se faça mudanças nas condições sociais, para diminuir a desigualdade e exclusão contribuindo para a construção de uma sociedade mais saudável.
2. Deve-se realizar acções educativas junto da comunidade como palestras, acompanhamento e prognóstico integral com todos os sintomáticos respiratórios.
3. Deve-se mobilizar os profissionais de saúde para que os projectos semelhantes ao Uhayele Vimbo se focalize a Tuberculose.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

1. Bethlem, E. P. (21 de Janeiro de 2012). *Manifestações Clínicas da Tuberculose Pleural, Ganglionar, Geniturinária e do Sistema Nervoso Central Clinical Manifestations of Tuberculosis in the Pleura, Lymph Nodes, Urogenital System, and Central Nervous System*. Cheade, M. d., Ivo, M. L., Siqueira, P. H., Sá, R. G., & Honer, M. R. (10 de Abril de 2009).
2. Filho, A. J., Maeda, T. Y., & Ferraz, D. M. (2006). *Tuberculose e HIV*. Brasil: Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto. Obtido em 3 de Agosto de 2014. Disponível em: http://revista.hupe.uerj.br/detalhe_artigo.asp?id=236#citar
3. Merk, M. (2006). *Tuberculose*. Obtido de Tuberculose: Manual merck, Tuberculose Ministério da Saúde do Brasil. (2004). *Ministério da Saúde*. Brasil. Obtido em 18 de Junho de 2014, de Programa Nacional de Controle da

- Tuberculose. Disponível em:
bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ProgramaTB.pdquarta-feira
4. Munoz J. F., & Pardo, P. R. (1 de Julho de 2014). *World Health Organization*. Cessado em 31 de Julho de 2014, de World Health Organization International. Disponível em: <http://www.who.int/bulletin/volumes/86/9/06-038737/en/>
 5. Pillar, R. V. (21 de Janeiro de 2012). *Epidemiologia da Tuberculose; Epidemiology of Tuberculosis*. Brasil. Consultado em Julho de 08 de 2014, de Sopterj.
 6. Rede TB. (29 de Dezembro de 2013). *Rede TB*. Obtido em 29 de Julho de 2014, de Rede TB
 7. GIL, A. C. (1987). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Brasil, São Paulo, Brasil: Editora Atlas, 1987. Obtido em 15 de Agosto de 2014. Disponível em: <http://www.neidefiori.cfh.prof.ufsc.br/metodo/gilL124.html>
 8. Ministério da Saúde do Brasil. (2006). *PAHO Pan American Health Organization*. Obtido em 18 de Junho de 2014, de PAHO Pan American Health Organization. Disponível em:
www.paho.org/bra/index2.php?option=com_docmac&task.
 9. Scielo (Scientific Electronic Library Online). *A tuberculose*. Consultado em 31 de Julho de 2014, de Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822009000200005



ESTUDOS

DIREITO

LA SOCIEDAD UNIVERSAL DE LOS HOMBRES

JORGE MANUEL BENÍTEZ MARTÍNEZ

La idea de un orden que abarque la totalidad de los hombres ha sido pensada en la tradición profética escatológica hebrea y de los primeros cristianos⁶⁰, así como en la tradición griega que se inicia en el contexto del helenismo con los estoicos, que se continua tamizado por los Padres de la Iglesia hasta los tratadistas y juristas de la alta Edad Media europea, con los que llega a su culmen y final.

En la modernidad europea el acento se pone en la libertad individual y en la constitución de un orden garante de los intereses de determinados grupos geopolíticos, el Estado nacional. Así el mundo, la tierra circunvalada por un Imperio en agonía, es percibida como un campo de conquista, un campo de batalla en el que los diversos órdenes o Estados nacionales pugnan por la supremacía y el control en función a los intereses particulares de cada nación.

Gracias al desarrollo de la técnica al servicio de la guerra, los órdenes particulares se arrojan por la sola fuerza, el derecho de conquistar y dominar con la sola limitación de su poder militar o astucia estratégica en relación con los otros órdenes particulares.

Esta lógica de guerra de todos contra todos, de todos los estados poderosos entre sí, llega a su paroxismo con las dos grandes «guerras mundiales-europeas». A partir de ellas, se evidencia que los discursos con los que estos órdenes particulares justificaban sus conquistas y expansión, discursos en los que se afirmaba que uno u otro Estado nacional eran instrumentos destinados a la realización de un designio de carácter universal (el progreso de la humanidad, el inevitable avance de toda la humanidad hacia un estado u orden ideal de perfección moral, política y cultural), son una ilusión.

⁶⁰ Véase Isaías y las cartas de San Pablo.

Hoy en día sabemos, sin necesidad de leer la condición posmoderna de Lyotard, que el discurso del progreso es un mito ideológico, que cualquier ayuda humanitaria, cualquier intervención en nombre de los derechos humanos, oculta intereses particulares económicos y políticos de una determinada potencia o asociación de ellas. Es decir, es patente que cualquier discurso teórico y político, que mente la idea de un orden universal de los hombres, de un orden que corresponda a la totalidad del género humano, y proferido por teóricos y políticos, intelectuales y jefes de estado, es una banal ideología.

El imperio universal de la fe española, de la civilización francesa, de la hora del té inglés, de la cultura alemana, de la democracia norteamericana, originaron y siguen manteniendo, ordenes de colonización, explotación, injusticia, violencia, exacción natural y cultural y, casi siempre, de exterminio.

No obstante, en cierto sentido podemos considerar el orden moderno del progreso como universal: en sus efectos devastadores. Positivamente, ya no hay lugar en la tierra que no esté afectado por las consecuencias colonizadoras, culturales, económicas de dicha devastación, éstas sí, hasta ahora inevitablemente progresivas.

Con el trasfondo de este orden negativo, me gustaría reflexionar a partir de ciertos hitos del pensamiento occidental acerca de la idea de orden universal, concebido éste no sólo como un orden de dominio sino como aquel en el que se integran armónicamente las diferencias culturales, existenciales y vitales irreductibles a su traducción a una estructura organizacional idéntica.

De entrada, pues, la noción de orden universal se nos presenta como paradójica. Lo universal del género humano son sus diferencias. Es decir, no hay (ni puede haber) una sola configuración espiritual entre todos los hombres. No hay (ni habrá) un solo lenguaje, una sola religión, una sola moral y menos una sola forma política para todos los hombres por igual. Lo que «unifica» al género humano, como humanidad, no como especie biológica-genética molecular, es la diversidad de realización de su humanidad. Lo que unifica es lo que diverge.

¿Significa esto la renuncia definitiva y lúcida de la idea de universalidad y finalmente de humanidad, con la consecuencia de resignarnos a «soportar» (nosotros los desdichados geopolíticamente) regímenes arbitrarios o a imponerlos cínica y violentamente (nosotros los vencedores de la Historia), ahora que se ha descubierto la

verdad de esa vieja idea tan pretenciosa y perversa como bienintencionada? Sí, la renuncia y la denuncia de su vertiente hegemónica, la globalización del capitalismo y liberalismo «triunfante», e inclusive de las «alternativas», la sociedad comunista, la liberación mundial de los oprimidos y la democracia universal. Pero por lo dicho más arriba acerca de la tendencia histórica fáctica de la devastación, y teniendo en cuenta también la manipulación ideológica del discurso de la diferencia identitaria en los fundamentalismos religiosos y nacionales, se presenta a la reflexión filosófico-política la necesidad de replantearse el sentido y problema de la universalidad posible de una sociedad humana. En otras palabras, sabiendo que aunque necesaria la crítica a la idea de universalidad como ideología, a la vez nos percatamos que efectivamente estamos en una época de «efectos mundiales», en la que pensar en términos de universalidad del género humano no es sólo un truco ideológico, sino también, en última instancia, una necesidad de supervivencia, y en primera, de comprensión e inteligibilidad de nuestro tiempo y de praxis posibles alternativas a la devastación en progreso y la retroacción fundamentalista.

La cuestión es, más allá de los usos ideológicos, ¿qué carácter debe tener el orden universal humano?, ¿cuáles serían sus posibles elementos de articulación?, en suma, ¿en qué sentido es posible postular-pensar en una sociedad universal de los hombres?

El trabajo tiene el modesto cometido de exponer una serie de textos provenientes de la tradición antigua y medieval de la filosofía occidental y del pensamiento contemporáneo europeo, en los que se menta y problematiza sobre el carácter de la sociedad universal de los hombres, buscar pautas de repetición conectiva entre los mismos y finalmente elaborar tentativamente una respuesta a la cuestión que nos atañe.

Los estoicos

En ellos, filósofos del helenismo y luego del imperio romano, encontramos los primeros discursos en los que se postula a todos los hombres como una unidad genérica fundamental y a las diferencias entre los hombres y pueblos como diferencias accidentales. Postulado que llega lógicamente a su conclusión con la idea del cosmopolitismo.

El principio de la unidad de todos los hombres es una ley común, que subyace a todas las diferencias humanas. Según Plutarco, Zenón, el fundador del estoicismo enseñaba en su *República*

«no debemos ser ciudadanos de Estados y pueblos diferentes, separados todos por leyes particulares, sino que hemos de considerar a todos los hombres como paisanos y conciudadanos; que el modo de vida y el orden deben considerarse uno solo, como corresponde a una multitud que convive alimentada por una ley común»⁶¹

En el *Ateneo* leemos: «Zenon de Citio considera a Eros como el dios de la amistad y de la libertad, el que procura la concordia...es un dios que reúne las condiciones capaces de salvar al Estado»⁶².

En Cleántes encontramos un Himno a Zeus, en el que la ley universal de Zenón se tiñe necesariamente de justicia:

«Zeus, que con la ley todo lo gobiernas...a ti todo este universo que en torno a la tierra gira te obedece por donde lo guíes y él, gustoso, por ti es gobernado...tienes el rayo de dos filos siempre viviente, pues bajo tu golpe las obras todas de la naturaleza se realizan, con él diriges la Razón común que a través de todas las cosas discurre...tu sabes también moderar lo excesivo y ordenar lo desordenado...todas las has armonizado así en una sola: las buenas y las malas, de tal modo que de todas hay una única Razón, siempre existente...pero tú Zeus...señor del rayo, saca a los hombres de la triste inexperiencia y, ahuyentándola del alma otórgales alcanzar la razón en que te fundas para regir todas las cosas con justicia...pues no hay mayor ofrenda para los hombres y los dioses que celebrar siempre, como es justo, la ley universal»⁶³.

La Razón de la primera estoa se convierte en *hegemonikon* en la estoa posterior. Afirma Posidonio:

«el mundo es un organismo único de innumerables miembros, ahora bien, en todo organismo bien proporcionado tiene que haber entre los diversos

⁶¹ Angel Capelletti, *Los estoicos griegos* (Madrid: Gredos), 150.

⁶² Ibid., p. 151.

⁶³ Capelletti, Op. Cit., 288-291.

miembros algo donde resida su *hegemonikon*, el principio rector que dé unidad a todos los miembros e impida la autonomía anárquica de las diversas partes; lo que en el hombre es la mente, tiene que tener su equivalente en todo organismo polímero...la manzana en un mismo cuerpo tiene sabor y aroma, así el *hegemonikon*, tiene juntamente la imaginación, el sentimiento, la tendencia y la razón»⁶⁴

En la última estoa la Razón universal se modula en idea-precepto de una razón comunitaria y solidaria en la obra de Séneca:

«(en la cuestión) ¿cómo hay que tratar a los hombres?, ¿qué preceptos damos?...esta norma regula los deberes humanos: todo esto que ves que incluye las cosas divinas y humanas es unidad: somos miembros de un gran cuerpo. La naturaleza nos ha constituido parientes al engendrarnos los mismo elementos y para un mismo fin; ella nos infundió el amor mutuo y nos hizo sociables. Ella estableció la equidad y la justicia...por mandato suyo las manos han de estar dispuestas a ayudar», entonces, «tengamos las cosas en común, pues hemos nacido para la comunidad»⁶⁵.

El precepto de universalidad no se limita a la comunidad humana, también las cosas forman parte de la unidad universal por lo que también debemos comportarnos respetuosamente con ellas, no de acuerdo con los nombres y prejuicios que se les dan, sino valorándolas de acuerdo al conocimiento que tengamos de lo que son realmente: «valoremos cada cosa sin tener en cuenta la reputación que merecen y tratemos de saber qué son realmente, no el nombre que se les da»⁶⁶.

El emperador sabio modula esta razón comunitaria con la idea de necesaria colaboración en una tarea común universal, en la que resalta el criterio de bien comunitario como guía de la acción humana:

«si me basta (mi inteligencia), me sirvo de ella para esta acción como si fuera un instrumento concedido por la naturaleza del conjunto universal, pero si no, cedo la obra a quien sea capaz de cumplirla mejor...o bien pongo manos a la obra...con la colaboración de la persona capaz de hacer...lo que en este momento

⁶⁴ Estobeo, Eglóg., I, c. 49, pag. 368 W, citado en Elorduy, *El estoicismo* vol. I. (Madrid: Gredos, 1972)

⁶⁵ Séneca. *Epístolas morales a Lucilio* (Madrid: Gredos), 208-209.

⁶⁶ Ibid., p. 209.

es oportuno y beneficioso a la comunidad. Porque lo que estoy haciendo por mi mismo o con otro, debe tender, exclusivamente, al beneficio y buena armonía con la comunidad»⁶⁷

Como en Seneca esta interrelación entre dioses, hombres y cosas no es puramente social o de costumbres. Lo que une todo es un vínculo sagrado:

«todas las cosas se hallan entrelazadas entre sí y su común vínculo es sagrado y casi ninguna es extraña a la otra, porque todas están coordinadas y contribuyen al orden del mismo mundo»⁶⁸.

El vínculo universal es manifestación de la unidad profunda entre todas las cosas diferentes, que en ella son lo mismo. Esta última unidad es el mundo, el dios, la razón, la verdad, objeto de una firme profesión de fe:

«Uno es el mundo...uno es el dios que se extiende a través de todas las cosas, única la ley, una sola la razón común de todos los seres inteligentes, una también la verdad, porque también una es la perfección de los seres del mismo género y de los seres que participan en la misma razón»⁶⁹

También repite Marco Aurelio la idea de Séneca del cuerpo como *analogon* del orden universal y la identificación del vínculo fundamental con el amor:

«Como existen los miembros del cuerpo en los individuos, también (así) los seres racionales han sido constituidos...para una idéntica colaboración, aunque en seres diferentes...Soy un miembro del sistema constituido por seres racionales...Si dijeras que eres (sólo) una parte, no amas todavía de corazón a los hombres...(si les haces favores) simplemente como un deber, significa que todavía no comprendes que te haces un bien a ti mismo»⁷⁰

Es interesante destacar en este último texto la distinción sutil pero crucial entre «miembro» y «parte». Lo primero pertenece a una unidad orgánica que no puede ser sin sus miembros y ellos sin la unidad orgánica que los reúne. Lo segundo, pertenece al orden de las totalidades agregadas, cuya unidad es una resultante de un proceso de suma de

⁶⁷ Marco Aurelio, *Meditaciones* (Madrid: Gredos), 130.

⁶⁸ Ibid, p. 131.

⁶⁹ Marco Aurelio, Op. Cit., p. 131.

⁷⁰ Ibid., p. 131.

elementos parciales, incompletos, intercambiables y subordinados al funcionamiento de la totalidad. Entre los miembros hay diferencias y éstas son necesarias y connaturales al orden que los reúne, pero entre ellos no hay separación, ellos están relacionados entre sí, configurando en su relacionarse una sola realidad. El cuerpo dividido en sus miembros deja de ser, al igual que los miembros, pues la división rompe el vínculo (sagrado) que hacía de cuerpo y miembros una unidad.

Cicerón

En la filosofía ecléctica de Cicerón el logos vinculante, llamado ahora providencia, es visto desde el cariz de su actividad directiva-administrativa universal. La divinidad o los dioses, lo más eminente, es lo que necesariamente dirige al mundo. Su carácter providente denota que los dioses están provistos de espíritu y de razón y que «en virtud de una especie de acuerdo social como el que se da entre los habitantes de una ciudad, estén unidos entre sí, dirigiendo el único mundo existente como si fuera el Estado...»⁷¹. Esta razón de los dioses es la misma que existe en el género humano, «de donde se deduce que la prudencia y la mente les han llegado a los hombres procedentes de los dioses»⁷².

Cicerón en su *Sobre la República* da a la providencia y razón divina la claridad y firmeza del lenguaje «jurídico»:

«La verdadera ley es una recta razón, congruente con la naturaleza, general para todos, constante, perdurable... Tal ley no es lícito suprimirla, ni derogarla parcialmente... ni podemos quedar exentos de ella por voluntad del senado o del pueblo... ni puede ser distinta en Roma y en Atenas, hoy y mañana, sino que habrá siempre una misma ley para todos los pueblos y momentos... y habrá un único dios como maestro y jefe común de todos, autor de tal ley, juez y legislador...»⁷³

⁷¹ Cicerón. *Sobre la naturaleza de los dioses* (Madrid: Gredos), 222.

⁷² Ibidem.

⁷³ Cicerón. *Sobre la República* (Madrid: Gredos), 137.

Justifica el dominio de los fuertes como una disposición de la naturaleza, «¿Por qué si no, manda dios en el hombre, el alma en el cuerpo y la razón sobre la concupiscencia y las demás partes defectuosas del alma?»⁷⁴. Pero se deben reconocer diferencias en el mandar, no es lo mismo el mando del alma sobre el cuerpo que el de la razón sobre la concupiscencia, la primera manda como manda un rey sobre sus ciudadanos o un padre a sus hijos, con justicia y amor, mientras que la segunda manda como un dueño manda a sus esclavos, con violencia y rigor⁷⁵.

San Pablo

Brevemente citaré a Pablo de Tarso cuyos discursos acerca de la Iglesia de Cristo, fundamentales en la configuración histórica del cristianismo como religión con vocación universal, beben de la *koiné* helénica y luego romana de su época. Así en sus cartas a los cristianos del mundo helénico utiliza ideas muy cercanas al lenguaje del estoicismo tardío. En Corintios 12, 23 habla de la unidad total con la analogía del cuerpo: «Mas Dios concertó el cuerpo...a fin de que no haya escisión en el cuerpo, sino que los miembros tengan la misma solicitud los unos de los otros». En 12, 27 nos habla del cuerpo místico de Cristo: «Y vosotros sois cuerpo de Cristo y miembros cada uno por su parte». En cuanto a los carismas, o diferencias funcionales en el interior de la Iglesia, aclara en 12,4. «Distribuciones hay de carismas, pero un mismo Espíritu, y distribuciones hay de Ministerios pero un mismo Señor; y distribuciones hay de operaciones pero un mismo Dios, quien obra todas las cosas en todos».

Santo Tomás de Aquino

En el aquinate la cuestión del orden universal se desplaza enteramente hacia la noción de ley, y su correlato práctico-político: el gobierno. «La gobernación de las cosas que existe en Dios como monarca del universo tiene naturaleza de ley»⁷⁶, que en tanto concebida en la inteligencia divina atemporal, es eterna.

⁷⁴ Ibid., p. 138.

⁷⁵ Cfr. Ibidem.

⁷⁶ Santo Tomás de Aquino. *Suma Teológica II* (Madrid: BAC, 1989), 709.

Tomás distingue aparte de esta ley eterna, una ley natural, propia de la criatura racional que, en cuanto participa de la razón eterna, se encuentra naturalmente inclinada a los actos y fines que les son debidos. «Es pues patente, que la ley natural no es otra cosa que la participación de la ley eterna en la criatura racional»⁷⁷.

A diferencia de los estoicos, en Tomás no puede aplicarse la noción de ley en el sentido de logos universal que conecta todos los seres por igual. La ley sólo se aplica propiamente a los seres racionales, que mediante la inteligencia y la razón participan de la razón eterna, «en cambio la participación que se da en la criatura irracional no es recibida racionalmente, y, en consecuencia, no puede llamarse ley sino por asimilación»⁷⁸.

Dante Alighieri

Dante es el primero en haber intentado la justificación teórica de un imperio único y universal y en haber postulado la necesidad de una sociedad universal del género humano (*universale civilitas humani generis*), ésta última una idea de futuro, con apoyo de la cual proclamará un día Francisco de Vitoria el derecho internacional moderno.

Inicia así el libro primero de su obra *La monarquía*,

«...siendo la «Monarquía temporal» tan desconocida, y su conocimiento el más útil entre todas las verdades ocultas, habiendo sido su enseñanza postergada por todos, por no ser un tema que ofrezca de inmediato posibilidad de lucro, está dentro de mis planes el sacarla de las tinieblas, tanto para provecho del mundo, como para ser yo el primero en alcanzar la palma de tan gran premio para mi gloria»⁷⁹

Dante entiende a la «Monarquía temporal», llamada también «Imperio», como «aquel principado único que está sobre todos los demás en el tiempo o en las cosas medidas por el tiempo»⁸⁰, que tiene el fin de hacer posible, de realizar el fin de la humanidad: el *actuate semper totam potentiam intellectus possibilis*, el desarrollo pleno

⁷⁷ Tomás de Aquino, Op. Cit. p.710.

⁷⁸ Ibíd., p. 711.

⁷⁹ Dante Alighieri, *Monarquía* (Madrid: Tecnos, 1992), 19.

⁸⁰ Dante, Op. Cit., I, II, p. 19.

del conocimiento humano. Y para que pueda realizarse el gran fin de la humanidad, el Estado tiene que procurar ante todo la paz. La idea de la paz es así la única justificación posible de la monarquía universal. ¿Pero por qué la necesidad de una instancia superior, de un estado universal para lograr y garantizar la paz? La respuesta de Dante la encontramos en el *Convivio*,

«Como el espíritu del hombre no se contenta con la posesión de un territorio determinado, sino que aspira siempre a la gloria de nuevas conquistas, como por experiencia vemos, surgen discordias y guerras entre reino y reino,...de aquí que, para cerrar el camino a estas guerras y a sus causas, convenga la necesidad que toda la Tierra y cuanto le es dado a poseer al género humano, constituyan una monarquía...que tenga un príncipe único, el cual, poseyéndolo todo y no pudiendo desear más, mantenga contento a los reyes dentro de los límites de sus reinos, de modo que éstos vivan en paz entre sí, y en esta paz se asienten las ciudades, y en esta quietud se amen los vecinos, y en este amor tengan las casas cuanto les hace falta, a fin de que, satisfecha toda necesidad, viva el hombre felizmente»⁸¹

Lo que hace necesaria la existencia de un órgano tutelar de la paz, es el estado de guerra permanente a causa del apetito de conquista que hay en los Estados, manifestación en el orden público de la *cupiditas* que anida en el espíritu humano. Hace falta, entonces, una autoridad suprema que enfrene la *libido dominandi* de los Estados...un remedio, no curativo como la gracia sobrenatural, pero por lo menos un paliativo del mal, una garantía de que siquiera en el foro externo será respetado el orden⁸².

Dante concibió al emperador como el juez supremo de la paz,

«Entre dos príncipes, de los cuales uno no está sometido al otro en absoluto, puede haber litigio, bien sea por culpa de ellos mismos, o bien por culpa de los súbditos, como es evidente; luego conviene que entre ellos haya quien juzgue. Y como uno no pueda conocer acerca del otro cuáles son los derechos propios de cada uno, pues el igual no tiene dominio sobre el igual, es necesario que exista otro de mayor jurisdicción que tenga bajo su autoridad a los dos...un

⁸¹ *Convivio*, citado en Gómez Robledo. Dante Alighieri. Las obras menores I. (México: Universidad Autónoma de México, 1975), 146-147.

⁸² Cfr. Gómez Robledo, *ibid.*, p. 148

juez primero y soberano por cuyo juicio se diriman todos los litigios, directa o indirectamente»⁸³.

También como el instrumento más apropiado para la consecución de la justicia, dado que, en tanto hombre situado por encima de todos, no es de temer el mayor riesgo que amenaza a la justicia, la codicia, pues,

«...hay que advertir que lo que más se opone a la justicia son los apetitos⁴⁹, según afirma Aristóteles en el libro V de *A Nicómaco*⁵⁰. Eliminados los apetitos, nada queda que se oponga a la justicia...Donde no hay objeto que pueda ser deseado es imposible que exista apetito, porque eliminado aquél, éste no puede subsistir. Ahora bien, el Monarca no tiene nada que pueda desear, puesto que su jurisdicción tiene límites sólo en el Océano. De aquí se concluye que el Monarca puede ser, entre todos los mortales, el sujeto mejor dispuesto para la justicia»⁸⁴

James Bryce interpreta los poderes del emperador dantesco como un dominio con una función correctiva y moderadora con el fin de asegurar la paz. Un poder más bien internacional que político. Es una superestructura que sin negar los compartimientos nacionales y territoriales, establece un Cuerpo Político Universal, una confederación, una *Communitas Communitatum*⁸⁵. Así la *Monarquía* es «uno de los grandes documentos preparatorios e inspiradores del derecho internacional moderno»⁸⁶, en tanto Dante, como lo manifiesta Kelsen, considera al conjunto de la humanidad y no a las naciones singulares como la creadora y portadora de una cultura concebida como unitaria⁸⁷.

Nicolás de Cusa

Con el recuerdo de una Constantinopla atacada por los turcos, visiona una especie de cónclave celestial de sabios convocado por el Rey del universo, que pondría fin a las guerras entre los hombres originadas por la diversidad de ritos religiosos. «Mediante unos

⁸³ Dante, Op. Cit., I, X, 24.

⁴⁹ Cfr. *Conv.* IV, II, 3.

⁵⁰ Cfr. *Ética a Nicómaco* V, 4, 1131b 31.

⁸⁴ Dante, Op. Cit., I, XI, pp. 25-26.

⁸⁵ Antonio Poch. *Algunos aspectos del pensamiento político de Dante* (Santiago de Compostela, Universidad de Santiago, 1965).

⁸⁶ Cfr. Gómez Robledo, Op. Cit., p. 153.

⁸⁷ Cfr Hans Kelsen, *La teoría del Estado de Dante Alighieri* (Oviedo: KRK ediciones, 2007), pp. 143-154.

pocos sabios conocedores de todas las diferencias en las religiones de todo el mundo, se podría lograr un fácil acuerdo y establecer la paz perpetua»⁸⁸.

El género humano procede del creador del universo pero en su multiplicación ha olvidado su origen común. Con el correr del tiempo cada grupo humano confunde sus costumbres particulares con la naturaleza y «esta es la razón de que sobrevengan no pocas disensiones cuando cada comunidad prefiere su propia fe a la ajena»⁸⁹.

El gozoso canto de Cleantes a Zeus se convierte en los desorientados humanos, en gimiente suplica al Señor,

«acude en nuestra ayuda, pues solo Tú tienes poder...Tú el único venerado...que eres el bien y lo verdadero que todos apetecen y buscan, y nombran las diferentes religiones sin saberlo, pues permaneces para todos desconocido e inefable...Tú infinito...omnipotente Dios...no permanezcas oculto más tiempo, sé propicio y muestra tu rostro para que se salven todos los pueblos...»⁹⁰

El conocimiento verdadero de Dios llevaría a todos los pueblos a reconocer que no hay más que una sola religión y cesarían entonces las guerras, el odio y todo mal. Pero el hombre fue creado libre y la realidad sensible y las opiniones, lenguas e interpretaciones, varían necesariamente con el tiempo.

El Señor decide «mediante un consenso común de todos los hombres, que toda la diversidad de religiones sea armoniosamente reducida a una sola»⁹¹. En esta búsqueda de la religión universal participan sabios procedentes de toda la historia de la humanidad: un sabio griego, un italiano, un árabe, un indio, un caldeo, un judío, un escita, un francés, un persa, un sirio, un español, un turco, un alemán, un tártaro, un armenio, un bohemio, un inglés, todos interlocutores del Verbo, una vez más dispuesto a ayudar a la humanidad.

El Verbo alecciona a todos con la tesis fundamental: «no encontraréis otra fe, sino la misma y única presupuesta en todas partes...así como todas las sabidurías proceden de una sola, porque la unidad es anterior a la pluralidad»⁹². El sabio griego reconoce la

⁸⁸ Nicolás de Cusa, *La paz de la fe. Carta a Juan de Segovia* (Cuadernos de Anuario Filosófico), 49.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 51.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 51 (retocada).

⁹¹ *Ibid.*, p. 53.

⁹² *Ibid.*, p. 54.

unidad de la sabiduría en lo diverso, «en la obra del hombre, en sus miembros y en el orden entre ellos...en la armonía de sus órganos, en el movimiento y por último, en su espíritu racional...» Y esta sabiduría en su primordialidad, concluye el sabio italiano, «es Dios uno, simple, eterno, principio de todas las cosas».

Respecto a la diversidad de cultos y dioses el Verbo sentencia,

«Si todos los que honran a varios dioses volvieran su mirada hacia aquello que presuponen...y siguiendo el dictamen de la razón misma, la adoptarían públicamente a la que implícitamente dan culto en todos aquellos a los que llaman dioses, se resolvería el litigio»⁹³

El árabe coincide en lo anterior, pero advierte que sería difícil suprimir el culto popular a los dioses pues creen con certeza que éstos les ayudan y salvan, pero el Verbo insiste en que «si el pueblo fuera informado acerca de la salvación (según la sabiduría) la buscaría en quien ha dado el ser y es el salvador mismo...más que en esos que por sí mismos no tienen sino lo que el salvador mismo les concede»⁹⁴.

En la cuestión de las estatuas y representaciones se reconoce que éstas son admitidas si conducen al culto del único Dios, pero si se las adora a ellas mismas, deben ser destruidas. El sabio Indio advierte de la arraigada idolatría del pueblo. Pero el Verbo afirma que una vez descubierta la falacia de sus milagros y poderes la idolatría sería condenada.

Tampoco la idea de la trinidad de Dios es obstáculo para lograr la unidad de religión, mientras ésta sea comprendida en su claridad lógica racional. Los sabios caldeo, judío aceptan y comprenden a la trinidad como poder y fecundidad, y el sabio escita destaca el carácter vinculante del dios trino en su modalidad del espíritu:

«...en tercer lugar procede el espíritu de conexión, que es el que une todas las cosas en una, de modo que la unidad sea la unidad del universo...por el que cualquier criatura participa del orden para ser parte del universo...El amor vincula; de aquí que el amor...que es Dios (es el) espíritu cuya fuerza se difunde por el universo y así el nexo por el que las partes se conectan al uno o todo...tiene

⁹³ Ibid., p. 58.

⁹⁴ Ibidem

a Dios como principio...Así se ve con claridad que todos los sabios han admitido algo de la trinidad existente en la unidad...»⁹⁵

En torno al debate acerca de la encarnación del Verbo y el problema de la distinción y unidad entre el Dios Padre y el Hijo, entre el apóstol Pedro y el sabio persa, se encuentra la unidad en el supuesto de una única potencia real absoluta⁹⁶ idéntica en el padre y en el Hijo. Así se ve claramente, dice Pedro que «Cristo puede ser aquel en el que la naturaleza humana está unida a la naturaleza divina en la unidad del supuesto»⁹⁷. La demostración de Pedro de la unidad de el padre y el Hijo se explicita en la naturaleza del intelecto, «si la naturaleza humana intelectual se adhiriera estrechísimamente a la naturaleza intelectual divina de la que recibe su ser, se adheriría a ella inseparablemente como a la fuente de su vida»⁹⁸. Es decir, en cuanto el intelecto humano descubre la verdad de la unidad supuesta (y por lo tanto que Cristo es Dios), se adhiere inseparablemente a ella. La resistencia de los judíos a esta verdad, presente sin embargo en sus propios textos, no será óbice para la concordia, pues, dice Pedro, éstos «son pocos y no podrán perturbar el mundo entero con armas»⁹⁹.

El sabio sirio pregunta si se puede encontrar la concordia en cualquier secta religiosa. Pedro responde que sí, porque todas a pesar de sus diferencias de ritos y culto suponen la vida eterna, la inmortalidad y la búsqueda de la felicidad humana, por lo que debe admitirse que, como Cristo es el mediador entre la naturaleza divina y la humana, que permite que todos los hombres puedan conseguir lo que toda religión busca, es él «el que es presupuesto por todos los que esperan conseguir la felicidad última»¹⁰⁰.

El nacimiento de Cristo de una virgen, su crucifixión, las promesas de felicidad de las religiones, de la vida eterna, de la diversidad de ritos, todos estos temas se enlazan y justifican en la promesa de Dios, cumplida en Cristo, de la felicidad eterna que todos los hombres ansían¹⁰¹. En boca de Pablo inquirido por el sabio tártaro concluye el cusano: «La plenitud de la divinidad y de la gracia habita en el espíritu de Cristo, por cuya plenitud todos los que se han de salvar reciben la gracia de la salvación»¹⁰².

⁹⁵ Ibid., 65.

⁹⁶ Cfr. Ibid., 68-69.

⁹⁷ Cusa, Op. Cit., p. 71.

⁹⁸ Ibid., 72.

⁹⁹ Ibid., p. 73.

¹⁰⁰ Ibid., p. 74.

¹⁰¹ Cfr. Ibid., pp. 75-83.

¹⁰² Ibid., p. 83.

Respecto al desacuerdo originado por la diversidad de profetas intermediarios de los mandamientos y de ritos, dice Pablo, «el amor es la plenitud de la ley de Dios y todas las leyes se reducen a ésta...tolerando unos y otros (en la paz de la fe) los respectivos ritos»¹⁰³.

Uno de los puntos más difíciles de universalizar es el sacramento de la eucaristía, aunque para Pablo sea «comprensible por la inteligencia sola»¹⁰⁴, por lo que en cuanto a su distribución la Iglesia puede actuar de la manera «más conveniente según las circunstancias en cualquier región,...de modo que permanezca intacta la paz de la fe»¹⁰⁵. El mismo principio de practicidad y tolerancia se debe aplicar respecto al resto de sacramentos y prácticas religiosas si no puede lograrse la conformidad, «se debe permitir que las naciones, salvaguardadas la paz y la fe, tengan sus propias devociones y ceremonias».

La conclusión de esta magna reunión de sabios de todas las naciones fue:

«que toda la diversidad reside más en los ritos que en el culto a un solo Dios, que desde el principio todos han presupuesto siempre...aunque el pueblo, seducido por el poder adverso del príncipe de las tinieblas, con frecuencia no advirtiera qué estaba haciendo.... (Entonces) El Rey ordenó a los sabios que regresaran y condujeran a las naciones a la unidad del culto verdadero, para, finalmente confluir...en Jerusalén, como centro común, para aceptar en nombre de todos una sola fe y firmar sobre ella la paz perpetua...»¹⁰⁶

Francisco de Vitoria

En su tratado *De la Potestad Civil* «trátase de la república, acerca de la cual, aunque hayan disertado gravísimos y eruditísimos varones, queda mucho todavía por aclarar»¹⁰⁷. Siguiendo la tradición aristotélica de la explicación última del ser por la causa final, Vitoria inquiere por la finalidad de la potestad u orden civil. Esta tiene su origen en la indigencia natural del hombre y la necesidad de éste de procurarse la vida en asociación

¹⁰³ Ibid., 84-85.

¹⁰⁴ Ibid., p. 87.

¹⁰⁵ Cusa, Op. Cit., p. 88.

¹⁰⁶ Ibid., p. 89.

¹⁰⁷ Francisco Vitoria. *De la potestad Civil*, en “Reflecciones teológicas” (Madrid: Bac, 1960), 150.

con los demás: «para subvenir (a la fragilidad y las miserias) fue necesario que los hombres...viviesen en sociedad y se ayudasen mutuamente»¹⁰⁸. Además la vida humana en soledad, aunque posible, no podría menos de ser calificada de triste y desagradable. «Nada en la naturaleza ama lo solitario, y todos somos arrastrados por la naturaleza a la comunicación»¹⁰⁹. En conclusión:

«Está pues claro que la fuente y origen de las ciudades y de las repúblicas no fue una invención de los hombres, ni se ha de considerar como algo artificial, sino como algo que procede de la naturaleza misma, que para defensa y conservación sugirió este modo de vivir social a los mortales»¹¹⁰

De esta tesis Vitoria deduce la existencia necesaria de una fuerza o poder que gobierne la sociedad de los hombres, apoyándose también en la analogía de la unidad corporal.

«La ciudad se disolvería si no hubiera alguno que...cuidase de la comunidad y mirase por los intereses de todos...Así como el cuerpo...no se puede conservar en su integridad si no hubiera alguna fuerza ordenadora que compusiese todos los miembros, los unos en provecho de los otros, y sobre todo en provecho del cuerpo entero»¹¹¹

Como Dios es autor de la naturaleza, ésta de la sociedad civil y ésta necesita del poder que la gobierne, se deduce que el poder viene de Dios, por lo que se establece,

«mejor y más sabiamente que los facciosos y sediciosos, que la monarquía o regia potestad no sólo es legítima y justa, sino que los reyes por derecho divino y natural, tienen el poder y no lo reciben de la misma república ni absolutamente de los hombres»¹¹²

Este origen divino del poder explica que, aunque el rey es constituido por la mayoría de la república en función a una utilidad social, su poder abarca toda la república. Y análogamente la mayor parte de los pueblos cristianos puede erigir un monarca que reinaría sobre todos los pueblos cristianos, en tanto «La Iglesia es en cierto modo una

¹⁰⁸ Ibid., p. 155.

¹⁰⁹ Ibid., p. 156.

¹¹⁰ Ibid., p. 157.

¹¹¹ Vitoria, Op. Cit., p. 157.

¹¹² Ibid., pp. 161-162.

república y un cuerpo...que tiene el poder de conservarse y constituir la forma de organización con la cual pueda defenderse de los enemigos»¹¹³. El mismo origen divino se aplica a las leyes humanas, éstas diferentes de la ley divina, convienen con ella en que tienen fuerza de obligar a culpa, pues «la ley humana procede de Dios; luego obliga del mismo modo que la divina...no sólo debe llamarse ley divina la que sancionó Él mismo, sino también la que con el poder de Dios dispusieron los hombres»¹¹⁴

Es en la ley y su cumplimiento, donde encontramos el estrato superior del poder, entendido éste como ordenamiento regulador supremo o suprema potestad, pues aunque penda de la voluntad de los reyes el dar las leyes, no pende de ella el que obliguen o dejen de obligar. «Luego, aunque estén dadas por el rey, obligan al mismo rey...ocurre aquí lo que en los pactos: pacta uno libremente, pero se obliga al pacto»¹¹⁵.

Como la ley civil obliga gravemente, y a todos, cuando se refiere a las prescripciones necesarias para el mantenimiento del orden social, como la paz, el incremento del bien público y la honestidad de las costumbres, se infiere

«que el derecho de gentes no sólo tiene fuerza por el pacto y convenio de los hombres, sino que tiene verdadera fuerza de ley. Y es que el orbe todo, que en cierta manera forma una república, tiene poder de dar leyes justas y a todos convenientes, como son las del derecho de gentes. De donde se desprende que pecan mortalmente los que violan los derechos de gentes, sea de paz, sea tocantes a las guerra, en los asuntos graves como en la inviolabilidad de los legados. Ninguna nación puede darse por no obligada ante el derecho de gentes, porque está dado por la autoridad de todo el orbe»¹¹⁶

Tomás Campanella

Dentro de la tradición tomista justifica la monarquía como mejor forma de gobierno,

¹¹³ Ibid., p. 180.

¹¹⁴ Ibid., p. 185.

¹¹⁵ Ibid., p. 191.

¹¹⁶ Vitoria, Op. Cit., p. 191-192.

«Es más natural a los hombres verse regidos por uno que por muchos, porque en uno se unen mejor, y porque se encuentra más fácilmente uno bueno que muchos buenos y más fácilmente delibera uno y con más celeridad acude a las necesidades y casos imprevistos uno que muchos»¹¹⁷

Y anuncia una nueva y última monarquía universal, la española,

«...de levante a poniente, la Monarquía universal pasando sucesivamente por las manos de los Asirios, Medos, Persas, Griegos y Romanos...viene finalmente a las manos de los españoles, a los cuales...el destino divino les concede la monarquía con mas grandeza que a sus predecesores»¹¹⁸

No obstante es necesaria la subordinación del monarca español al Papa, pues

«...en la cristiandad no puede existir una monarquía universal que no sea dependiente del Papa...porque la religión, verdadera o falsa, siempre ha vencido cuando es creída, porque ella reúne las almas de las que dependen los cuerpos, las espadas y las lenguas, que son los instrumentos del imperio...Para que España sea el imperio victorioso de la cristiandad es necesario que esté bajo los auspicios del papa»¹¹⁹

La idea de la monarquía del Mesías, configurada como monarquía universal-pontificia es el eje del pensamiento político de Campanella y la monarquía universal española o francesa se articulan en relación con ella, en cuanto actúan como instrumentos de su viabilidad temporal¹²⁰.

La monarquía universal es una hierocracia orgánica,

«El alma de la república es la religión, pues ella se encuentra en su totalidad en todo el cuerpo de la república y hace la unidad fortísima y amabilísima. El príncipe supremo es cabeza en la que reside el alma. De él traen su origen el espíritu, las venas,

¹¹⁷ Campanella, Tomás. *Monarquía del Mesías. Las monarquías de las naciones*. (Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 1989), XXII, 13.

¹¹⁸ Campanella, *Monarchie d'Espagne et Monarchie de France*. "Proemio", textos originales introducidos, editados y anotados por Germana Ernst (Paris: Presses Universitaires de France, 1997).

¹¹⁹ Cfr. Campanella, *Monarchie d'Espagne*... VI, 44.

¹²⁰ Cfr. Truyol y Serra, Antonio. Presentación de *La Monarquía del Mesías y las Monarquías de las Naciones* (Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989), XIV.

los nervios y las arterias... Los príncipes y jefes son brazos y manos, los soldados, uñas y pies. El príncipe laico es el corazón. La plebe, los intestinos, vientre y carne que protege todo el cuerpo y lo completa. Los huesos son la base de la república. Los sabios son los sentidos; los siervos, los riñones, hiel, vejiga, órganos genitales y los demás vasos de sedimento»¹²¹.

Así con la monarquía universal se iniciaría una nueva edad de oro:

«Si el mundo se rigiese por un príncipe sacerdote, se viviría la edad de oro. Pues todos los males del mundo surgen de la guerra, de la peste, del hambre o de la opinión contraria a la religión natural. Cesarían las guerras cuando uno reinara sólo en el orbe, pues se hace guerra porque un príncipe, por ambición, avaricia, necesidad de alimentos u otra causa parecida, trata de ocupar el reino a otro príncipe... Además, el príncipe supremo, los gobernadores de provincias subordinadas y otros magistrados se afanarían en adquirir gloria, no por la guerra, sino por la filosofía y actos heroicos en beneficio de los pueblos y con el invento de artes y obras de utilidad humana, se ejercitarían en la caza, pesca, huerta y construcción de edificios. Cesaría también el hambre, pues no puede existir al mismo tiempo en todos los climas la esterilidad, sino que de lo que falta en unas regiones hay abundancia en otras. Así, pues, si todos estuvieran bajo el mismo príncipe, ordenaría éste, enviar el alimento de los que tienen en abundancia a los que carecen de él. Cesaría la peste. Esta viene del aire o del agua infecta. Y no puede haber infección en todas las regiones a la vez... por ello el príncipe supremo obviaría este mal por medio de la emigración de pueblos a regiones más sanas. Además afluiría la sabiduría por la abundancia de la paz... se multiplicaría la ciencia por una navegación segura, viajes y comercios y comunicación de las cosas que se saben hay en cada nación, con lo que se sabe de las que hay y mejores en otras; ciencias como la astronomía, la astrología, la física y la política, que precisan de muchos cuidados y de muchos que se ocupen de ella. Sólo el diablo querría que permaneciéramos todos y cada uno en los límites de una región para hacernos ignorantes y confundirnos; que no tengamos comunicación y que no viajemos para que no nos conozcamos ni nos veamos, sino que nos diversifiquemos por la lengua, de suerte que perdido nuestro conocimiento de los demás, madre del amor mutuo entre nosotros, hiciéramos comercio de región en región, sólo por la guerra y la muerte»¹²²

¹²¹ Campanella, *Monarquía del Mesías*, XXX, 15.

¹²² Campanella, *Monarquía del Mesías*, II, 22-24.

Hans Kelsen

¿Por qué obedecer al derecho? ¿Qué es lo que justifica la validez de la ley? ¿Por qué interpretamos que los actos que crean el Derecho positivo tienen tanto el significado subjetivo como el objetivo de las normas que obligan?¹²³.

Una primera respuesta, la del iusnaturalismo, es que el Derecho positivo se adapta a los principios morales y por consiguientes es justo. ¿Pero cuáles son estos principios morales?. La respuesta típica es de la naturaleza. Aun así, aceptando que las normas pueden deducirse de la naturaleza, ¿por qué deben los hombres obedecer a estas normas?. La doctrina del derecho natural no puede responder a la pregunta ya que presupone, por parecerle autoevidente, que los hombres deben obedecer los mandatos de la naturaleza. Pero esto no es válido en una teoría positiva del derecho, pues la naturaleza es solamente un sistema mecánico de hechos relacionados entre sí por el principio de causalidad. Pensar de otra forma a la naturaleza es caer en la superstición animista o teológica de la naturaleza, que parece autoevidentemente falsa. Es más si se parte de la idea de que un Derecho positivo es válido sólo si se adecua a la Justicia o a la naturaleza e injusto en el contrario, se tendría que considerar que ningún derecho positivo es válido. Por lo tanto, no responde a la pregunta afirmar que el Derecho positivo es válido porque es justo.

Una segunda respuesta proviene de la teología cristiana paulina: todo el mundo está sujeto a la autoridad, porque ésta ha sido instituida por Dios y Dios ordena que se la obedezca¹²⁴. Pero aún podemos preguntarnos por qué los hombres deben obedecer las órdenes de Dios. La norma según la cual los hombres deben obedecer los designios de Dios no puede haber sido dictada por Dios pues él no puede autorizarse a si mismo ya que es la autoridad suprema, entonces esta norma sólo puede ser presupuesta por la Teología, su hipótesis metafísica o norma básica. Pero esto sólo puede aceptarse desde el punto de vista de la religión.

Tanto la teología cristiana como el iusnaturalismo ven la razón de la validez de la ley en un orden superior que está por encima del Derecho positivo, por lo tanto ambas

¹²³ Hans Kelsen, *¿Qué es justicia?* (Barcelona: Ariel)

¹²⁴ Cfr. Romanos XIII, 1 ss.

doctrinas postulan hipótesis que no son aceptables para una Ciencia del Derecho. Entonces debemos buscar la validez inmanente al Derecho, «debe suponerse que el Derecho positivo constituye un orden soberano»¹²⁵. La respuesta que dará la Ciencia del Derecho positivo a la pregunta acerca de su validez es la siguiente: «Debemos presuponer como hipótesis la norma según la cual debemos cumplir los requisitos de la primera constitución de la Historia»¹²⁶. Si queremos interpretar las relaciones entre los hombres en términos legales y no simplemente de poder, diferenciar lo legalmente correcto de lo incorrecto, se debe suponer esta norma. «Esta es la base de un orden legal positivo, la razón última de su validez»¹²⁷. Pero esta norma no es a su vez, una norma positiva, sino una norma presupuesta como hipótesis, no puramente imaginativa, ya que da lugar a hechos objetivos como el establecimiento de una constitución y los actos normativos de un orden coercitivo.

Recapitulando, las tres doctrinas tienen en común justificar la validez del orden legal, en razón de una norma básica hipotética. De todos modos, finalmente, estas doctrinas sólo pueden justificar condicionalmente la obediencia a la ley.

En el Derecho Internacional también encontramos lo mismo. La justificación de su validez es una norma básica presupuesta. Si nos preguntamos por qué el Derecho Internacional es un orden normativo válido, consideraremos por qué un acto llevado a cabo por un Estado respecto a otro es legal o ilegal. La respuesta sería la conformidad o no a un tratado establecido entre dichos Estados, ya que, los Estados deben ajustarse a los tratados que hayan firmado. La norma básica buscada es la norma *pacta sunt servanda* del Derecho Consuetudinario internacional. Asimismo como en el caso del anterior ámbito nacional, esta norma no puede crearse a través de la costumbre, sino que «sólo puede ser una norma presupuesta por los que interpretan las relaciones mutuas entre Estados como obligaciones, derechos y responsabilidades»¹²⁸.

Curiosamente esta norma básica de la actual ciencia del derecho positivo presupuesta en el terreno internacional ya la encontramos «descubierta» en Cicerón. En el libro III de *Sobre la República* afirma clara y proféticamente el carácter pragmático-existencial de su presuposición y cumplimiento:

¹²⁵ Kelsen, Op. Cit. p. 188.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 189.

¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 192.

«Tiberio Graco, aunque fue justo con los ciudadanos, despreció los derechos convenidos por tratados con los pueblos de estirpe latina aliados de Roma. Si esta conducta arbitraria se empieza a difundir más, y transforma nuestro imperio de ser derecho en fuerza...temería yo por nuestra posteridad y por la perennidad de la república, que podía ser perpetua viviendo la tradición patria»¹²⁹.

Jacques Derrida

En su conferencia «El otro cabo», pronunciada en 1980 en un coloquio sobre la «La identidad cultural europea», el filósofo argelino-francés se pregunta sobre la identidad de Europa. Esta identidad asume una doble faz ambigua: el de un venerable tema ya agotado y el de una espera temblorosa de un porvenir posible. «Nosotros (los europeos) somos jóvenes, pues una cierta Europa todavía no existe, pero estamos ya desde el alba viejos y cansados»¹³⁰. Desde este agotamiento Derrida se plantea las alternativas de la «continuidad» histórica de Europa y de su identidad. ¿Volver a empezar o salir de Europa o partir hacia la Europa que aún no existe o volver hacia la Europa de los orígenes?. Para responderlas considera necesario establecer el siguiente axioma: «lo propio de una cultura es no ser idéntica a sí misma»¹³¹, no poder identificarse como sujeto más que en la no identidad consigo, en su diferencia (de sí) consigo. La cultura de sí como cultura del otro, señala la imposibilidad de su monogenealogía. Así, ¿hay posibilidad hoy de una «Nueva Europa», de una nueva identidad cultural de Europa, más allá de los inolvidables programas agotados y agotadores del eurocentrismo y el antieurocentrismo? Y esta posibilidad, ¿no nos sugiere la idea de que hay que cambiar de destino, de dirección o de capitán?¹³², en la medida que el *cap* del otro sea la primera condición de una identidad que no sea egocéntrica destructiva. Esto significa no sólo una relación con otro *cap* sino con lo otro del *cap*, con lo otro de la lógica del destino, de la dirección, del capitanear. La historia de Europa podría interpretarse como la apertura a un nuevo *cap*, imprevisible, inanticipable, no-dominable, no identificable. Sin embargo hay que desconfiar tanto del

¹²⁹ Cicerón, Op. Cit., p. 139.

¹³⁰ Jacques Derrida. *El otro cabo. Memorias, respuestas y responsabilidades*. Conferencia pronunciada en un Coloquio sobre “La identidad cultural europea”, Turín, 1980.

¹³¹ Derrida, Op. Cit., p. 17.

¹³² Cfr. P. 20. Derrida juega con la multivocidad del término *cap* utilizado en el encabezamiento de su conferencia.

viejo orden repetitivo como del orden completamente nuevo, de la demagogia encubridora de lo mismo...

De la mano de la reflexión de Valery sobre la cuestión capital, Derrida descubre el programa arqueoteológico de todo discurso *ya* tradicional de la modernidad sobre Europa: el pequeño cabo de Asia, la cabeza espiritual, o punta avanzada, (falo) al mando de la realización de un proyecto universal. Este discurso inscribe en un doble vínculo: hay que conservar la idea de la identidad de Europa que consiste en no cerrarse en su propia identidad. ¡Ser europeos, es ser universales!. ¿Esto significa que la idea de universalidad es un logro «cultural» particular de Europa que sólo los europeos son universales, por lo que sólo ellos pueden cuidar del universo total de la humanidad, que ser universales es ser parte de una partecita del continente asiático?, o bien, que ¿se es fiel a Europa, a su identidad, cuando se está ante la inminencia de sus límites, de su finitud, es decir, de su imposibilidad como cabeza de la humanidad, de su imposibilidad de ser universal?. Paradójicamente, Europa podría ser universal cuando toma conciencia de su imposibilidad de ser universal: a partir de su crisis.

Pero esta crisis se desplaza al interior mismo de Europa: la imposibilidad de universalidad (o la realización de su posibilidad pasa por) se convierte en dispersión de identidades, multiplicación de las fronteras, de las barreras contra la violencia del capital-centro hegemónico. Sin embargo, la red de comunicación técnico-mediática, hace imposibles ambos polos. «Se debe pues, intentar inventar gestos, discursos, prácticas político-institucionales que inscriban la alianza de esos dos imperativos...:la capital y la a-capital»¹³³. Es esta invención imposible, la responsabilidad hoy de Europa. Si Europa pretende avanzar, ha de ser por este camino, en la responsabilidad, en su responder por los «efectos» de su política de avance-sobre-los-otros: inducir, seducir, producir, violar, colonizar..., pues,

«los proyectos europeos mejor intencionados, aparente y expresamente pluralistas, democráticos y tolerantes, pueden,...para conquistar los espíritus, intentar imponer la homogeneidad de un médium, de normas de discusión, de modelos discursivos»¹³⁴

¹³³ Ibid., p. 40-41.

¹³⁴ Ibid., p. 47.

Imposición irresponsable que puede hacerse a través de periódicos, empresas editoriales, un nuevo espacio universitario o un discurso filosófico con un modelo de lenguaje presuntamente favorable a la comunicación. A la par debe inventar otra manera de interpretar y hacer una nueva crítica de los nuevos efectos del capital.

Otra cuestión de capital importancia es la de la lengua, pues, «hay una irreductible experiencia de la lengua que la vincula al vínculo, al compromiso, al orden o a la promesa, ¿en qué lengua traducirnos?»¹³⁵.

A partir de sus referencias a Valery, Derrida explicita el deber *particular* de Europa:

- Abrir Europa a lo que no es, no ha sido jamás y no será jamás Europa: el extranjero. Integrarlo, (por la unidad que constituye la universalidad), pero a la vez, reconociendo y aceptando su alteridad (por la diferencia que habita en lo universal).
- Criticar, incansablemente, los dogmatismos, tanto el social-totalitario como el liberal-capitalista.
- Cultivar la virtud crítica como el sometimiento de ésta a una reflexión genealógica-deconstructiva.
- Asumir que la democracia es una herencia únicamente europea, pero también reconocer que esta idea no está dada jamás sino como una promesa que sostiene, aquí y ahora, el porvenir.
- Respetar la diferencia, la minoría, la singularidad, pero también la universalidad del derecho formal, el deseo de traducción, el acuerdo, la oposición al racismo, al nacionalismo, a la xenofobia.
- Tolerar y respetar todo aquello que no está colocado bajo la autoridad de la razón como la ley y diferentes formas de la fe y del pensamiento¹³⁶.

¹³⁵ Cierta respuesta es sugerida por el título *Liber* de un periódico europeo que reúne a cinco grandes periódicos nacionales de Europa.

¹³⁶ Cfr. Derrida, Op. Cit., pp. 63-65.

Este «deber» implica no sólo aceptar sino reivindicar esta experiencia del doble vínculo, de la doble obligación, de lo indecible, de la contradicción performativa, sabiendo que ésta excede el orden del presente y de la presentación.

Derrida concluye con el «credo» de la identidad europea hoy: Soy europeo, me gusta recordármelo, pero no soy, ni me siento, europeo de parte a parte y debo decir: no quiero y no debo ser europeo de parte a parte. Mi identidad cultural, en nombre de la cual hablo no es sólo europea, no es idéntica a ella misma¹³⁷.

Conclusiones, ¿o aperturas?

Al recapitular este recorrido, extraordinariamente selectivo, del pensamiento occidental y en su límite, europeo, no puedo sino admirar y hacer mío, siendo yo un no europeo, el *deber* que Derrida encomienda a Europa, y en su dilema acerca de la identidad cultural europea, me parece que volver a la Europa de los orígenes, para partir hacia la que aún no existe, es la alternativa con mejores efectos terapéuticos en la cuestión del doble vínculo que afecta a Europa y, por intermedio de la red de poder y comunicación tecno-mediática, a (¿casi?) toda la tierra.

Esta vuelta a los orígenes, puede interpretarse no sólo como una mera apuesta irracional o «romántica», sino también y al contrario, como un modo particularmente fecundo y razonable de acceder al ámbito de la praxis y el pensamiento posibles, pues en el contexto de los orígenes lo originado no es aún lo que será después. En el tiempo de los orígenes, tenemos la posibilidad de comprender lo originado, hoy presente realizado, en tanto ser aún en la modalidad de lo posible, de lo que puede no ser o ser de otro modo. Así, en sus orígenes Europa no existe aún. En los orígenes de Europa, en la confluencia de la cultura grecolatina y hebraico-cristiana encontramos el ámbito mayor, ideal y

¹³⁷ Ibid., pp. 67-68.

geográficamente, que se ha convenido en llamar Occidente. Caldo primigenio aglutinante y originante de variadas historias y culturas, que se ha destinado y destilado, a través de juegos de azar y de lógicas, en la historia del progreso del espíritu encarnada en la Ciencia, la Técnica y el Estado. En la vuelta a los orígenes se nos transparenta que Europa, o una nación europea o una virtuosa sucesora, como *hegemonikon* del mundo, no es el único destino de Occidente, sino un destino que *ya* fue.

Esta reflexión sobre el sujeto Europa, viene a nuestro tema en tanto nos permite desbrozar el paraje en el que poder reflexionar acerca de la idea de orden universal sin apoyar con ello el pretendido orden mundial constituido, y al contrario, perfilar un sentido de universalidad distanciado y crítico respecto de su sentido banal-ideológico a la vez que original-originante, en el que re-fluyan las virtualidades del caldo cultural primigenio.

En estos términos, pensar el sentido de una sociedad universal de los hombres es una tarea ardua, tanto posible como necesaria, que en su realización mínima, excedería con mucho los límites de este trabajo, por lo que me limitaré, por lo creo un buen comienzo: la filosofía estoica.

Hasta hace poco, la tradición académica hegemónica, relegaba a esta escuela de pensamiento a un lugar marginal e inferior respecto de los considerados más grandes filósofos griegos: Platón y Aristóteles. Estoicismo y epicureísmo eran filosofías «de la vida», morales, útiles, decadentes, incapaces ya del vuelo trascendental hacia el *Agathon* y la *Noesis Noeseos*.

No obstante, muchos de los problemas ontológicos fundamentales (por no decir, el problema fundamental) con derivaciones éticas, políticas, sociales y estéticas, podrían ser reinterpretados menos aporéticamente (por no decir di-solucionados) asumiendo o estimulando nuestros conceptos desde la perspectiva del estoicismo. Muy breve e incompletamente, indicaré esta posibilidad en relación a nuestro tema.

El principal terror (o seducción) que nos despierta la idea de un orden universal, en su forma de ley o Monarca o Estado, es el de un dominio del que no podemos escapar, del que no hay salida, aniquilante de nuestra libertad. Este terror, de muy probadas razones, presupone que el orden al que se refiere es un orden que nos viene «de fuera» de nosotros y se nos impone, presupone un dualismo ontológico fundamental en el orden

político y, en última instancia, en todo orden humano. «Hay, es así, que unos mandan y otros obedecen», es la tesis ontopolítica dualista, cuyo corolario, cínico-irónico, remata: «es así por el bien de todos». Pero, ¿qué pasa si no aceptamos este dualismo ontológico? Resultaría y resaltaría que el orden necesario de «los que mandan y los que obedecen» no es necesario, sino fáctico y relativo espacio-temporalmente, y por lo tanto, que ningún orden político de dominación puede adosarse a sí mismo una fundamentación trascendental. Así se entienden las palabras de Zenón «no debemos ser ciudadanos de Estados y pueblos diferentes, separados todos por leyes particulares», es decir, ninguna ciudad u orden fáctico relativo, puede considerar que su legislación responde totalmente a la ley común universal por la que «hemos de considerar a todos los hombres como paisanos y conciudadanos». Esta ley común, nos dice también Zenón, rige a todos los seres alimentándolos. La idea de una ley como alimento no es solamente una metáfora ornamental o didáctica. Basta reflexionar un poco sobre la alimentación misma. La alimentación es un acto del ser viviente en el que «lo exterior» transcurre en «su interior» y se sintetiza en su propio ser, descubriéndose en el mismo proceso que lo exterior es lo mismo que lo interior, que hay un vínculo común que une lo dividido en «exterior e interior», y en este sentido, que el «modo de vida y el orden deben considerarse uno solo». La gran unidad de la ley común nunca es la de un Estado, que aunque esté escrito con mayúsculas siempre es un estado pasajero y modal, sino la de un orden «subyacente». Un orden inferior, profundo, hondo, no superior, ni trascendente a la constitución diferencial de cada cosa. Es el orden de la naturaleza, entendida ésta no solamente como «un sistema mecánico de hechos relacionados entre sí por el principio de causalidad», sino también, más respetuosa y apropiadamente, comprendida como vínculo sagrado que requiere la diferencia de cada ser en su realización universal, como «el rayo siempre viviente que dirige la Razón común que a través de todas las cosas discurre».

El orden socio-político estoico se expresa pragmáticamente como un orden de coordinación, cuya unidad es resultado de una co-laboración entre los diferentes seres, de contribución mutua para «hacer...lo que en este momento es oportuno y beneficioso a la comunidad». La comunidad entonces es una entidad viviente emergente de la totalidad de las interacciones de sus propias diferencias, «sus miembros», y como viviente, material en proceso abierto y finito, de «desvanecimiento rapidísimo en la substancia del conjunto universal». Por esto, lo que armoniza este orden no es el orden del deber y la legalidad, atemporales y muertos, sino el de Eros, «el amor que se olvida de sí mismo en sus obras»

en el que «todas las cosas se hallan entrelazadas entre sí y casi ninguna es extraña a la otra».

Por último, en las palabras de Séneca, «todo esto que ves que incluye las cosas divinas y humanas es unidad: somos miembros de un gran cuerpo. La naturaleza nos ha constituido parientes al engendrarnos de los mismos elementos y para un mismo fin...valoremos cada cosa sin tener en cuenta la reputación que merecen y tratemos de saber qué son realmente, no el nombre que se les da», se descubre otro aspecto de la idea de universalidad del estoicismo: que ésta no se limita al ámbito humano, sino se extiende necesariamente, racionalmente, a todos los seres vivos (¡incluidos los extranjeros!) y, aún más, a todas las cosas. Mucho podríamos aprender a partir de este precepto-idea que pone en pie de igualdad hombres, animales y cosas, en tiempos de xenofobia, racismo, marginalización socioeconómica, prejuicios massmediatizados, consumismo, derroche energético, depredación de hábitats naturales, degradación de la biodiversidad, cometidos y justificados en nombre de la historia de una (presupuesta) marcha inevitable del progreso-desarrollo universal de la humanidad.

Bibliografía

Capelletti, Angel. *Los estoicos griegos*. Madrid: Gredos

Elorduy, Eleuterio. *El estoicismo* vol. I. Madrid: Gredos, 1972.

Séneca. *Epístolas morales a Lucilio*. Madrid: Gredos

Marco Aurelio. *Meditaciones*. Madrid: Gredos

Cicerón. *Sobre la naturaleza de los dioses*. Madrid: Gredos

Cicerón. *Sobre la República*. Madrid: Gredos

Santo Tomás de Aquino. *Suma Teológica II*. Madrid: BAC, 1989.

Dante Alighieri. *Monarquía*. Madrid: Tecnos, 1992.

Gómez Robledo, Antonio. *Dante Alighieri. Las obras menores I*. México: Universidad Autónoma de México, 1975.

Poch, Antonio. *Algunos aspectos del pensamiento político de Dante*. Santiago de Compostela, Universidad de Santiago, 1965.

Kelsen, Hans. *La teoría del Estado de Dante Alighieri*. Oviedo: KRK ediciones, 2007.

Nicolás de Cusa. *La paz de la fe. Carta a Juan de Segovia*. Cuadernos de Anuario Filosófico

Vitoria, Francisco. *De la potestad Civil*, en “Reflecciones teológicas”. Madrid: Bac, 1960.

Campanella, Tomás. *Monarquía del Mesías. Las monarquías de las naciones*. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 1989.

----- *Monarchie d’Espagne et Monarchie de France*. “Proemio”, textos originales introducidos, editados y anotados por Germana Ernst. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

Antonio, Truyol y Serra. Presentación de *La Monarquía del Mesías y las Monarquías de las Naciones*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989.

Kelsen, Hans. *¿Qué es justicia?*. Barcelona: Ariel

Derrida, Jacques. *El otro cabo. Memorias, respuestas y responsabilidades*. Conferencia pronunciada en un Coloquio sobre “La identidad cultural europea”, Turín, 1980.



NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. Os artigos podem ser escritos em português, inglês, espanhol e francês. Têm que ser inéditos e não mais de 20 páginas notas de pé de páginas incluídas.
2. As resenhas submetidas não devem superar 6 páginas.
3. Aceitam-se os projectos de investigação que não superam 8 páginas.
4. O formato das letras é Times New Roman 12, justificado e com 1,5 de espaço
5. Os textos devem ser enviados em formato Word Perfect ou em Word para o Pc.
6. Os artigos enviados devem ser assinados pelos autores que também deverão indicar os seus graus académicos
7. A redacção da revista se reserva o direito de publicar ou não.
8. Haverá sempre um comité externo para avaliação dos artigos
9. Os títulos dos artigos devem estar na língua original e em caso de necessidade em inglês.
10. As referências bibliográficas e notas de pé de páginas numeradas. As referências bibliográficas devem ser completas na primeira cita.

Livros electrónicos:

As citas devem começar com o primeiro e último nome do (s) autor (es), título do livro electrónico (em itálico), editor, data de publicação, número da página citada. Endereço Web (Disponível a data da consulta).

Processo de avaliação e de seleção dos artigos:

1. Os artigos devem ser enviados para o e-mail da revista ou do diretor antes do último dia de cada mês.
2. A direcção acusará a recepção do trabalho sem necessariamente manter contacto com o autor antes da decisão final de publicar ou não.
3. Os autores dos artigos são responsáveis pela sua revisão ortográfica e gramatical.



Instituto Superior Politécnico Sol Nascente
APRESENTAÇÃO / ACTIVIDADES

APRESENTAÇÃO

O Instituto Superior Sol Nascente de Huambo surge no quadro da premente necessidade da educação competente e competitiva para a nova Angola. Os seus promotores profundos conhecedores da realidade angolana, vêem na sua criação a maneira mais eficaz para participar activamente na construção do ideal educativo da nova Angola.

O Instituto quer afirmar-se não somente como espaço da meritocracia, mas também como espaço da necessidade de uma avaliação contínua da “eticidade” da meritocracia, daí o seu lema “honor, labor et meritum”.

Creemos que a crença num mérito equilibrado pode dar lugar a formação do homem que a sociedade precisa. O Instituto defenderá os ideais humanistas sem entrar no humanitarismo. Procurará inculcar aos seus alunos e funcionários o espírito de trabalho árduo e persistente como o caminho seguro do bom aprender. Esta é, pois uma das grandes novidades que queremos oferecer: o bom aprender. Não terá, pois como vocação tapar os buracos deixados ou existentes, mas sim, reflectir sobre estas carências oferecendo como contribuição um ensino de qualidade.

Não é da vocação do Instituto formar uma elite endinheirada, mas sim, afirmar-se como uma alternativa ética da educação e na educação, constituindo com isso numa vanguarda da proteção dos espaços da emergência da verdade. O elitismo do Instituto será, portanto associado sempre ao ideal da elevação ética na sua relação com o ensino.

Director-Geral

Phd Inácio Valentim

